

DIVERSIDADE & INCLUSÃO NO ESPORTE

ESTUDO SOBRE AS CONQUISTAS E OS DESAFIOS DA COMUNIDADE LGBTQIA+ NO BRASIL

Foto: Yamini Benites

DIVERSIDADE E ECONOMIA SOCIAL

Copyright @ 2023 NIX Diversidade e Economia Social

Título:
Diversidade & inclusão no esporte: estudo sobre as conquistas e os desafios da comunidade LGBTQIA+ no Brasil.

Coordenação geral e texto:
Fabricio Addêo Ramos

Edição:
Bruno Teixeira

Revisão:
Bruno Teixeira
Angelica Valente

Fotografia da capa e ensaio:
Yamini Benites

Design e diagramação:
Karen Saji e Fernanda Molinaro

Apoio:
Maria Alice Campos
Miguel Machado Brigagão
Thiago Bittencourt Couto
Willy Marcondes Montmann Sant'Anna

Idealização e financiamento do estudo:
FISIA - Distribuidora Oficial Nike no Brasil

Organização:
NIX DIVERSIDADE E ECONOMIA SOCIAL
Presidente: Coraly Pedroso
CNPJ: 04.332.178/0001-90

São Paulo - SP
2023
2ª edição

www.nixdiversidade.org

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO ____ 4

PARTE I
INTRODUÇÃO AO CONTEXTO HISTÓRICO DA COMUNIDADE LGBTQIA+ ____ 6
O Brasil é uma sociedade violenta e desigual ____ 6
Breve histórico global: religião, ciência e política ____ 10

PARTE II
O ESPORTE MODERNO LGBTQIA+ ____ 14
O surgimento da representação LGBTQIA+ no esporte ____ 14
O pioneirismo das torcidas gays no futebol ____ 18
A hora da luta ____ 23
Do sofá para o campo ____ 24

PARTE III
PREPARAÇÃO PARA A SAÍDA DO ARMÁRIO: ANOS 80 E 90 ____ 26
Da repressão da ditadura à pandemia da AIDS ____ 26
A inclusão das outras letras no debate ____ 29
Avançando contra a homofobia no futebol ____ 33
A diversidade no esporte amador ____ 35
Os anos 90 e a terceira onda do movimento LGBTQIA+ ____ 36

PARTE IV
AFIRMAÇÃO SOCIAL, POLÍTICA E LEGISLATIVA: ANOS 2000 ____ 38
Vitórias históricas fora das quadras e dos campos ____ 38
Esporte para todos ____ 42
O impacto positivo da Parada do Orgulho LGBT ____ 44
Competições e jogos inclusivos ____ 45

PARTE V
OS ATLETAS SAEM DO ARMÁRIO ____ 48
O futebol masculino como exceção ____ 48
A liderança das mulheres rompe barreiras entre gerações ____ 51
Um importante passo dos patrocinadores ____ 55
Boas notícias do Japão ____ 56

PARTE VI
O CENÁRIO ATUAL ____ 62
Avanços da última década no Brasil ____ 62
Levantamento LGBTQIA+ no esporte ____ 64
Principais resultados e depoimentos do levantamento ____ 68

REFLEXÕES FINAIS ____ 89
O esporte LGBTQIA+ avança no Brasil em quatro direções ____ 89

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS ____ 94

APRESENTAÇÃO

ACREDITAMOS QUE A DIFUSÃO DO CONHECIMENTO, A PARTIR DA VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE, PERMITE COMPREENDER E ESCLARECER QUESTÕES NOS DIFERENTES CAMPOS SOCIAIS

No primeiro semestre de 2021, fomos contatados pela Nike com o intuito de desenvolver uma parceria para a produção de conhecimento sobre a relação da população LGBTQIA+ com o esporte no Brasil.

A proposta veio ao encontro do trabalho de gestão de projetos, realizado pela **NIX** junto ao coletivo inclusivo **Angels Volley**, desde 2017. .

Além disso, para nós, foi a oportunidade de ampliar a atuação da **NIX** e seguir contribuindo com a expansão e a promoção do esporte LGBTQIA+ no Brasil, seja por meio do levantamento de dados, da realização de estudos e, também, de ações que viabilizam a colaboração com políticas públicas e privadas.

Para tanto, preparamos a estrutura deste estudo, integrando três ações concomitantes que fazem parte da parceria estabelecida com a **NIKE:**

- **Perspectiva histórica e análise do cenário atual no Brasil sobre a relação da comunidade LGBTQIA+ com o esporte;**
- **Mapeamento de coletivos esportivos LGBTQIA+, com foco inicial na Grande São Paulo; e**
- **Levantamento de dados sobre a relação da comunidade com o esporte, por meio de questionário eletrônico.**





FONTE: https://jornaltabare.wordpress.com
FOTO: YAMINI BENITES

Para a contextualização dos fatos esportivos, usamos como referência a abrangente documentação e bibliografia produzida por ativistas, intelectuais e outros atores importantes do movimento LGBTQIA+. Razão pela qual recomendamos, para melhor entendimento dos fatos históricos e dados apresentados, a consulta das referências bibliográficas e documentais apontadas ao final do material.

Para identificar o conjunto de pessoas não-heterossexuais-cisgêneras neste trabalho adotamos a sigla **LGBTQIA+:** lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, travestis, queers, intersexos, assexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero. Para designar a intolerância e os atos de ódio contra essa população usamos o termo **LGBTfobia,** incluindo toda a diversidade LGBTQIA+ como alvo. O estudo não utiliza a linguagem neutra, mas **busca constantemente a linguagem inclusiva.**

Este estudo, assim como o mapeamento dos coletivos e os resultados detalhados da pesquisa eletrônica realizada, estão disponíveis para livre consulta a qualquer interessado no assunto.

A equipe NIX e NIKE convidam todas as pessoas e organizações a utilizarem as informações aqui apresentadas no intuito de fortalecer o esporte LGBTQIA+ brasileiro. **Contem conosco.**

PARTE I

INTRODUÇÃO AO CONTEXTO HISTÓRICO DA COMUNIDADE *LGBTQIA+*

O BRASIL É UMA SOCIEDADE VIOLENTA E DESIGUAL

Segundo o escritório das Nações Unidas para drogas e crimes (UNODC), o país possui uma das maiores taxas de homicídio do mundo e de acordo com o Banco Mundial, tem um dos piores resultados do índice Gini - que representa a desigualdade social de um país (WORLD BANK, 2021). Neste contexto, encontra-se a comunidade LGBTQIA+ no Brasil, que tenta assegurar seus direitos básicos enquanto luta contra agressões variadas.

Historicamente, essa população já vive em **diferentes graus de exclusão e marginalidade em todo o mundo.** Mesmo em países com legislações mais avançadas em direitos humanos, vários desafios ainda são enfrentados para o acesso a direitos e serviços básicos por conta da discriminação cotidiana enfrentada e dos problemas psicológicos decorrentes desta (EUROPEAN, 2020).

Um quadro muito mais aterrador acontece nos países onde ser um indivíduo LGBTQIA+ é transformado, direta ou indiretamente, em crime. Apesar de alguns avanços recentes, ainda existem 64 países em todo o mundo que criminalizam especificamente aspectos da existência de pessoas LGBTQIA+. Alguns países caminharam recentemente em direção à descriminalização, como Cingapura, Antigua e Barbuda, Angola, Gabão, Botswana, Seycheles e Moçambique. Infelizmente, Uganda e Nigéria deram passos para trás, demonstrando que ainda estamos longe de alcançar um mundo livre da LGBTfobia institucionalizada. É importante ressaltar que a pena de morte é prevista para pessoas LGBTQIA+ em países como Brunei, Irã, Mauritânia, Arábia Saudita, Iêmen e Nigéria, enquanto em outros cinco países, Afeganistão, Paquistão, Catar, Somália e Emirados Árabes Unidos, sua aplicação é possível devido à falta de clareza legal (TEAM, 2023).

Novos relatos, vindos do país, sugerem que a tendência da aplicação da Sharia, o sistema jurídico do Islã, será ainda mais radical.



FONTE: https://jornaltabare.wordpress.com
FOTO: YAMINI BENITES



Em 2019, o STF decidiu criminalizar a homofobia e a transfobia como racismo.

Nos últimos 20 anos, o Brasil passou por algumas transformações sociais, políticas e por decisões importantes do Supremo Tribunal Federal (STF). Estas **mudanças conduziram o país quase para a vanguarda dos direitos LGBTQIA+ em relação aos demais países do mundo**, em especial a partir de 2009, com a promulgação de decretos em diversos estados brasileiros sobre o uso do nome social por transexuais e transgêneros, e a decisão judicial do STF, de 2011, que equiparou as relações estáveis entre pessoas do mesmo sexo à união estável, garantindo os mesmos direitos familiares e sucessórios dos casais heterossexuais previstos no Código Civil. Outras mudanças significativas foram a aprovação da resolução nº 175 de 2013, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que vetou todos os cartórios a se recusarem a celebrar o casamento entre pessoas do mesmo sexo, possibilitando a conversão da união estável homoafetiva em casamento, e mais recentemente, em 2019, a decisão do STF de criminalizar a homofobia e a transfobia.

O Brasil também faz parte do grupo de países que efetivamente possuem estatísticas confiáveis sobre mortes e outros tipos de violências cometidas contra a comunidade LGBTQIA+. O ato sexual da população não é considerado crime, porém nosso país é considerado um dos mais LGBTfóbicos do mundo. Segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB), **a cada 20 horas, morre um indivíduo LGBTQIA+ de morte violenta, vítima da LGBTfobia,** tornando o Brasil líder mundial em crimes contra minorias sexuais. Este dado é confirmado quando seccionado para a população



TIFANNY, 1ª atleta transexual do país
FONTE: Getty Images
FOTO: NELSON ALMEIDA

transexual. Segundo a Associação Nacional de Transexuais e Travestis (ANTRA), em 2020, foram 175 assassinatos de pessoas desta população, sendo também o pior índice registrado no mundo.

Esse quadro contraditório de avanços nos direitos das pessoas LGBTQIA+, em contraposição aos graves índices de violência causada por LGBTfobia, é refletido na sociedade brasileira que passa por **profundas transformações** em relação à comunidade em questão. Por um lado, é possível observar um aumento da representatividade e um crescente movimento de inclusão e visibilidade de pessoas abertamente declaradas LGBTQIA+, seja nas expressões culturais, nas relações homoafetivas e transexuais tornando-se públicas e muitas vezes oficializadas em cartório, ou até mesmo em campanhas de marketing direcionadas para esta população.

Por outro lado, observa-se um crescente movimento de resistência a esses direitos por grupos e indivíduos que utilizam o discurso de **liberdade de opinião e liberdade religiosa para a afirmação de sentimentos reacionários.**

No esporte, não é diferente, as contradições também estão presentes. **Em 30 anos, passamos da ausência absoluta de atletas assumidamente LGBTQIA+ para a presença dos mesmos como representantes do Brasil nas Olimpíadas.** Também surgiram diversos grupos inclusivos de diversas modalidades de esporte amador e recreativo. Entretanto, casos de LGBTfobia continuam a assombrar o ambiente esportivo, com episódios de xingamento feitos pelas torcidas, declarações intolerantes de atletas e treinadores e casos de reprovação pública de atletas LGBTQIA+ em times e equipes profissionais.

A notícia boa é que o avanço contínuo dos direitos LGBTQIA+ parece ser inevitável.

Os retrocessos pontuais não são comparáveis com o ritmo das melhorias e conquistas para esta comunidade. Ainda que haja muitos outros desafios pela frente a serem superados e exista uma estrutura LGBTfóbica entranhada nas diferentes dimensões públicas e privadas no país, há uma paulatina reconstrução social coletiva, mesmo distante de ser hegemônica, sobre a necessidade da inclusão social e da igualdade de direitos das pessoas LGBTQIA+.

Este estudo busca tratar a questão LGBTQIA+ no recorte da sua representatividade no esporte brasileiro, contudo integrando aspectos das diversas correntes que formam a totalidade de seus indivíduos e grupos que lutaram e lutam pelos seus direitos e contra a intolerância.

BREVE HISTÓRICO GLOBAL: RELIGIÃO, CIÊNCIA E POLÍTICA

Atletas LGBTQIA+ sempre estiveram presentes no esporte, apenas não declaravam abertamente a sua orientação sexual ou identidade de gênero. Ao longo deste estudo, foi possível constatar o crescente número de atletas profissionais e grupos de esporte[1] que se revelariam não-heterossexuais após 1999, tendo permanecido por anos sem assumir socialmente a sua sexualidade. Desta forma, para entender quem eram essas pessoas e como se localizavam no contexto social, é preciso traçar um breve histórico.

Os americanos da década 1960 inventaram o termo **"sair do armário"** *(Coming out the closet)* em uma junção da expressão *"coming out"* (se revelar), que foi muito usada em festas de 15 anos para descrever o momento em que a menina está sendo "revelada" à sociedade, com a expressão *"skeletons in the closet"* (esqueletos no armário), referindo-se a certas dimensões não aceitas pela sociedade ou vergonhosas, que estariam ocultas. No Brasil, o termo foi traduzido literalmente e é utilizado também para designar as pessoas que ainda vivem sem se assumir socialmente, ou seja, que seguem "no armário" (CHAUNCEY, 2008). Então podemos dizer que o esporte LGBTQIA+, desde a sua introdução na forma moderna até o início dos anos 1990, estava no armário em relação à imprensa e ao grande público.

O processo de formação da identidade homossexual no Brasil é longo e tem influência direta da própria história da humanidade, o que explica porque os LGBTQIA+ mantiveram-se "no armário" em relação a diversos aspectos de suas vidas, incluindo a prática esportiva. Em "História da criminalização da homossexualidade no Brasil: da sodomia ao homossexualismo", os autores Pretes e Vianna (2007) o descrevem. Da antiguidade ao século XVI, a humanidade eurocêntrica passou por um processo de transformação do ato sexual homossexual, de algo relativamente aceitável para um pecado mortal. Antes do advento do cristianismo, as relações homoafetivas eram conhecidas pelo nome de sodomia em referência às cidades destruídas por Deus na narrativa bíblica do Antigo Testamento, Sodoma e Gomorra. A expressão passou por várias ressignificações, sendo identificada como "atos não naturais", "sexo para fins não reprodutivos", até se referir diretamente ao "ato sexual entre pessoas do mesmo sexo". Quando os europeus chegam ao Brasil no século XVI, a sodomia era um dos mais terríveis pecados a ser severamente coibido, corrigido e punido. Para horror de muitos dos colonizadores, os povos nativos a praticavam de forma livre e natural. Os relatos não apenas afirmavam a existência da relação homoerótica como também da transexualidade na inversão dos papéis de gênero estabelecidos em relação ao sexo atribuído pela fisiologia ao nascer.



[1] Como será visto mais a frente, há grupos de esporte amador, como o paulistano Real Centro F.C., e atletas que revelaram sua não-heterossexualidade apenas quando perceberam um período mais tolerante para isso ou quando a revelação não comprometia suas carreiras profissionais.

Estima-se que 8,5% da população brasileira seja parte da comunidade LGBTQIA+. Trata-se de uma projeção alinhada com referências internacionais, que chega a apontar até 10%. Especificamente, a proporção de transexuais é estimada entre 0,1 e 0,7%.

(THE GUARDIAN, 2015; COLLIN et al, 2016; JONES, 2021; AGÊNCIA SENADO, 2021).



Homossexuais protestam contra perseguição sistemática promovida por policiais no Brasil durante o regime militar

FONTE: Portal EBC

FOTO: FERNANDO UCHOA

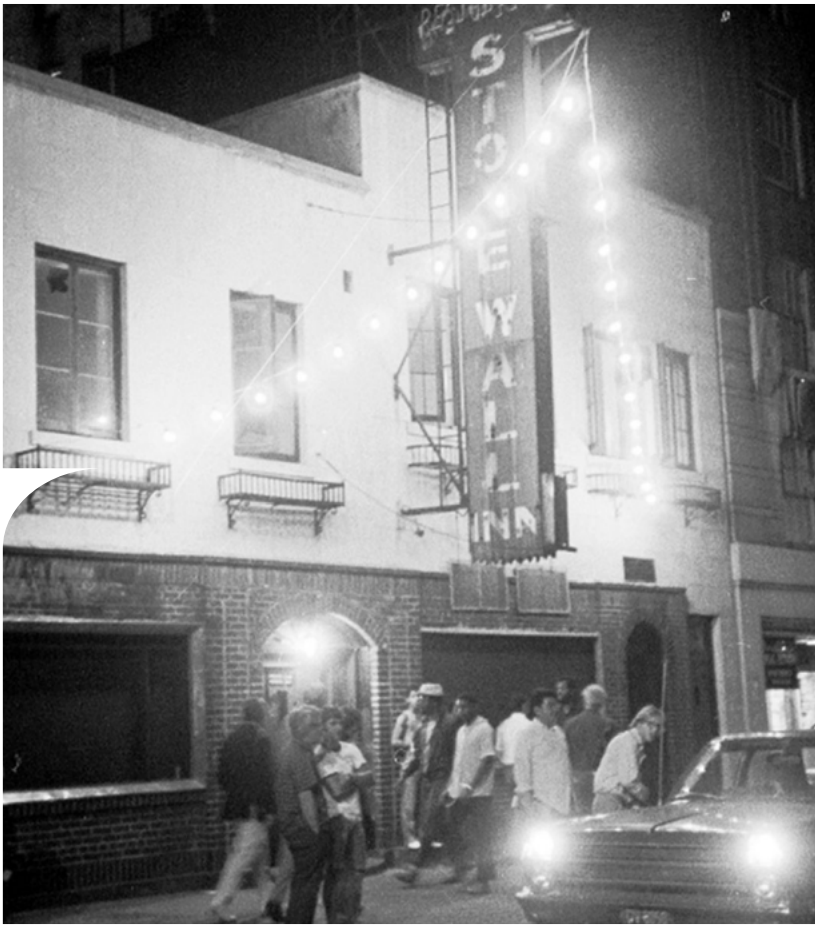
Nos séculos seguintes, os portugueses e demais colonizadores **impuseram** o padrão aceitável de acordo com a doutrina cristã como norma no continente. A partir do século XIX, porém, o Iluminismo começa a mudar os códigos penais na Europa. "Diferente de outras colônias, com a presença da família Real no Brasil e com a influência do Código Napoleônico, **descriminalizou-se em 1830** a sodomia no país. Por consequência, **descriminaliza-se a homossexualidade.** Entretanto, enquanto as igrejas cristãs perdiam força, a ciência passa a ocupar o papel de marginalizadora da população LGBTQIA+. As ciências humanas e biológicas, no afã de tentar explicar a homossexualidade, acabam por transformá-la em uma patologia com o uso do sufixo "ismo", caracterizando uma doença, degeneração ou desvio (PRETES; VIANNA, 2007).

Em 1869, surgiu pela primeira vez o termo homossexual caracterizando a pessoa que tinha atração e se relacionava sexualmente com pessoas do mesmo sexo. Diversas teorias tentaram explicar esse aspecto humano buscando uma causa para o que era considerado então um problema de saúde. Alguns apontaram uma natureza e transmissibilidade genética desta condição, outros tratavam como transtorno psicológico, e outros ainda como variações e combinações de ambos. O homossexual era o anormal, ou seja, aquele que não possuía a sexualidade correta. Estende-se essa percepção para as pessoas transexuais que, naquele momento, eram entendidas majoritariamente como um tipo de homossexual. De forma institucionalizada, o Estado Brasileiro passou, a partir deste momento, a substituir continuamente a ideia de pecado nos atos sexuais não-heterossexuais-cisgêneros para uma visão baseada nas teorias científicas em voga, porém sem abandonar totalmente a ideia do **homossexual como pecador.** De certa forma, no Brasil conservador, essas concepções ainda caminham juntas com maior ou menor força. Imersos no conjunto de conceitos advindos de teorias e ideologias como a eugenia e o positivismo, os setores predominantes da sociedade constituíram a ideia e imagem social sobre o homossexual e o transexual.

Esse processo histórico gerou uma estrutura social que tem empurrado a pessoa LGBTQIA+ para um lugar marginal em relação à sociedade. Entranhada nas formas de saber-poder, foram necessárias décadas de avanços para que algumas "verdades" em relação à sexualidade começassem a **ser questionadas** (PRETES; VIANNA, 2007). Os famosos relatórios Kinsey[2] (1948, 1953), por exemplo, revelaram algo que a estrutura social originada no século XIX iria constantemente negar, o fato de a orientação sexual possuir diferentes graduações na humanidade e as pessoas exclusivamente heterossexuais serem em número bem menor que aparentavam ser.

Enquanto parte do mundo ocidental entrava na chamada Revolução Sexual dos anos 60, o Brasil teve o Regime Militar instaurado, que durou cerca de 20 anos. Além de censurar o pensamento livre e a imprensa, foi um momento que o Estado e setores conservadores da sociedade reforçaram ideias que estavam perdendo força sobre a sexualidade com raízes no século XIX. A ditadura acabou por institucionalizar a violência contra a comunidade LGBTQIA+ em diversos níveis, com o pretexto de coibir a sexualidade "transviada", que ofendia a "moral e os e os bons costumes". Eram feitas prisões e averiguações. Também associavam o movimento LGBTQIA+ da época às demais ideologias

[2] Trata-se do relatório "Sexual Behavior in the Human Male" sobre a sexualidade humana que abalou a estrutura moralista norte-americana do final da década de 1940, publicado por Alfred Charles Kinsey (1894-1956).
[3] No Brasil, a sodomia era criminalizada em 1830.



BAR STONEWALL INN, cenário de importantes protestos nos EUA na década de 60

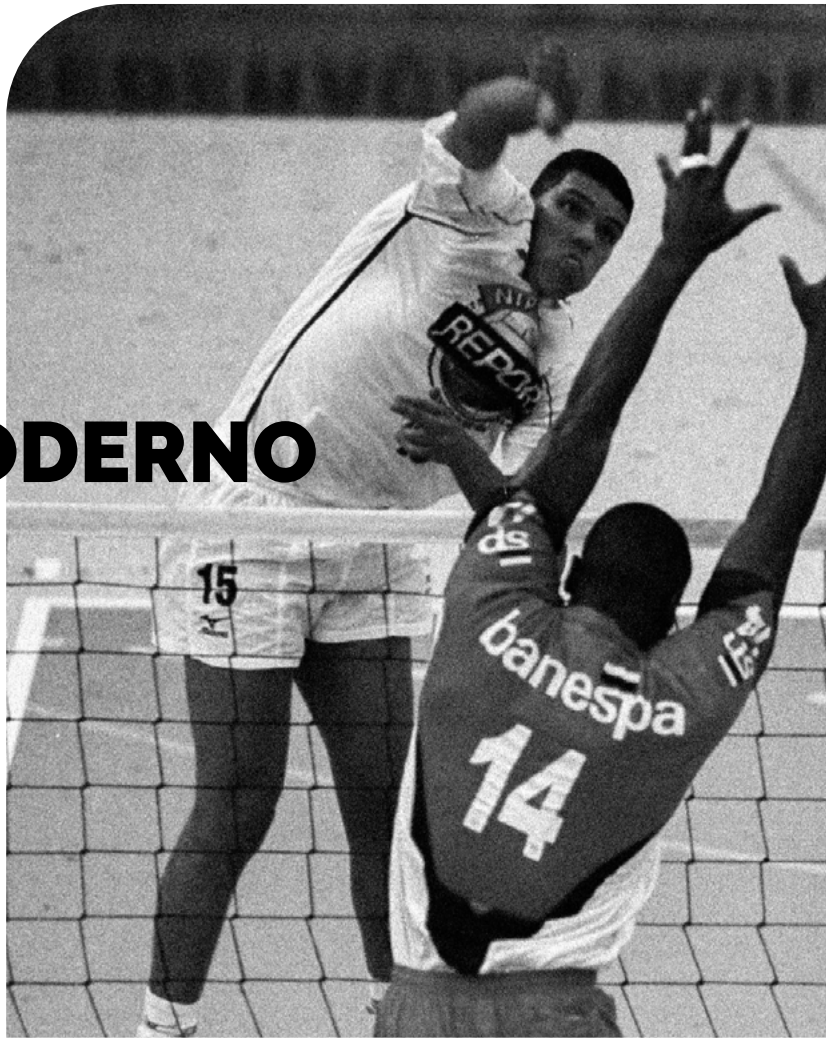
FONTE: Larry Morris/The New York Times

de esquerda e forçavam a censura sobre assuntos relacionados ao tema nos veículos de comunicação. As ações diretas incluíam desde blitz programadas em estabelecimentos para este público a leis e portarias, municipais e estaduais, que visavam os "invertidos", nome também usado para identificar gays e transexuais na época (GREEN, QUINALHA; 2015).

Outro contexto histórico importante são os fatos ocorridos em Nova Iorque, a partir de 1969. Neste momento, tem início uma série de manifestações violentas contra a repressão policial ao bar Stonewall Inn, que acabou nomeando a rebelião que marcaria uma nova forma de luta pelos direitos civis LGBTQIA+ nos Estados Unidos e que se espalharia pelo mundo.

Em ressonância com o movimento global, nesse período no Brasil, como forma de sobrevivência e proteção em relação ao Estado repressor, a comunidade aumenta sua organização com grupos caminhando para a formalização de segmentos do movimento LGBTQIA+. Empresários criaram estabelecimentos e eventos direcionados para o público LGBTQIA+ como bares, boates, clubes, saunas, entre outros. Foi nesse período que surgiu a primeira imprensa LGBTQIA+, o famoso jornal "O Lampião da Esquina", em 1978. Nos anos anteriores, os jornais de grande circulação e revistas começaram a criar classificados e colunas direcionados também a esse público. Naquele mesmo ano, o Brasil oficializaria o primeiro grupo de defesa dos direitos dos homossexuais homens no país: o Grupo de Afirmação Homossexual (Somos). No ano seguinte, as lésbicas se unem ao grupo (GREEN, QUINALHA; 2015).

Outro fato internacional que deu início a uma revolução no modo como a população em geral percebia a comunidade LGBTQIA+ foi quando houve a Associação Americana de Psiquiatrias (AAP) retirou a homossexualidade da lista de transtornos mentais, em 1973. Esse marco influenciou e acelerou o processo de despatologização por outras associações semelhantes em todo o mundo. Também trouxe respaldo científico para a luta homossexual perante órgãos públicos e privados. No Brasil, a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) só tomou uma atitude com efeito semelhante em 1984, 11 anos depois. Apesar do avanço, nos Estados Unidos foi só a partir da década de 70 que as leis contra a sodomia começaram a ser revogadas, em um movimento acelerado pela decisão da AAP. A partir desse processo, a palavra homossexualismo passa a ficar em desuso, sendo considerada ofensiva para a comunidade desde então (PRETES; VIANNA, 2007).



PARTE II

O ESPORTE MODERNO *LGBTQIA+*

O SURGIMENTO DA REPRESENTAÇÃO LGBTQIA+ NO ESPORTE

No ano de 1999, o jogador de vôlei Lilico, Luiz Cláudio Alves da Silva, se assumiu homossexual aos 23 anos.

Na época, o atleta afirmou ser este o motivo da sua exclusão na convocação para a seleção brasileira de vôlei. Considerado o primeiro atleta assumidamente LGBTQIA+ brasileiro, a sua coragem é um divisor de águas para o esporte LGBTQIA+ no país. Finalmente, a comunidade tinha um representante no esporte profissional com quem se identificar.

Lilico era considerado um dos melhores atacantes do vôlei brasileiro na virada para os anos 2000. Apesar disso, não foi considerado pelo técnico da época, Radamés Lattari, para ocupar uma vaga na seleção brasileira. Após esse ato heróico de se assumir publicamente com a denúncia de possível homofobia, Lilico ainda permaneceu na Superliga e no vôlei internacional até sua aposentadoria, em 2005, vindo a falecer de um AVC em 13 de janeiro de 2007, aos 30 anos (UOL, 2007).

Ainda que marcado pelo preconceito e pelas adversidades, depois de Lilico, o esporte de rendimento não foi mais o mesmo para atletas LGBTQIA+ no Brasil. Havia muitas outras barreiras a serem ultrapassadas, contudo, terminavam os séculos de ausência de LGBTQIA+ assumidos no esporte brasileiro.

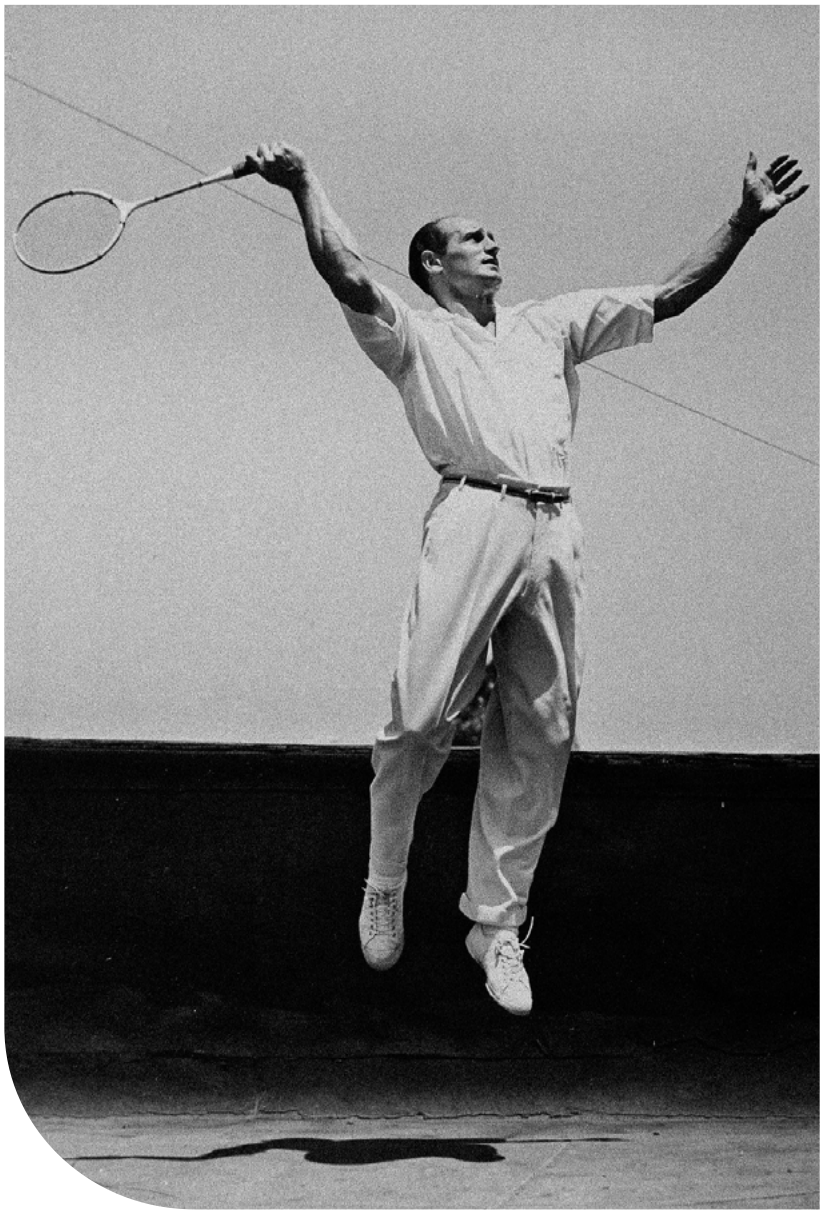
O período que antecede esse momento tem poucas referências de atletas ou personalidades LGBTQIA+ no esporte no Brasil. Mesmo internacionalmente, onde muitas vezes os brasileiros procuram por inspiração, a prática do esporte por pessoas dessa comunidade foi vista como algo extraordiná-



LILICO, 1º atleta homossexual publicamente assumido do país
FONTE: https://wscom.com.br/
FOTO: GLOBOESPORTE.COM

rio, polêmico ou cercado de resistências. Além disso, até o final do século XX, as informações não chegavam de forma instantânea e plural, como passou a acontecer após a popularização da internet e das redes sociais.

O atleta do século XX, para viver plenamente sua sexualidade não-heterossexual-cisgênera, deveria ultrapassar alguns limites. O primeiro seria a própria estrutura sociocultural em que estava inserido. Por exemplo, na década de 1920, nas grandes cidades mais liberais nos costumes, como nos Estados Unidos ou na Holanda, seria muito menos difícil um atleta ser abertamente LGBTQIA+ comparado com a realidade no interior da Nigéria ou do Brasil, onde haveria maior repressão e violência. O segundo seria garantir uma **independência de financiamentos e patrocínios,** afinal a imagem do atleta deveria estar condicionada à imagem e aos valores sociais do patrocinador, que determinava o que deveria ser transmitido ao público.



BILL TILDEN, o 1º atleta assumidamente gay no mundo esportivo
FONTE: www.mutualart.com

Um caso emblemático é do tenista estadunidense Bill Tilden (1893-1953), três vezes campeão de Wimbledon e sete do US Open. Provavelmente, o primeiro atleta de alto desemprenho abertamente LGBTQIA+. Ele não escondia sua sexualidade, mas não era um ativista ou se colocava como um atleta representante de sua sexualidade. A sua posição social, devida às condições financeiras da sua família e a consagração como um dos melhores tenistas do seu tempo, o tornava **aceito e inserido em parte da elite da época,** na década de 1920, independentemente da sua homossexualidade. Seu status também acabava por protegê-lo socialmente, inclusive em relação a crimes de pedofilia e sexo com menores, como narrado no artigo de Tom Burcley publicado sobre ele no jornal americano The New York Times (1976). Bill se sentia acima dos julgamentos sociais o suficiente para expressar sua sexualidade não-heterossexual e também para ter um comportamento criminoso, acreditando na impunidade tanto em relação ao moralismo comum quanto em relação à aplicação das leis (BUCKLEY, 2021).

Após a lamentável história do primeiro atleta abertamente LGBTQIA+, outros atletas de alto rendimento ficaram conhecidos por também assumirem publicamente a orientação sexual. Outra história dramática foi a de Otto Peltzer (1900-1970), o corredor alemão que por várias ocasiões foi preso por conta de sua sexualidade, chegando a ser enviado a campos de concentração nazista. Outro caso relevante foi do atleta Tom Waddell (1937 - 1987), também norte-americano, que ficaria em 6º lugar na modalidade decatlo na Olimpíada do México, em 1968. A experiência com o esporte e ativismo, levou Waddell a ter ações mais políticas e a idealizar e fundar os *"Gay Games"* (Jogos Gays), conhecido inicialmente como Olimpíadas Gays. Positiva ou negativamente, a imprensa do Brasil não repercutia essas histórias de LGBTQIA+ no esporte que começavam a aparecer na América do Norte e na Europa. Reservava-se as notícias sobre homossexuais predominantemente para as páginas policiais ou para os jornais sensacionalistas, conforme pode ser verificado em pesquisas nos acervos do principias periódicos do país e no arquivo da Biblioteca Nacional. Até o final da década de 1980, diante da polêmica que o assunto levantava, dificilmente esses casos podem ter influenciado os atletas brasileiros a, de alguma forma, assumirem publicamente a sua orientação sexual diferente do padrão aceito.



TOM WADDELL, idealizador e fundador dos Gay Games
FONTE: arquivo do Springfield College

A década de 1990 passa a ser um marco na história do esporte LGBTQIA+

Efetivamente, foi nos anos 90 que diferentes aspectos da vida LGBTQIA+ começaram a ser mais frequentes na mídia brasileira sem estar relacionado necessariamente a casos negativos. Como será visto mais adiante, isso aconteceu em parte por conta do **advento da AIDS** e da necessidade de explicar os modos de ser de um dos grupos populacionais mais afetados pela epidemia, fato impulsionado pelo crescimento do movimento LGBTQIA+ que, a partir da sua formalização no final da década de 1970, estavam cada vez mais forte e atuante no cenário nacional.

É também importante reconhecer que antes do primeiro atleta LGBTQIA+ dar um passo a frente e revelar a sua orientação não-heterossexual, havia uma **multidão de pessoas da comunidade envolvidas com a prática do esporte** em suas diferentes dimensões: seja para condicionamento físico, de forma recreativa, amadora e também de rendimento profissional.

O PIONEIRISMO DAS TORCIDAS GAYS NO FUTEBOL

O ambiente de repressão governamental dos anos 70 foi desafiado pela luta dos movimentos sociais. Neste contexto, a comunidade LGBTQIA+ começava a se fazer presente no esporte e ocupar novos espaços. Espaços que desde a primeira metade do século XX refletiam o pensamento de parte conservadora da sociedade brasileira, onde usar nomes pejorativos que indicassem que o oponente, o árbitro ou o atleta com mau desempenho fosse homossexual, era uma forma de tentar atingi-los em valores não condizentes com a característica de um bom atleta masculino.

Como ato de resistência e progresso, no início dos anos 70 surgem no país as primeiras torcidas organizadas no modelo que conhecemos atualmente, com a cultura de acompanhamento coletivo e contínuo do seu time, com associação formalizada de seus membros e com a prática de ações comerciais variadas. Como contexto importante da época, vale destacar que a rivalidade entre torcidas ocorria de um modo mais pacífico[4].

Foi então que em 1977, frequentadores da boate gay Coliseu, em Porto Alegre, liderados pelo dono do estabelecimento, Volmar Santos, criaram a primeira torcida organizada gay de futebol no Brasil, a Coligay, torcida do Grêmio Football Porto Alegrense. O grupo se vestia com longas túnicas brancas ou das cores do time, algumas com as letras do nome do clube. Chamavam a atenção por serem assumidamente gays e pela forma entusiasmada de manifestarem seu apoio em comparação com as demais torcidas. Entoavam hinos, dançavam e reagiam de forma festiva a todos os lances do jogo (GERCHMANN, 2014; PINTO, 2021).

A Coligay provocava sentimentos mistos nas demais torcidas do clube e nos gestores do time. Houve reações negativas e carregadas de intolerância. O pior caso foi quando outro torcedor lançou pedras contra eles, sendo reprimido e retirado do estádio, contudo criando uma forte repercussão sobre a situação. Na estreia da torcida, a reação contrária causada pela sua chegada foi tão grande que a brigada militar teve que agir para evitar que o grupo fosse agredido, porém também houve acolhimento e elogios à forma de atuação da Coligay.

[4] Neste período, o ambiente entre torcidas era de rivalidade, mas ainda com certa camaradagem e respeito mútuo. Só nos anos 90 que a violência entre torcidas se torna um elemento novo desse modelo de associação. Essa observação é importante para entendermos que o surgimento bem-sucedido da primeira torcida gay do futebol brasileiro se deu diante de um cenário entre torcidas mais ameno.

COLIGAY

1977

Primeira torcida gay brasileira: Coligay

(Grêmio/RS)

A primeira torcida organizada gay do país foi a Coligay, do Grêmio de Porto Alegre, fundada em 1977 por Volmar Santos, na época dono de uma boate LGBT chamada Coliseu. A torcida estreou no estádio Olímpico Monumental, na capital gaúcha, em vitória do seu time contra o Santa Cruz por 2x1.

A torcida, que chegou a ter setenta integrantes, foi hostilizada e ameaçada por torcidas organizadas do próprio time, que a acusavam de ser iniciativa arquitetada por torcedores dos times rivais com o objetivo de difamar a imagem do Grêmio. Recebeu reações negativas e de intolerância ao ponto do seu fundador colocar membros da torcida para fazer aulas de caratê visando a defesa pessoal.

Repressão tácita, desistências e ameaças de violência acabaram por extinguir a torcida, que se desfez em 1980 (BARRERO, 1987).



DIVULGAÇÃO/LIBRETOS
https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/07/deportes/1491595554_546896.html



CREATIVE COMMONS
Coligay.png/
10 de abril de 1977

Fonte:
https://memoria.ebc.com.br/torcedores-do-gremio/2013/04/torcedores-de-gremio-e-flamengo-ja-criaram-organizadas-para-combater-a
https://esportes.yahoo.com/noticias/8-torcidas-organizadas-lgbt-pelo-brasil-e-pelo-mundo-172844772.html
https://www.90min.com/pt-BR/posts/5-torcidas-lgbtq-pioneiras-no-futebol-brasileiro

FLA-GAY

1979

Fla-Gay: iniciativa frustrada no Rio de Janeiro

Nascida por iniciativa do carnavalesco Clóvis Bornay (que era, na verdade, botafoguense), que convocou flamenguistas gays para criar uma torcida. Sua estreia em jogos seria para assistir ao clássico Fla-Flu, como é conhecida a partida entre Flamengo e Fluminense.

Assim como aconteceu com os torcedores da Coligay do Grêmio, a torcida foi hostilizada pelos próprios torcedores flamenguistas, ao ponto de nunca chegar a marcar presença no estádio.

A imprensa noticiou a iniciativa de forma jocosa. O próprio presidente do clube à época, Márcio Braga, que inclusive tentou proibir a presença da torcida, atribuiu a derrota naquele jogo por 3X0 a uma "praga da Fla-Gay".

A torcida rapidamente acabou.


Jornal dos Sports

Flu vence e empolga a galera. 3 a 0 no Fla

Márcio: Foi praga da Fla-Gay

www.flunomeno.com



www.carluciolleite.com.br

Fonte
https://memoria.ebc.com.br/torcedores-do-gremio/2013/04/torcedores-de-gremio-e-flamengo-ja-criaram-organizadas-para-combater-a
https://esportes.yahoo.com/noticias/8-torcidas-organizadas-lgbt-pelo-brasil-e-pelo-mundo-172844772.html
https://www.gomin.com/pt-BR/posts/5-torcidas-lgbtq-pioneiras-no-futebol-brasileiro

"Chamava muito a atenção, pela alegria, porque eles cantavam os noventa minutos, o Grêmio ganhando ou perdendo" (ANJOS, 2018). Durante a existência da Coligay, o Grêmio teve uma atuação muito bem-sucedida, consagrando-se campeão pela primeira vez em oito anos do campeonato gaúcho, enfim derrotando o Sport Club Internacional que, até então, levara todas as vitórias nesse período. O surgimento da torcida gay associado a esse acontecimento transformou-a em uma mascote, ou amuleto da sorte, para o time, sendo apontada como eventual justificativa para sua duração até 1983 (GERCHMANN, 2014; PINTO, 2021).

A iniciativa teve apoio da comunidade LGBTQIA+ que financiou parte das atividades do grupo. Outros recursos vieram de dirigentes do clube e da própria boate. A experiência e o exemplo dos torcedores gays gremistas inspiraram diretamente o surgimento de outra torcida gay: a Fla-Gay, do Flamengo (RJ).

O início da Fla-Gay é um tanto diferente da Coligay. Começaria dois anos depois e foi uma iniciativa de um torcedor de um time oponente, o botafoguense e famoso carnavalesco Clóvis Bornay, em conjunto com o jornalista e radialista Pedro Paradela. Sofreu forte oposição do presidente do time, Márcio Braga, que tentou proibir a entrada do grupo no Maracanã. A imprensa fez uma cobertura entre a piada e o ridículo, apontando a existência da torcida como algo fora do universo futebolístico (PINTO, 2014; 2017; 2018).

Sua estreia estava programada para um clássico Fla-Flu, em 1979, porém a torcida cancelou a sua presença no estádio com receio da provável violência que poderia vir a sofrer. O Flamengo jogou contra o Fluminense e perdeu por 3 a 0. Curiosamente, a ausência da Fla-Gay parece ter sido mais relevante para o impresso esportivo de maior popularidade da época, o Jornal dos Sports, do que a própria cobertura da partida futebolística. Na edição do dia 15 de outubro de 1979, a manchete não destacava a superioridade do Fluminense, nem as fraquezas do Flamengo, mas fazia uma relação direta à derrota do time com a torcida ausente, por meio de uma declaração de Márcio Braga que insinuou que perderam por uma "praga da Fla-Gay". O grupo deixaria de ser mencionado pela imprensa nos meses seguintes. Houve uma tentativa de reorganizá-lo nos anos de 1990; já em 2016 foi criada uma página na rede social Facebook e, posteriormente, no Instagram, com o intuito de manter a memória sobre a iniciativa (PINTO, 2014; 2017; 2018).

Quando as tentativas de Márcio Braga de proibir a ida da Fla-Gay aos estádios chegaram ao conhecimento geral, o assunto tornou-se um debate público. O jornal "Lampião da Esquina" questionou a postura do dirigente comparando-a à experiência positiva que o Grêmio tinha com a Coligay. Também falou sobre a existência de homossexuais como atletas e torcedores do clube, observando que o lugar reservado para eles era o de não manifestação de sua sexualidade, permanecendo "enrustidos". Um dos autores dos artigos direcionados à Braga foi Antônio Chrysóstomo, um dos fundadores do "Lampião". Para provar seu ponto de vista que os homossexuais eram parte da história do Flamengo, ele deu seu exemplo como ex-atleta de natação que conquistou a vitória no campeonato carioca de 1955 para o clube.

Chrysóstomo é outro símbolo da relação da comunidade LGBTQIA+ com o esporte no Brasil nesse período do chamado esporte moderno. Presente em todas as dimensões do esporte, da prática profissional à esporádica, da torcida espontânea à organizada, a comunidade LGBTQIA+ mantinha-se quase na totalidade das vezes de forma não-assumida, porém colaborando efetivamente para construção do esporte no país. O peso dessa contribuição nunca será estimado de forma clara e significativa, pois foi levada a não manifestar uma sexualidade que fosse diferente da heterossexual-cisgênera (CHRYSÓSTOMO, 1979).

Mesmo suas contribuições, quando realizadas de forma pública, foram muitas vezes apagadas. As próprias histórias da Coligay e da Fla-Gay ficaram praticamente esquecidas por quase 40 anos. Apenas mais recentemente, com o advento de torcidas gays contemporâneas, essas iniciativas pioneiras estão sendo resgatadas e incluídas na narrativa oficial dos clubes.



LAMPIÃO DA ESQUINA, veículo pioneiro da comunidade LGBTQIA+ no país
FONTE: www.tropicuir.org/lampiao-da-esquina/

Então, em 2013, a torcedora Nathalia Duarte criou uma página em rede social de torcida gay para o time Atlético Mineiro contra a LGBTfobia no futebol, a Galo Queer. A iniciativa foi recebida com violência pela demais torcidas do time com manifestações homofóbicas, ameaças e xingamentos. Por outro lado, ganhou apoio de torcedores e da comunidade LGBTQIA+, que viu na iniciativa uma forma de luta contra a intolerância e a favor da diversidade. O fenômeno fez surgir diversas outras torcidas em redes sociais com caráter semelhante. A virulência com que foram recebidas as impediram de transformar a iniciativa em algo fisicamente presente nos estádios. Entre as torcidas que surgiram neste momento estavam:

- Bambi Tricolor, do São Paulo FC (SP);
- Corinthians Livre, do Corinthians (SP);
- Cruzeiro Maria, Cruzeiro (MG);
- EC Bahia Livre, do Bahia (BA)
- Flamengo Livre, do Flamengo (RJ);
- Gaivotas Fiéis, do Corinthians (SP);
- Galo Queer, do Atlético Mineiro (MG);
- Grêmio Queer, do Grêmio (RS);
- Palmeiras Livre, do Palmeiras (SP);
- Queerlorado, do Internacional (RS);
- Timbu Queer, no Náuticos (PE);
- Vitória Livre, do Vitória (ES);

Destas torcidas, Gaivotas Fiéis foi um caso a parte, que ganhou repercussão por ter sido fundada por Felipeh Campos, apresentador de TV e jornalista. Enquanto as demais foram criadas no mês de abril de 2013, no fluxo de repercussão da Galo Queer, a Gaivotas foi anunciada em outubro do mesmo ano. Felipeh havia criado como forma de conscientização contra a homofobia no time após seu namorado ter sido agredido por um torcedor. Na sua opinião, era mais eficiente criar a torcida do que expor a agressão para fazer os torcedores refletirem sobre a intolerância.

Com exceção da Palmeiras Livre, todas as demais torcidas ficaram limitadas a uma página na rede social Facebook, deixando de existir de meses a poucos anos depois de surgirem, inclusive tendo suas páginas deletadas. O grande mérito foi expor novamente a LGBTfobia dos times, torcidas e chamar a atenção da mídia para o tema. Essas iniciativas abriram caminho para o próximo momento das torcidas.

A HORA DA LUTA

Enquanto a Seleção Brasileira de Futebol Masculino iria do vexame no 7 a 1 em casa, na Copa do Mundo de 2014, para a consagração da medalha de ouro nos Jogos Olímpicos, nos penaltis, em um 5 a 4, em 2016, em ambas as vezes contra a Alemanha, uma revolução de acesso ao esporte acontecia, protagonizada pela comunidade LGBTQIA+. Como mencionado, foram formados diversos coletivos e eventos que permitiram a inclusão de milhares de pessoas em atividades esportivas.

A convergência da pauta nacional do esporte, somada a uma comunidade com mais cidadania devido a conquistas de direitos, com um movimento social fortalecido e com meios de organização facilitados pelas redes sociais, criaram um ambiente favorável para que o esporte LGBTQIA+ definitivamente saísse do armário. Não seria diferente para os torcedores de futebol que agora sentiam-se impulsionados a se organizarem para torcer abertamente para seus times, mas, também, para resistir a forte pressão que sofriam do futebol, que a Nix Diversidade identifica como a última e maior fronteira da LGBTfobia no esporte brasileiro.

Lutar contra o ambiente intolerante do esporte mais querido do país é fundamental para a construção de uma sociedade que não nega acesso de seus cidadãos LGBTQIA+ a vários aspectos socioculturais, incluindo a fruição esportiva. É com essa dimensão que mistura ativismo de ações concretas e cobranças com a paixão pelo esporte que novas torcidas vão surgir e permanecer. Juntamente à Palmeiras Livre (SP), são formadas as torcidas:

- **FlaGay, do Flamento (RJ), 2016;**
- **Papão Livre, Paysandu (PA), 2017;**
- **Canarinhos LGBTQIA+, Brasil, 2019;**
- **Coxa LGBTQ+, Coritiba (PR), 2019;**
- **Fiel LGBT, Corinthians (SP), 2019;**
- **Furacão LGBT, Athletico Paranaense (PR), 2019;**
- **LGBTreze, Treze FC (PB), 2019;**
- **LGBTricolor, Bahia (BA), 2019;**
- **Marias de Minas, Cruzeiro (MG), 2019;**
- **Orgulho Rubro Negro (RJ), 2019;**
- **Orgulho Vermelho, Internacional (RS), 2019;**
- **Porcoíris, Palmeiras (SP), 2019;**
- **Coral Pride, Santa Cruz (PE), 2020;**
- **Frasqueira LGBT, ABC Futebol Clube (SP), 2020;**
- **Leões com Orgulho, Clube do Remo (PA), 2020;**
- **LGBTQIA Botafogo, Botafogo (RJ), 2020;**
- **Paraná LGBTQ, Paraná Clube (PR), 2020;**
- **Periquito LGBTQIA, Goiás Esporte Clube (GO), 2020;**
- **São Paulo FC Livre, São Paulo FC (SP), 2020;**
- **Sport Recife LGBT, Sport (PE), 2020;**
- **Vasco LGBTQ+, Vasco (RJ), 2020;**
- **Vozão Pride, Ceara Sporting Club (CE), 2020;**
- **Tigrão LGBT, Vila Nova Futebol Clube (GO), 2021;**
- **Fora da Toca, América FC (MG), 2022;**

Destas torcidas, apenas LGBTreze, Orgulho Vermelho, Periquito LGBTQIA, SPFC Livre e Sport Recife LGBT estão desativadas. As demais encontram-se organizadas e se uniram em torno do Coletivo de Torcidas Canarinhos LGBTQIA+, que também representa a torcida LGBTQIA+ da Seleção Brasileira.

DO SOFÁ PARA O CAMPO

Como visto, as torcidas surgiram na passagem dos anos 70 para os 80 no eixo Rio Grande do Sul-Rio de Janeiro. Mesmo com as menções de grupos em São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco, pode-se afirmar que o fenômeno inicial era concentrado naqueles estados.

O fenômeno mais atual é caracterizado por torcidas em todas as regiões, ainda que longe de ser representativo no território nacional. Há uma concentração nos estados de 13 torcidas no Sul e Sudeste em comparação com as 6 dos estados do Centro-Oeste, Norte e Nordeste e um da Seleção. Isso também reflete a localidade dos times mais populares do país. Entre as 15 maiores torcidas, segundo o estudo AtlasIntel (2023), apenas São Paulo FC (SP), Fluminense (RJ) e Santos (SP) não possuem uma torcida LGBTQIA+.

Se colocados esses dois momentos em contraste e verificando a atuação dos grupos atuais, é possível concluir que as torcidas estão se consolidando e ocupando seu espaço. Há uma organização crescente acompanhada de um ativismo atento a cada jogo para que a comunidade de torcedores não sofra as violências comuns do futebol sem uma reação imediata e articulada.

O Coletivo Canarinhos também produz documentos que registram a LGBTfobia, suas atuações e dos gestores de futebol como o 1° Anuário do Observatório da LGBTfobia no Futebol do Coletivo de Torcidas Canarinhos LGBTQ e o Relatório LGBTQIAP+ e a Copa do Mundo no Catar. Nestes, constam dados importantes como o fato de que, em 2022, houve 74 casos de LGBTfobia ligados ao futebol brasileiro que foram registrados dentro e fora de campo.

LILICO

1999

Lilico: atleta do vôlei foi o primeiro a se declarar publicamente homossexual

Luis Cláudio Alves da Silva, o Lilico, foi um dos primeiros atletas brasileiros a "sair do armário". Com carreira de destaque na Seleção desde as categorias de base, foi medalhista de prata no Mundial de Vôlei Juvenil de 1995, na Malásia.

Era um dos maiores pontuadores da Superliga no final da década de 1990, mas não teve uma oportunidade sequer na Seleção Brasileira adulta, chegando a reclamar em entrevista que não tinha chances por ser gay. Diante da situação, chegou a cogitar se naturalizar argentino para disputar os Jogos Olímpicos de Sidney (2000), mas acabou desistindo da ideia. Jogou no Japão, mas passou a maior parte da carreira na Superliga, sempre com destaque, aposentando-se em 2005.

Em 2007, aos 30 anos, Lilico é vítima de um AVC fatal.





https://wscom.com.br/
Foto: Globoesporte.com

Fonte
https://wscom.com.br/conheca-a-historia-do-primeiro-atleta-de-volei-a-se-revelar-publicamente-gay/
https://ge.globo.com/video/em-2000-lilico-diz-que-foi-cortado-da-selecao-de-volei-ao-assumir-que-e-homossexual-2257784.ghtml
https://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk1901200708.htm

PARTE III

PREPARAÇÃO PARA A SAÍDA DO ARMÁRIO *ANOS 80 E 90*

DA REPRESSÃO DA DITADURA À PANDEMIA DA AIDS

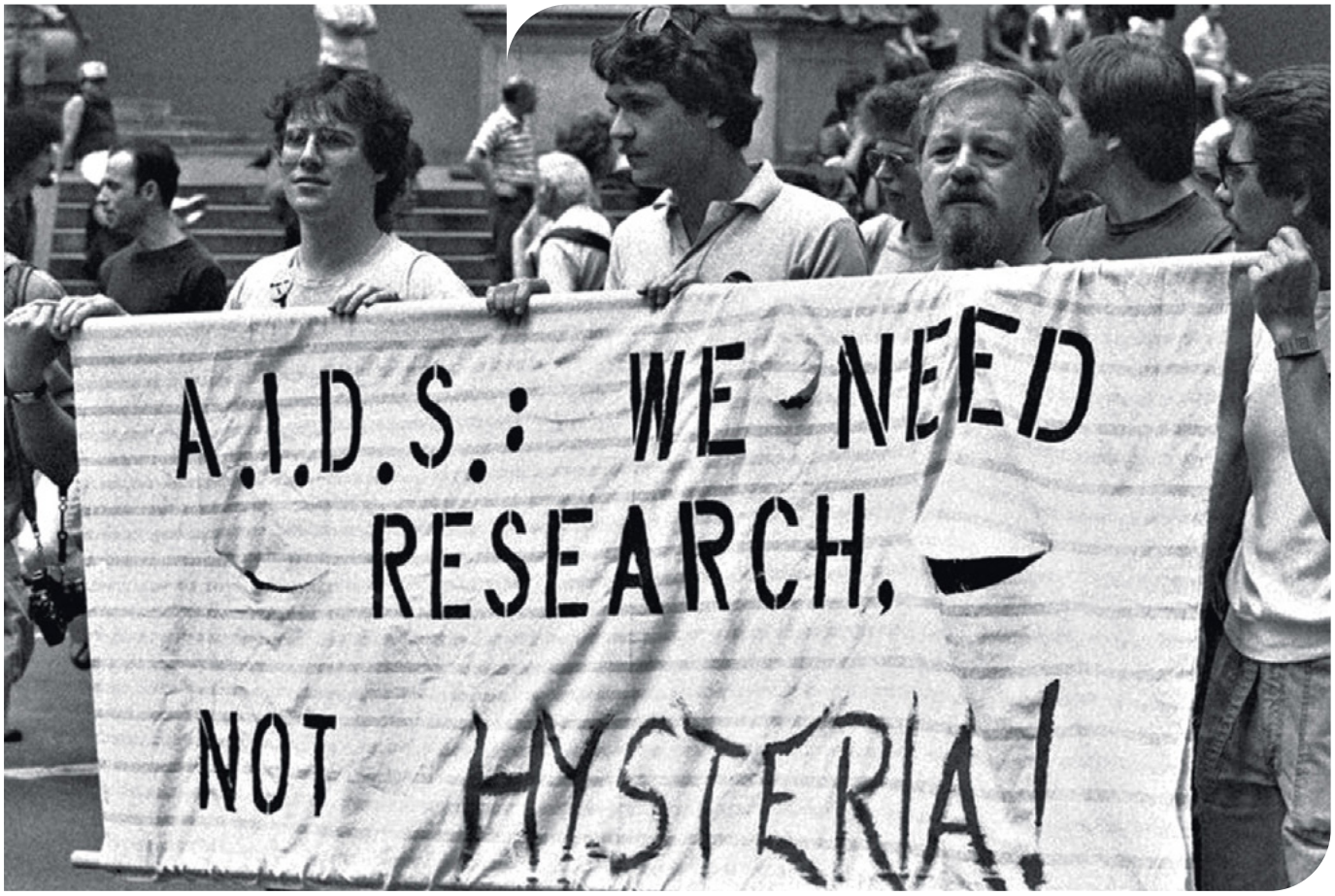
Autores como Pinto et al. (2018), James Green e Renan Quinalha (2015) e João Silverio Trevisan (2018) descrevem as mudanças no movimento LGBTQIA+ no final dos anos 70 que, ainda sob os limites e repressões da ditadura, passa a estar oficialmente organizado a partir da institucionalização do Grupo de Afirmação Homossexual (SOMOS), de São Paulo. Era uma semente, não representava nem a pluralidade da sexualidade e identidade não-heterossexual-cisgênera, nem a diversidade étnico-cultural brasileira, porém, no ato de formalização do grupo, em 1978, iniciou-se de uma série de desdobramentos que formariam a rede de grupos e ideias que compõem o atual conjunto de movimentos LGBTQIA+ no país.

Apesar de não totalmente representativo da diversidade do contexto nacional, os homossexuais homens e as mulheres lésbicas do SOMOS formavam um grupo heterogêneo. Havia duas principais vertentes, uma que entendia o movimento a partir de uma ótica de alinhamento às pautas da esquerda brasileira e outra que privilegiava ações mais identitárias. Mesmo nessas vertentes, havia perspectivas diferentes sobre como o movimento deveria agir. Um ponto comum que unia os indivíduos era o **combate à ditadura.**

Sua ação fez surgir diversos outros grupos e acendeu uma chama político-ativista que não mais se apagaria no país, nem mesmo nos momentos de grandes desafios que viriam nos anos após o SOMOS se dissipar, em 1983. A morte anunciada da ditadura e o advento da pandemia da AIDS provocaram uma reorganização do Movimento LGBTQIA+. Dos mais de vinte grupos de luta por direitos LGBTQIA+ em 1980, restaram apenas seis em 1985. E é neste ano que o combalido Movimento LGBTQIA+ conquista a **retirada do homossexualismo da lista de transtornos pelo Conselho Federal de Medicina, despatologizando a homossexualidade.** O sufixo "ismo" ganharia forte teor pejorativo, sendo usado em sua maioria das vezes por homofóbicos ou por lapsos variados, devidamente repreendidos pela comunidade. O fato deu um impulso positivo para a transformação da visão da homossexualidade na sociedade, além de contribuir com a autoestima e dignidade LGBTQIA+.

A AIDS provocou um efeito duplo. De um lado, tirou a vida de vários ativistas e jogou o estigma da doença sobre os LGBTQIA+; de outro, iniciou um processo de desenvolvimento de redes de organizações, profissionais e meios de financiamento para essa população com o intuito de combater a proliferação do vírus HIV. Era preciso envolver a comunidade no combate e isso passava necessariamente pela formação de agentes vindos desta. Também era preciso envolver a sociedade como um todo e para isso era necessário tirar parte dos véus da LGBTfobia. **A visibilidade para homossexuais e transexuais alcançaria patamares inéditos e as organizações atuantes conseguiram estruturar-se e planejar melhor sua atuação.**

No esporte, o efeito da pandemia foi também muito negativo, em especial para a população LGBTQIA+. Com o preconceito contra a comunidade, cada indivíduo que não fosse cisgênero e heterossexual, poderia ser visto como um eventual vetor da doença. **O medo da transmissão do vírus por meio do contato na prática esportiva se tornou uma verdadeira paranóia.** Por exemplo, o nadador holandês e homossexual Peter Prijdekker foi **expulso do clube de natação que fazia parte depois que seu companheiro morreu em decorrência da AIDS,** devido ao medo de que o vírus pudesse ser transmitido pela água.



Manifestação nos anos 80 nos EUA: luta contra o preconceito
FONTE: Rollins University/ New York Historical Society

O caso de Magic Johnson é lembrado como um momento em que a mídia e o público começaram a entender que "qualquer um" poderia ser infectado com o vírus.



MAGIC JOHNSON, astro da NBA foi diagnosticado com o vírus da AIDS em 1991
FONTE: https://people.com/health/magic-johnson-says-there-was-no-greater-pressure-telling-wife-cookie-about-hiv-diagnosis/
FOTO: RICK STEWART/ALLSPORT/GETTY

O diagnóstico positivo de atletas heterossexuais transformava-os em vítimas de LGBTfobia, pois levantava suspeitas sobre a sua sexualidade. Muitos homens cisgêneros corriam para aparecer em fotografias com esposas e namoradas, com o intuito de debelar os boatos. Mesmo se sua vida sexual não fosse alvo de questionamento da mídia, o atleta diagnosticado com o HIV poderia sofrer o preconceito duplo. Como no caso de **Magic Johnson,** que anunciou sua soropositividade em 1991. Heterossexual com vida sexual ativa e considerada até mesmo promíscua por parte do grande público, o atleta foi inúmeras vezes **questionado sobre um possível contato sexual com homens.** Sempre o negou, porém, sem demonstrar homofobia em suas respostas.

O caso de Magic Johnson é lembrado como um momento em que a mídia e o público começaram a entender que "qualquer pessoa" poderia ser infectada com o vírus. Além disso, a ciência avançou e conseguiu explicar a transmissão da doença como algo além da sexualidade. As estatísticas mostravam a proliferação de casos da doença entre os heterossexuais cisgêneros, porém o **estigma da AIDS como "câncer gay" nunca seria totalmente superado** e passou a ser mais um aspecto da LGBTfobia (MONTE; CAMPOLINA, 2021).



EDINANCI SILVA, judoca foi submetida a controversos testes de feminilidade para garantir sua participação olímpica
FONTE: www.judoinside.com/
FOTO: DIVULGAÇÃO

A INCLUSÃO DAS OUTRAS LETRAS NO DEBATE

A intolerância e o preconceito com o surgimento da AIDS tornou-se um reforço na pressão para que atletas LGBTQIA+ permanecessem sem se assumir, **privando o direito desta comunidade em viver plenamente sua sexualidade também no esporte.** No Brasil dos anos 80 e 90, esses atletas permaneceram "no armário", porém estavam presentes no esporte de alta performance, conforme constatado quando assumiram, posteriormente, serem homossexuais ou bissexuais, ao se aposentarem ou se afastarem da prática esportiva.

Nos anos 80, o esporte passa da sua fase histórica moderna para a contemporânea. Nesse momento, a lógica do lucro se consolida nas relações e objetivos derivados da atividade esportiva. Assim, o atleta profissional busca em suas atividades a compensação financeira. O mesmo acontece com representações esportivas nas quais se insere e também nas associações e empresas que organizam competições e campeonatos esportivos. Por outro lado, empresas e órgãos públicos passam a patrocinar atletas, modalidades e eventos esportivos. Nessa cadeia, o atleta bem-sucedido deve representar o conjunto de valores almejados pelas fontes financiadoras.

Somente em 2004 foi permitida a participação de transexuais nas Olimpíadas.

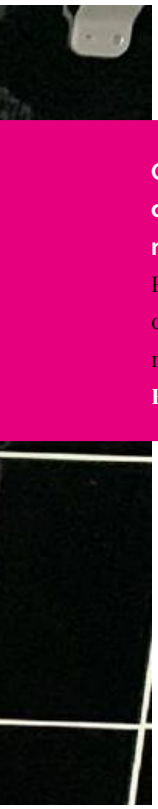


A sociedade dos anos 80 entendia que a comunidade LGBTQIA+ claramente não representava esses valores. A família homossexual ou não-cisgênera era vista como uma ameaça para a família tradicional. Os movimentos de luta em prol dos direitos LGBTQIA+ eram identificados como uma **aproximação às ideologias socialistas e comunistas.** Suas expressões de afeto eram atentados ao pudor; e suas mortes, entendidas como menos graves ou mais toleráveis. **Assumir-se LGBTQIA+ no esporte significava perder patrocínios e financiamentos, ser excluído de ambientes de treino e competição e estar à mercê de violências cotidianas.**

Neste contexto, a inviabilidade do acesso ao esporte de alta performance para a população transexual era absoluta. O esporte reproduzia as separações binárias de gênero calcadas no sexo biológico atribuído à pessoa no seu nascimento. No esporte amador e recreativo, as barreiras sociais estavam presentes em aspectos ainda mais marginalizados do que os já existentes para os homossexuais. Para as pessoas transexuais, não havia a possibilidade de permanecer "no armário" dentro da prática esportiva.

Vale destacar que, desde 1967, a Federação Internacional de Atletismo vinha impondo o **controle do sexo dos atletas pela característica cromossômica,** instituído para os Jogos Olímpicos de 1968 e perdurando-se até os Jogos de 2000. Foi somente em **2004 que houve a permissão para a participação de transexuais nas Olimpíadas.** Apesar do marco, a primeira participação de um atleta trans ocorreu apenas em Tóquio, em 2021. Neste período, alguns critérios foram revistos e atualizados. **Quinn,** pessoa não-binária, jogadora de futebol feminino canadense, e a levantadora trans de peso da Nova Zelândia **Laurel Hubbard,** foram as protagonistas.

Medalista de bronze nas Olimpíadas do Rio de Janeiro, em 2016, Quinn, anunciou publicamente em 2020 sua identidade transgênero. Na época, em suas redes sociais, disse que a revelação era também uma forma de dar visibilidade à comunidade queer (minorias que enxergam sua sexualidade e seu gênero dentro



QUINN, canadense da seleção feminina de futebol, foi a 1ª atleta trans a conquistar medalha em Jogos Olímpicos
FONTE:https://oglobo.globo.com/esportes/toquio-2020/canadense-a-primeira-pessoa-assumidamente-trans-nao-binaria-receber-medalha-nas-olimpiadas-25143171
FOTO: INSTAGRAM @THEQUINNY5/O GLOBO

de um espectro vasto, indo além das definições cis, transexual, heterossexual, bissexual, homossexual. Em 2021, além do pioneirismo, também tornou-se campeã olímpica.

Já Laurel foi a primeira mulher transexual a ter sua participação nos Jogos atrelada à revisão dos critérios do Comitê Olímpico Internacional. Anteriormente, era permitida a participação de atletas transgêneros que haviam se submetido à cirurgia de redesignação sexual. Foi em 2015 que o COI retirou essa exigência e se concentrou no controle dos níveis de testosterona. Mesmo não conquistando medalha, a participação de Laurel entrou para a história.

Durante essas décadas, tanto no Brasil como no Comitê Olímpico Internacional (COI), era evidente a falta de informações dos gestores esportivos e da imprensa para lidar com a diversidade no esporte, como ficou claro no episódio da participação da judoca brasileira **Edinanci Silva,** na Olimpíada de Atlanta (1996). Não encontramos nenhuma entrevista com a atleta se assumindo intersexo de forma explícita, porém sua intersexualidade foi exposta e investigada de modo invasivo e sensacionalista, com detalhes da sua anatomia sendo divulgados amplamente. Edinanci possuía características masculinas e femininas, tendo a produção de hormônios masculinos acima do referencial para mulheres. **Para permitirem a sua participação nas Olimpíadas, Edinanci teve que se submeter a uma cirurgia.** Após esse procedimento, passou no **teste de feminilidade** e marcou sua presença em Atlanta. Na sequência deste episódio, Edinanci também pode participar dos Jogos Olímpicos de Sydney (2000), Atenas (2004) e se despediu nos Jogos de Pequim (2008). Conquistou duas medalhas de bronze nos Mundiais de Judô (PARIS, 1997, e Osaka, 2003), e duas medalhas de ouro nos Jogos Pan-Americanos (República Dominicana, 2003, e, Rio de Janeiro, 2007).

Internacionalmente, o grande marco dos anos 80 e 90, visando a inclusão da pluralidade da comunidade LGBTQIA+ no esporte, foi a criação dos Gay Games, na cidade de São Francisco (EUA), no ano de 1982. O evento surgiu da experiência de Tom Waddell como atleta olímpico e sua constatação das dificuldades e barreiras impostas para aqueles que não seguiam os padrões heterossexuais e cisgêneros. Os Jogos abririam uma oportunidade para que atletas de todos os países pudessem exercer, competitivamente, sua atividade esportiva de alto rendimento e de forma semelhante às experimentadas em grandes competições internacionais, porém sem a estrutura de separações fixas por gênero e por padrões heteronormativos. Nesse sentido, os Gay Games representam uma das **competições de vanguarda em políticas de inclusão da população transgênera,** dando atenção para identidades étnicas específicas que necessitavam de reconhecimento das características singulares para a sua participação em competições (SYKES, 2006). O Brasil participa do evento desde 1986, quando esteve presente com sua primeira delegação.



www.nexojornal.com.br

GAY GAMES

1982

Gay Games: a agenda LGBTQIA+ chega finalmente ao esporte

Os Gay Games foram idealizados por Tom Waddell, um decatleta estadunidense que havia competido nos Jogos Olímpicos da Cidade do México, em 1968. Sua proposta foi a de criação dos Gay Olympic Games no intuito de estruturar uma competição para pessoas que não se consideravam heterossexuais.

A criação do evento gerou forte reação do Comitê Olímpico dos Estados Unidos, que processou Tom Waddell e o impediu de utilizar a designação "Olimpíadas".

No discurso de abertura do primeiro evento, em São Francisco, em 1982, Waddell deu o tom do que imaginava para os jogos, dizendo:

"O Gay Games não é separatista, não é exclusivo, não é orientado e focado na vitória, e não é para ganho comercial. Ele é, contudo, uma iniciativa que pretende trazer à comunidade global, a união em amizade, para experimentar a participação e elevar a consciência, autoestima, alcançando uma forma de sinergia cultural e intelectual".

Hoje, o evento é uma grande festividade muito estimada pela comunidade LGBTQIA+, que promove a equidade, a inclusão e a diversidade por meio do esporte e da cultura.

Desde 1982, teve as seguintes sedes: San Francisco (1986), Vancouver (1990), Nova Iorque (1994), Amsterdam (1998), Sydney (2002), Chicago (2006), Colônia (2010), Cleveland+Akron (2014) e Paris (2018). Hong Kong (2023) será a próxima edição.



Foto: Rene Barnal

AVANÇANDO CONTRA A HOMOFOBIA NO FUTEBOL

Entre meados dos anos 80 e o início dos 90, a cultura das torcidas organizadas acirrava os ânimos nos estádios de futebol, tornando o **ambiente ainda mais machista e homofóbico.** Xingamentos como "bicha"e "viado" eram dirigidos aos árbitros e aos times oponentes com frequência. Ironicamente, surgiriam três juízes homossexuais, que iriam expor a intolerância tão presente no mais popular esporte brasileiro, por meio da irreverência.

Jorge José Emiliano dos Santos, o Margarida, como era conhecido, foi o primeiro juiz homossexual assumido a atuar em um campeonato da Primeira Divisão no Brasil. Sua partida de estreia aconteceu em 1988, no estádio da Gávea, durante um jogo da Taça Guanabara, no Rio de Janeiro. Ao entrar em campo, Margarida foi recebido por um coro de "bicha", entoado pela torcida do Flamengo. Apesar de tecer comentários sobre seu jeito "afeminado" e caricato, a imprensa especializada da época também elogiou a qualidade da sua arbitragem. Sua história

Jorge José Emiliano dos Santos, o Margarida, foi o primeiro árbitro homossexual assumido da primeira divisão do futebol brasileiro.

CLÉSIO MOREIRA DOS SANTOS, árbitro profissional da década de 90 também usou o apelido de Margarida em homenagem ao seu precussor

FONTE: www.museudapelada.com/

FOTO: ANDRÉ MENDONÇA



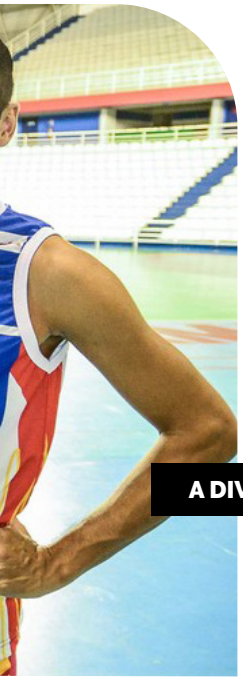


começa nas areias de Copacabana, em 1968, quando sua família se muda para o bairro carioca e Jorge passa a arbitrar partidas locais de futebol de areia. Sua atuação o levou a ser convidado para atuar profissionalmente em 1982. Entre idas e vindas e a rejeição do seu pai à atividade, ele se firma como árbitro no futebol de elite brasileiro. Em entrevista para a revista Placar na época, ele falou sobre a presença de vários outros árbitros gays no futebol, destacando que poderia apenas mencionar o **Bianca e o Borboleta (Walter Senra e Paulino Rodrigues da Silva, respectivamente)** como homossexuais assumidos. Chegou a arbitrar até 1994, já debilitado por consequência da AIDS, morrendo de insuficiência respiratória no ano seguinte. Tempos depois, o árbitro profissional Clésio Moreira dos Santos assume seu apelido como forma de homenagear o "Margarida original". Em 1998, adota um uniforme totalmente rosa para apitar partidas amadoras e amistosos. Em 2004, se aposenta.

Enquanto o primeiro Margarida assumiu o apelido homofóbico como sua marca, Walter Senra resistiu em aceitar ser chamado pelo apelido de Bianca, como a imprensa o nomeava. Walter arbitrou até 2002, ano em que foi encontrado morto em sua casa, em Petrópolis, por causa desconhecida ou não divulgada, porém sem marcas de violência. Na época, suspeitou-se de ataque cardíaco ou excesso de medicamentos.

Vale também registrar que, em entrevista ao Jornal dos Sports, de 2 de setembro de 1987, Margarida e Bianca, ao mencionarem que Paulino era homossexual assumido, na verdade, o estavam "tirando do armário" contra sua vontade. Além dele, foram nomeados outros vários juízes, incluindo insinuações sobre Armando Marques, que, além de nunca se assumir homossexual, ironicamente, **foi acusado de perseguir juízes homossexuais no futebol** quando assumiu o cargo de presidente da Comissão Brasileira de Arbitragem de Futebol (COBRAF), de 1997 a 2005, conforme apurou Breiller Pires para o site Vice Brasil (CARVALHO, 1987; RODRIGUES, 1987; PIRES, 2016).

A pressão de Margarida, naquele ano de 1987, sobre João Ellis Filho, o então presidente da COBRAF, e sobre outros árbitros, como o José Roberto Wright, foi decisiva para que no ano seguinte ele se consagrasse como o primeiro homossexual assumido árbitro da primeira divisão do futebol brasileiro. Depois desta conquista, passaram-se mais de 25 anos sem uma nova grande conquista LGBTQIA+ no futebol profissional, quando as mulheres da modalidade liderariam a representatividade.



LIGA AMAZONENSE DE VÔLEI
FONTE: fhttps://ge.globo.com/
FOTO: MAURO NETO/SEJEL

A DIVERSIDADE NO ESPORTE AMADOR

Já em relação ao futebol recreativo e amador, surgiria em 1990, um coletivo de homens gays no centro da cidade de São Paulo, o **Real Centro Futebol Clube,** considerado **o grupo esportivo LGBTQIA+ mais antigo do Brasil.** Por muitos anos, consistiu em um encontro de amigos para jogar bola e socializar em clima livre da homofobia tão presente na modalidade, mas com o passar do tempo, o time foi ganhando novos integrantes e treinos fixos. Suas primeiras atuações foram em competições não-inclusivas, por isso, a orientação sexual dos participantes foi omitida dos eventos por muito tempo, buscando evitar conflitos com as demais equipes. Nos últimos anos, com a criação de diversos coletivos inclusivos, o grupo tem participado de torneios LGBTQIA+ com bons resultados, e conta com uma equipe de veteranos e outra de performance, para atuar em campeonatos.

Alguns anos depois do nascimento do Real Centro Futebol Clube, em 1996, o proprietário da boate Blue Space, no bairro da Barra Funda, em São Paulo, iniciaria outra tradição paulistana, o **Futebol de Drags.** Reunindo o elenco da casa e convidados, José Victor realiza o evento dentro da programação de aniversário de sua boate. Embora com caráter de espetáculo, estabeleceu-se como uma forma bem-humorada de questionar a heteronormatividade cisgênera no esporte preferido do país. Realizado com frequência desde sua fundação, o Futebol de Drags inspirou outras iniciativas semelhantes no Brasil.

No mesmo período, o esporte LGBTQIA+ começava a construir sua história no vôlei. Em 1992, no **Amazonas, surgiu o primeiro evento LGBTQIA+ de esporte inclusivo,** a partir da reunião de jogadores gays que praticavam o esporte na unidade do Serviço Social do Comércio (SESC) de Manaus. Por iniciativa de Agenor Peixoto, é criada a Liga Gay de Vôlei do Amazonas, que reúne atualmente cerca de cento e vinte participantes de vários Estados e, ocasionalmente, de outros países. Trata-se de um campeonato de 4x4, no qual cada time representa uma nação diferente e a condição para participação é ser homossexual. Recebeu da Fundação Vila Olímpica de Manaus o título de Patrimônio Histórico Esportivo, em 2012, e, no ano seguinte, foi premiada pela Associação da Parada do Orgulho LGBT (APOLGBT) com o prêmio Cidadania em Respeito à Diversidade, na Categoria Esporte.



LOGOTIPO DA LIGA GAY AMAZONENSE DE VÔLEI
FONTE: www.rankbrasil.com.br/
AUTOR: CLENILTON ALENCAR

OS ANOS 90 E A TERCEIRA ONDA DO MOVIMENTO LGBTQIA+

Entre 1978 e a década de 1990, o Brasil passaria por três ondas distintas no Movimento LGBTQIA+. A primeira seria de 1978 a 1983, marcada pelo período de existência do SOMOS e pela luta contra a Ditadura Militar. A segunda onda ficou caracterizada pela luta contra a AIDS e a visibilidade vinda desta, que culminou na internacionalização do movimento e no estabelecimento de estruturas de financiamento e apoio de gestão, terminando em 1992. Os anos 90 se caracterizaram pela retomada da força do Movimento LGBTQIA+, conhecida por Terceira Onda, com o surgimento de vários grupos representativos e a formação da primeira rede de organizações LGBTQIA+, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), com **forte atuação no sistema judiciário e legislativo para a conquista e a formalização de direitos civis** (FACCHINI, 2003, 2005, 2021),

Neste período, também surge a primeira organização exclusivamente para luta transexual. E há um processo, muitas vezes conflituoso, de busca de equilíbrio das forças internas do movimento, com lésbicas, bissexuais, transexuais e outras orientações e identidades exigindo e conquistando o protagonismo em relação a um período de foco nos gays. Entram no debate interno da comunidade as questões variadas da transversalidade, principalmente em relação às pessoas não-brancas, periféricas e de corpos não-padrões, como ficariam conhecidos, por exemplo, os gays que fisicamente estão mais distantes do padrão de beleza social mais aceito, ou desejado, pela sociedade.

Outro elemento da época que revolucionou as relações humanas, e em especial teve profundo impacto nas dimensões da vida LGBTQIA+, foi a **popularização da internet, a partir de meados dessa década**. Em poucos anos, a comunidade começou a organizar-se em fóruns, bate-papos e programas de mensagens variados. Esse novo instrumento possibilitou, pela primeira vez, a abrangência do **poder de associaçã**o que, até então, só era disponível para o público heterossexual cisgênero. Antes, a comunidade LGBTQIA+ estava sujeita aos limites da fiscalização da programação dos lugares que poderiam frequentar. Em São Paulo, por exemplo, fosse em um evento cultural, como no Mercado Mundo Mix, ou em outros locais para encontros sexuais, como a parte do Parque Ibirapuera conhecida como Autorama, ou ainda na boate preferida, os encontros entre pessoas LGBTQIA+ eram um tanto aleatórios e direcionados a poucas afinidades. O limite fica claro se pensarmos no esporte. Se o indivíduo não tivesse a sorte de ter amigos com o mesmo gosto por uma modalidade, não seria tão fácil encontrar outras pessoas com a mesma afinidade e orientação sexual. Com a internet, abriram-se diversas possibilidades, inclusive a de encontro de pessoas para jogar bola ou realizar outra atividade preferida no fim de semana.

Certamente, nos primeiros anos, poucos contavam com a estrutura digital. O acesso a computadores e à internet era praticamente exclusivo às pessoas com relativo alto poder aquisitivo. Havia também o recorrente perigo com a identidade dos usuários nos encontros e contatos iniciados no mundo digital. Era o começo de uma nova forma de interação, em que o advento das redes sociais potencializou um ativismo virtual por meio da democratização da informação sobre a cena LGBTQIA+ e de uma pulverização ainda maior do movimento por conta de seu espelhamento no mundo digital.

Ao final da década, **consolidava-se em muitas capitais do Brasil uma cena LGBTQIA+**, um conjunto de estabelecimentos, eventos e serviços direcionados a esta comunidade, **como já acontecia, especialmente, no Rio de Janeiro e em São Paulo**. A comunidade passa a ser um público muito atraente para o mercado. As lésbicas e os gays são vistos como um **segmento da população que gasta mais com serviços e bens de consumo,** pelos seus formatos de família e estilo de vida. A lógica do lucro ultrapassaria a intolerância e faria parcela da sociedade esquecer (ou esconder) parte do seu conservadorismo em troca da sua fatia no chamado **Pink Money**[5], em razão do poder aquisitivo da população LGBTQIA+.

Ressaltando que todos os avanços no modo de vida e convivência social mais pacífica para lésbicas e gays chegavam tardiamente ou simplesmente não alcançavam a população transexual, no final do milênio, a comunidade LGBTQIA+ encontrava um cenário um pouco menos agressivo: as pessoas começavam a ser mais representadas na mídia, ainda que de maneira muito jocosa; havia uma rede de associações lutando pelos direitos e contra a violência sofrida por esta comunidade; e neste período, foram realizadas **três Paradas do Orgulho Gay** em São Paulo, sendo que a última com um público estimado em **35.000 pessoas.** Nas grandes cidades, a cena LGBTQIA+ florescia, com seus indivíduos sentindo-se cada vez mais incentivados a se assumirem publicamente.

Consequentemente, toda a visibilidade alcançada gerou, em paralelo, reações negativas de uma sociedade estruturalmente machista e LGBTfóbica, com o aumento de índices de violência e a crescente organização de grupos intolerantes. **Ainda assim, um novo momento surgiria para a comunidade e as pessoas LGBTQIA+ nascidas a partir dos anos 2000, que experimentariam uma liberdade e inclusão sem precedentes.**



PARADA DO ORGULHO LGBT DE SÃO PAULO
FONTE: https://32xsp.org.br/
FOTO: DIVULGAÇÃO

[5] Pink Money (dinheiro rosa) é o conjunto do poder de compra da comunidade LGBTQIA+.



PARTE IV

AFIRMAÇÃO SOCIAL, POLÍTICA E LEGISLATIVA *ANOS 2000*

VITÓRIAS HISTÓRICAS FORA DAS QUADRAS E DOS CAMPOS

O início do novo milênio foi marcado no Brasil por um maior alinhamento entre o governo na esfera federal e o movimento LGBTQIA+, quando parte desta representação era chamada a sentar-se à mesa para propor e desenhar as políticas públicas nacionais que atendessem essa população. As muitas demandas represadas e o status de "cidadão de segunda classe" traziam tensões às relações, mesmo em seus momentos mais produtivos.

No Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) houve conquistas significativas, sendo o primeiro presidente a apoiar explicitamente a união civil de pessoas do mesmo sexo, incluindo-a no Plano Nacional de Direito Humanos. Além disso, seu governo estabeleceu uma das políticas de combate à AIDS mais arrojadas no cenário internacional para a época. Naquele momento, o projeto que tratava da União Civil Homossexual, de autoria da deputada Marta Suplicy, já tramitava no Congresso há 8 anos, sem possibilidade de ser aprovado, se fosse posto em pauta (ESTADÃO, 2002).

Contudo, foi durante os governos Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Russef (2011-2016) que as políticas LGBTQIA+ ganharam sua maior força, com a convergência ideológica entre a esfera federal e a maior parte do movimento. Em 2004, foi lançado o Programa Brasil Sem Homofobia, do qual derivam instrumentos e ações de participação e monitoramento das políticas públicas pela sociedade civil organizada: criação dos Centros de Referência LGBT; realização da 1ª e da 2ª Conferência Nacional LGBT; e o estabelecimento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT). Apesar dos avanços, o sistema político brasileiro não permitiu que esses governos mais progressistas, mesmo em seus momentos com maioria no Congresso Nacional e com maior popularidade, liderassem pautas importantes para o avanço dos direitos LGBTQIA+, não as aprovando no poder legislativo e relegando as decisões para o poder judiciário, como será descrito a seguir.



1ª CONFERÊNCIA NACIONAL LGBT, realizada em Brasília, 2008.
FONTE: www.brasildamudanca.com.br/conferencias-sobre-direitos-lgbt
FOTO: ANTONIO CRUZ/ABR

Acionado pelas forças civis e políticas brasileiras, **o Judiciário brasileiro promoveu uma verdadeira revolução na garantia dos direitos LGBTQIA+** no período, tendo como algumas das principais conquistas:

- Em 2009, o Ministério da Saúde inclui as cirurgias de redesignação de gênero no Sistema Único de Saúde (SUS). No mesmo ano, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) torna legal a alteração de gênero no Brasil.

- Em maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) estende para as relações homossexuais os direitos previstos no artigo 1.723 do Código Civil, que estabelece a união estável heterossexual.

- Com a decisão sobre a União Estável (2011), a adoção por casais homoafetivos em união estável passa a ser permitida, uma vez que o art. 42, § 2.º, do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece esse critério para adoção conjunta.

- Em maio de 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprova a resolução n° 175/2013, possibilitando a conversão automática da União Estável Homoafetiva em Casamento. Desta forma, no dia 16 daquele mês, fica estabelecido o casamento entre pessoas do mesmo sexo no Brasil.

- Mais recentemente, em junho de 2019, o STF criminaliza no país a LGBTfobia, equiparando-a ao crime de racismo.

- Já em 2020, outro avanço importante. Em decisão histórica, o STF derruba restrição de doação de sangue por homossexuais.

Essas e outras decisões judiciais foram decisivas para a mudança da opinião pública sobre os direitos de pessoas LGBTQIA+, já que estabeleceu-se um conjunto de aparatos legais para a garantia de



PARADA DE SÃO PAULO 2017
FONTE: www.agazeta.com.br/
FOTO: VICTOR ALBUQUERQUE RABELO

alguns dos seus direitos básicos. Ainda que, a partir de 2017, o país viesse a passar por um período conturbado, com a estagnação na continuidade das políticas públicas defendidas pelo Movimento LGBTQIA+ e com forte avanço de grupos reacionários homofóbicos, nascia uma nova forma de abordar os temas da tolerância e dos direitos dessa população por parte da opinião pública.

Nesse período, ganha um novo capítulo a atuação do **Movimento de Travestis, Transexuais e Transgêneros**, que se posiciona de forma ainda mais contundente pelos direitos desta população. Do período da oficialização do movimento, nos anos 90, acompanhado de debates sobre as identidades trans, chega-se ao desencadeamento de uma forte reação pela inclusão social e pelos direitos civis (DE OLIVEIRA, 2017; CARVALHO e CARRARA, 2013). Projetos específicos de proteção social, empregabilidade, saúde, visibilidade, promoção da arte e cultura e da prática esportiva, começaram a surgir e a **influenciar políticas públicas,** promovendo também mudanças na forma de abordagem e representação da mídia de pessoas transexuais.

Com o fortalecimento, a visibilidade e a atuação dos movimentos não-binários, bissexuais, pansexuais e assexuais, a sigla LGBTQIA+ começa a sofrer transformações constantes para incluir a diversidade sexual não-heterossexual-cisgênera. No Brasil dos anos 90, a população foi apresentada ao conceito de **GLS (gay, lésbicas e simpatizantes)** e depois acompanhou a mudança para a sigla **LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros e travestis).** Com os anos 2000, a popularização da teoria queer junto à parte da população, o fortalecimento acadêmico do movimento LGBTQIA+ e a percepção de diversos grupos, de que as letras LGBT não conseguiam representar suas identidades, levaram ao surgimento de variações distintas com usos diversos. Entrariam então o Q de Queer, em referência ao termo em inglês que inclui todos os demais não-heterossexuais e não-cisgêneros em suas variações; o I para Intersexo, ou seja, pessoas que nascem com características de ambos os sexos biológicos; e A para Andrógenos e Assexuais. Outras versões já incluem o P de Pansexual, entre outras identidades. Há uma tendência de contínua adequação desta sigla, tanto para sua expansão, quanto para sua contração ou mudança para termos que englobem diversas nuances, engajamentos, alianças e regionalismos.

Paralelamente a esta evolução do Movimento LGBTQIA+ no Brasil, a **pauta do esporte** passa a ser um ponto relevante na vida cotidiana do país. Em 2007, a Federação Internacional de Futebol (FIFA) anuncia que o Brasil foi escolhido como país-sede da Copa do Mundo de 2014. Assim, doze cidades-sede tiveram que construir ou reformar estádios, criar ou adaptar infraestruturas variadas para atender turistas e organizar uma gigantesca estrutura para a recepção do público, atletas, equipes, imprensa e toda sorte de profissionais envolvidos com o evento mundial. Recursos financeiros na casa dos bilhões de dólares movimentariam o setor neste período de sete anos.

Dois anos mais tarde, em 2009, foi a vez da escolha do Rio de Janeiro como cidade-sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. Novos recursos bilionários foram destinados para a realização do evento. A capital fluminense também teve que criar adaptações para receber as modalidades olímpicas e e o previsto aumento do fluxo de pessoas. Durante nove anos, ambos os eventos permeariam o imaginário brasileiro em seus diversos segmentos populacionais, que **voltaram a sua atenção ao esporte,** nas suas diferentes dimensões.



MARTA, uma das principais referências da comunidade LGBTQIA+ no Brasil e no mundo
FONTE: CREATIVE COMMONS
AUTOR: FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL

Esse quadro geral influenciou, de maneira também significativa, o esporte praticado pelas pessoas LGBTQIA+. Entre avanços públicos e não públicos, o período anterior já havia sinalizado mudanças exemplificadas com o surgimento do primeiro coletivo inclusivo (Real Centro F.C.), a fundação da Liga Gay de Vôlei Amazonense e os casos dos dois atletas identificados como deste segmento da população (a intersexo Edinanci, em 1996, e o homossexual Lilico, em 1999). Com o movimento fortalecido (a internet permitindo uma maior associação das pessoas e dando voz e influência a esta população; o reconhecimento pelos agentes do mercado do seu poder de consumo; o avanço das políticas públicas e a garantia de direitos fundamentais), **a comunidade LGBTQIA+ começa a se sentir mais livre e confiante para explorar outras dimensões da sua vida de forma assumida em relação à sua sexualidade, incluindo na prática esportiva.**

Indivíduos LGBTQIA+ começam a se organizar em grupos de amigos, encontrando-se para a prática esportiva. Em São Paulo, o Parque do Ibirapuera passa a ser conhecido como um dos muitos locais de encontro dessas pessoas para a prática de esportes. Alguns desses **grupos começaram a se organizar de forma mais substancial,** com frequência de treinos ou partidas, colocando-se abertamente como um coletivo LGBTQIA+.

ESPORTE PARA TODOS

Ao longo deste estudo, encontramos o registro de alguns desses grupos mencionados acima. Além da identidade LGBTQIA+ publicamente assumida, é importante destacar a existência de um marco temporal definido para o início de suas atividades e a realização de ações contínuas em determinado espaço de tempo.

Em 2003, um grupo de amigos gays do Mato Grosso do Sul começa a se reunir periodicamente para jogar vôlei, em ambiente livre do machismo e da homofobia. Nascia o **Amigos do Vôlei de Quadra (AVQ).** Com o tempo, passaram a participar de torneios obtendo bons resultados em competições no seu estado, em São Paulo e em Santa Catarina.

Em 2005, outro grupo de amigos começa a se reunir em Porto Alegre para jogar bola. Nasce o grupo **Magia,** considerado o primeiro do Rio Grande do Sul e um dos primeiros do país, predominantemente formado por homens gays cisgêneros, praticantes de futebol. Em 2017, expande suas ações para a população LGBTQIA+ como um todo, incluindo novas modalidades esportivas: futebol society (masculino e feminino), futsal (masculino e feminino), vôlei (competição e aberto), handebol (misto), jiu-jítsu e e-sports.



ANGELS VOLLEY, coletivo que reúne homens gays e mulheres trans na capital paulista
FOTO: HELERSON SANTOS DE OLIVEIRA

No Ceará, de 2007 a 2012, durante a gestão de Luizianne Lins (PT) à frente da capital do Estado, por meio da Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza (SDH) e de sua Coordenadoria de Diversidade Sexual, em parceria com a Secretaria de Esporte e Lazer de Fortaleza (SECEL), a prefeitura realizou cinco edições dos **Jogos da Diversidade Sexual** (MARLEY, 2007). Além das modalidades tradicionais como o futsal, futebol de campo, vôlei, vôlei de praia e handebol, o evento também contava com jogos de tabuleiros e outras atividades como quebra de braço, corrida de salto alto, bateção de cabelo, entre outras. Os jogos eram abertos à participação de qualquer identidade e orientação sexual, desde que a equipe tivesse uma pessoa assumidamente LGBTQIA+.

Em 2008, surge em São Paulo **o primeiro coletivo inclusivo de vôlei do estado, o Angels Volley, Volley,** também formado a partir de um grupo de amigos liderados, por Willy Montmann, que se tornaria um dos primeiros ativistas do esporte LGBTQIA+ no país. Nascido com pouco mais de vinte e cinco pessoas, o grupo reune atualmente mais de setenta integrantes em suas atividades regulares. **Formado inicialmente por homens gays cisgêneros, em 2017, durante sua participação na Virada Esportiva da Prefeitura da Cidade de São Paulo, o grupo monta seu primeiro time de mulheres transexuais, tornando-se assim o primeiro coletivo esportivo para mulheres transexuais e transgêneras no país.** Em 2018 o grupo realizou seu primeiro Torneio de Vôlei Inclusivo do Estado de São Paulo, com a adesão de equipes de outros estados. Essa iniciativa contribuiu com a formação de novos coletivos LGBTQIA+ no país.

No ano de 2011, a Fundação de Desporto e Lazer do Mato Grosso do Sul (FUNDESPORTE) realizou o **1º Meeting MS de Vôlei LGBT,** em Campo Grande, com oito equipes do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Paraná. No ano seguinte, na mesma cidade, o FUNDESPORT, em associação com o Comitê Desportivo GLBT do Brasil (CDG Brasil), tentou realizar o **1º Jogos da Diversidade LGBT,** nos moldes das Olimpíadas e dos Gay Games, porém a tentativa foi frustrada e o evento, cancelado.

Em 2015, no ano entre a Copa do Mundo e as Olimpíadas no Brasil, começaram as atividades de dois coletivos de futebol de homens gays, o **Futeboys** e o **Unicorns**, em São Paulo - SP. Este último tem tido destaque na mídia e tornou-se um dos primeiros coletivos poliesportivos da cidade, oferecendo as modalidades vôlei, corrida, funcional e esgrima. Juntamente com o Futeboys, teve papel importante na fundação da **Liga Nacional de Futebol Gay do país, a LiGay**. Soma-se a esses coletivos o time **Fox** (São Paulo) de vôlei.

No mesmo ano, surge a **Gaymada,** em Belo Horizonte, MG, coletivo de prática do jogo queimada (ou queimado), que por seu caráter inclusivo possui forte identificação com a comunidade LGBTQIA+. Inspirado nesse coletivo, diversas Gaymadas foram criadas em diversas cidades do Brasil, como a **Gaymada SP**, em 2016, na capital paulista.

No ano das Olimpíadas do Rio de Janeiro, em 2016, tem início outro coletivo com uma proposta de incluir toda a diversidade LBGTQIA+: o Timidans F.C, atualmente nomeado Natus F.C, e o primeiro coletivo de homens transexuais do país, o Meninos Bons de Bola, ambos na modalidade futsal, em São Paulo.

Em maio de 2017, o Museu do Futebol, em parceria com o Intermuseus, realiza o encontro"Violências Indizíveis", com a participação de uma equipe de futebol inclusiva. A experiência resultou no documentário curta-metragem de mesmo nome, com participação de representantes do Real Centro, Meninos Bons de Bola, Unicorns, Natus, do recém-formado **Bulls SP** e da organização CDR Brasil.

PARADA DO ORGULHO LGBT DE SÃO PAULO, 2016

FONTE: http://g1.globo.com/sao-paulo/fotos/2016/05/con ira-imagens-da-parada-gay-em-sp.html

FOTO: NEKO



O IMPACTO POSITIVO DA PARADA DO ORGULHO LGBT

Em 2017, também entrava em cena a **Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (APOGLBT)** com uma ação que influenciaria o caminho do esporte amador e do lazer LGBTQIA+ no Brasil ,a realização do **1º Jogos da Diversidade,** que abordaremos com detalhes na próxima seção. Antes deste marco, de 1996 até então, a **Parada do Orgulho LGBT de São Paulo havia se tornado o maior evento desta natureza no mundo,** reunindo milhões de pessoas no auge da adesão popular (entre 2011 e 2013). Apesar de ser criticada pela carnavalização e despolitização por parte da comunidade, quando comparada aos modelos tradicionais das Prides internacionais, sua realização tinha efeitos claros e positivos para o movimento. Também é importante frisar que a festividade e interatividade são características legítimas do evento, que apenas se adaptou à cultura local. Devido ao sucesso, o modelo paulistano foi replicado por todo o país, com ajustes regionais e com políticos disputando o palanque oferecido pelo grande evento. **Um dos principais objetivos atingidos todos os anos pela celebração é a visibilidade da população LGBTQIA+ e de suas pautas, que passaram a não ser mais ignoradas pela sociedade.**

São Paulo como um todo colheu frutos com a Parada, uma vez que em 2019 ela se tornou o evento responsável pela maior arrecadação diária da cidade. Além disso, pode-se dizer que a mobilização para uso do espaço público e a movimentação da rede turística proporcionadas pela Parada, juntamente com seu processo de regulamentação pela prefeitura, influenciaram positivamente a nova fase do Carnaval de Rua de São Paulo, que estava adormecido antes da segunda década do século XXI.

Criada em 1997, a Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (APOGLBT) passaria a ter um importante papel para além de organizar o tradicional evento, tornando-se ativa também na reivindicação de inúmeras pautas da comunidade, entre elas, as ações relacionadas ao acesso e à prática esportiva.

Em 2019, a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo se tornou o evento com maior arrecadação diária da cidade.

COMPETIÇÕES E JOGOS INCLUSIVOS

Desde 2008, a organização do Comitê Desportivo LGBT do Brasil (CDG Brasil) buscava emplacar uma competição com as características de uma Olimpíada inclusiva. Em 2012, a ação quase aconteceu em Campo Grande, MS, mas foi em São Paulo que encontraria o parceiro certo, no momento favorável para a realização do evento. Havia uma conjuntura positiva com a movimentação de coletivos de esporte inclusivo na cidade, os recém-realizados grandes eventos de esporte no Brasil e, ainda, a inspiração da inclusão das diferenças da sexualidade humana por meio do esporte proporcionada pelos Gay Games. O Comitê junta-se em parceria com a APOGLBT para realizar, em junho de 2017, o **1º Jogos da Diversidade,** com o apoio do Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude e da Federação dos Gay Games. A competição contou com algumas das modalidades mais populares entre os LGBTQIA+, como natação, futebol, vôlei, handebol e dança. Foram reunidos mais de 350 participantes, com um público estimado em mais de mil pessoas e cobertura jornalística dos principais veículos de comunicação. A edição recebeu equipes que já haviam se formado há algum tempo, outras que iniciavam os primeiros passos naquele momento e grupos que se reuniram exclusivamente para participação no evento (CAMARGO, 2017).

Parte da competição virou **reportagem do Profissão Repórter (Rede Globo),** exibida em 2 de agosto daquele ano, com grande repercussão para as equipes destacadas na matéria: os times masculinos **Natus (Timidans), Bulls** e **Meninos Bons de Bola,** e o time feminino **Sarrada no Brejo.** Também houve uma gravação do treino do **Unicorns,** que causou impacto semelhante de divulgação e visibilidade para o grupo.

Em julho do mesmo ano, oito equipes de futebol inclusivo LGBT - **BeesCats Soccer Boys** (Rio de Janeiro, RJ), **Bharbixas F.C.** (Belo Horizonte,MG), **Bravus** (Brasília, DF), **CFC Capivara Futebol Clube** (Curitiba, PR), **Magia Sport Club** (Porto Alegre, RS), **Sereyos** (Florianópolis, SC), **Futeboys Futebol Clube** e **Unicorns** (São Paulo, SP) - fundam a **LiGay Nacional de Futebol.** Como o nome diz, é uma liga para coletivos de futebol com integrantes homossexuais masculinos. A iniciativa tem promovido a organização e o crescimento exponencial do futebol amador e recreativo LGBTQIA+. Atualmente, possui mais de 45 equipes integrantes de todas as regiões do país.



MENINOS BONS DE BOLA, coletivo pioneiro de São Paulo, formado por homens trans
FOTO: HELERSON OLIVEIRA

O ano de 2017 pode ser considerado a primavera do esporte LGBTQIA+ no Brasil. O período foi marcado pelo surgimento de coletivos inclusivos em número muito superior aos anos anteriores e sequenciais. Nas pesquisas realizadas para este estudo, foram identificados mais de 16 grupos de modalidades distintas, como handebol, vôlei, futebol e rugby, de diferentes capitais (São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre e Florianópolis). O surgimento espontâneo de tantos grupos, sem um fio condutor bem definido, merece um estudo à parte.

Já em agosto de 2018, aconteceu a **1ª Copa Angels Volley,** recebendo o nome do time organizador do torneio. Apelidado de **Superliga da Diversidade,** o evento contou com 8 equipes, algumas formadas especialmente para a competição e que permaneceriam em atividade deste momento em diante.

Além do time anfitrião, participaram: **All Stars, Kiss My Ace, Blue Birds, Fenerbouas, Twelve Boys e Piranhas (São Paulo, SP); Mágia (Porto Alegre, RS) e Amigos do Vôlei de Quadra (Campo Grande, MS).** Destaca-se que neste mesmo ano, também foram criados outros coletivos de futebol: **Bárbaros**, de São Paulo; **Distrito F.C.** e **Lions F.C.,** ambos de Brasília; **Ximangos E.C.** (também oferece vôlei) de Porto Alegre; e **Karyocas E.C.,** do Rio de Janeiro.

Em 2019, pelo menos mais 9 coletivos se formaram. No handebol, nasciam o **Fadas**, de São Paulo, e o **Predadores**, de Belo Horizonte. No vôlei, os grupos **Talent, Las Vegas, Pegasus e La'Dallas**, todos de São Paulo, também deram seus primeiros passos. Já no futebol, o destaque foram o **T Mosqueteiros** e o **Transversão**, ambos de São Paulo, e o **Cangayceiros**, de Fortaleza.

A chegada da pandemia da Covid-19, em 2020, interromperia de forma brusca esse movimento, e o número de novos coletivos diminuiu consideravelmente. Para registro, alguns identificados em São Paulo, SP iniciaram suas atividades um pouco antes da crise sanitária, como: o **Se Vira nos 40**, de exercícios funcionais; o **Vrau,** de vôlei, e o **Inimigas do Fim F.C.,** de futebol. Outros casos são o **Treinão,** também de exercícios funcionais, o **Allure** e o **Viva**, ambos de vôlei. Todos planejam retomar suas atividades em momento de maior segurança.

No fim de 2021, muitos times tentaram restabelecer suas atividades, enquanto outros permanecem com as agendas suspensas. O real quadro de como a pandemia atingiu esse processo de formação de grupos de esporte LGBTQIA+ ficará mais claro nos anos que se seguirem. Porém, pelas forças mobilizadoras que foram analisadas neste estudo, que convergem para o momento que fez nascer todos esses grupos, é provável que haja uma retomada. Nesse sentido, podemos dizer que a adesão dos coletivos à realização da **1ª edição dos Jogos LGBTQIAP+ da Prefeitura de São Paulo, realizados de 26 a 28 de novembro de 2021,** aponta para a retomada progressiva das atividades, já que o evento contou com mais de 700 atletas divididos em grupos nas modalidades de futebol de campo (3 times masculinos gays), futsal (8 times masculinos gays, 4 masculinos transexuais e 5 femininos lésbicos) e vôlei (18 times masculinos gays e 5 femininos transexuais).

O esporte amador LGBTQIA+ entra em evidência no período em que transformações significativas estavam acontecendo no país, em termos de inclusão e acesso desta população aos ambientes esportivos. Diferente dos anos 90, quando o Real Centro F.C. permanecia sem se assumir em torneios exclusivamente heterossexuais, agora jogam não apenas sem se esconderem, mas dando publicidade a essa identidade nas redes sociais. Ter sobrevivido àquele momento de repressão é mais um motivo de orgulho e, com certeza, uma conquista.

PARTE V

OS ATLETAS *SAEM DO ARMÁRIO*

O FUTEBOL MASCULINO COMO EXCEÇÃO

No mundo do esporte de alta performance, as forças socioeconômicas que permeiam as atividades seguem desfavorecendo a livre expressão das orientações sexuais e identidades de gênero. Um atleta que está identificado com um ambiente de virilidade e competitividade, pode perder oportunidades de financiamento, de escalação em equipes ou de visibilidade na mídia, além de passar a ser possível alvo de diversas violências LGBTfóbicas. No futebol masculino local, por exemplo, não houve nenhum atleta que decidiu se assumir enquanto ainda atuando, **mesmo que haja uma série de declarações de profissionais da modalidade constatando a presença de homossexuais nos times de elite do Brasil.**

O ex-goleiro do Botafogo, **Douglas Braga, é um exemplo. Para poder viver sua sexualidade plenamente, trocou a carreira esportiva bem-sucedida pela psicologia.** Hoje, o futebol está presente em sua vida de forma amadora, no time carioca aqui mencionado, o Beescats. Em entrevista à OneFootball (Gastim, 2021), Douglas narra a **estrutura social que leva os jogadores a atuarem de maneira homofóbica para poder se enquadrar no sistema futebolístico**. Também relatou como a experiência foi dolorosa, a ponto de fazê-lo odiar o esporte por certo período, e como foi acolhedor o reencontro com a modalidade no time amador de futebol 7 (futebol society ou fut7) (Gastim, 2021).

Não há atletas homossexuais publicamente assumidos atuando no futebol masculino brasileiro.

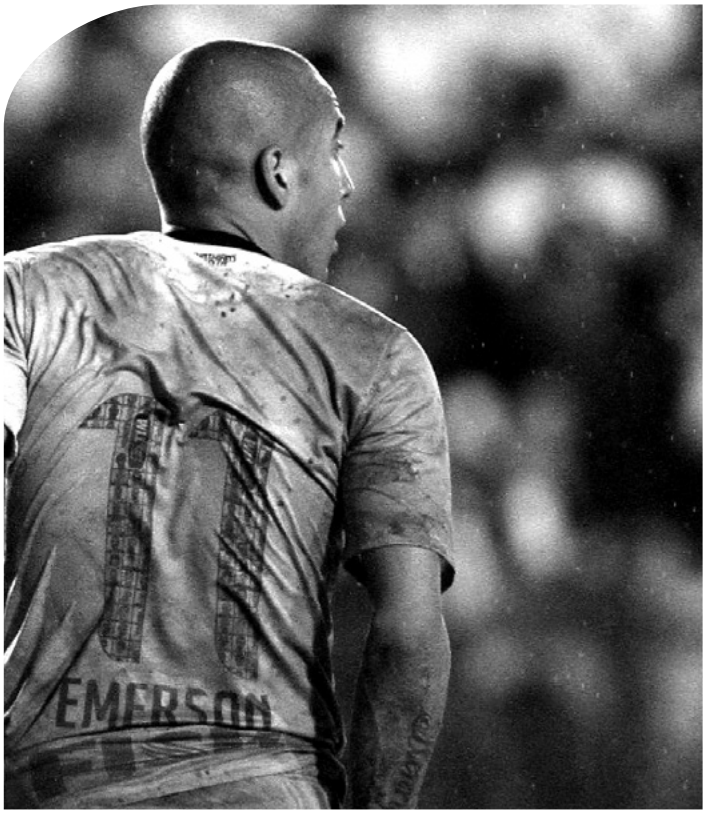
Se no início no milênio existisse algum jogador prestes a se assumir homossexual, o **caso Richarlyson** provavelmente encerrou qualquer impulso. Em 2007, o jornal "Agora São Paulo", na coluna Zapping, de Fabiola Reipert, informou que um jogador do São Paulo estava em negociações com o programa da Fantástico (TV Globo) para revelar sua homossexualidade. Embora tal reportagem nunca tenha sido exibida, pouco depois, no programa Debate Bola (Rede Record), o diretor do Palmeiras, José Cyrillo Jr., indagado sobre a presença de gays no time, responde com ironia: "o Richarlyson quase foi do Palmeiras". A fala iria colocar o atleta no meio de um **furacão sensacionalista, prejudicando sua carreira e sua vida pessoal.** Richarlyson ainda não havia de declarado bissexual. Pelo contrário, teve que desmentir em en-

trevistas a sua suposta homossexualidade. **Naquele momento, se fosse real a intenção de declarar sua verdadeira sexualidade, e observando a reação popular e da mídia sobre essa possibilidade, não é de se estranhar que a melhor alternativa fosse guardar o segredo. Assumir a bissexualidade poderia ser o fim da sua carreira.** Só a suspeita gerou a uma série de reações homofóbicas, das quais nunca teve reparação. Ao tentar processar Cyrillo, perdeu o processo, tendo que ler na sentença final **outra série de comentários homofóbicos feitos pelo próprio juiz do caso, Manoel Maximiano Junqueira Filho, que chegou a afirmar que "futebol é coisa de macho, esporte viril, varonil, não homossexual", o que lhe gerou depois sanções disciplinares. A forma como a carreira do esportista foi prejudicada é imensurável.** Mesmo com o cenário adverso, Richarlyson conseguiu superar as dificuldades, indo jogar no Goa, da Índia, e depois teve uma bem-sucedida atuação em outros clubes locais. Porém, a marca homofóbica perduraria e acompanharia o jogador. Em 2018, na homenagem do Caminho da Fama que o São Paulo prestou aos seus históricos jogadores, Richarlyson foi omitido, mesmo tendo sido tricampeão brasileiro, com uma performance elogiada pela imprensa especializada quando, em 244 jogos, marcou 12 gols.

Outro caso marcante foi uma publicação do jogador **Emerson Sheik,** em seu perfil na rede social Instagram, em comemoração à vitória do Corinthians sobre o Curitiba, em agosto de 2013, na qual ele dá um beijo "selinho" em um amigo, seguida do comentário:

"Tem que ser muito valente para celebrar a amizade, sem medo do que os preconceituosos vão dizer. Tem que ser muito livre para comemorar uma vitória assim, de cara limpa, com um amigo que te apoia sempre. Hoje é um dia especial. Vencemos, estamos mais perto dos líderes. É dia de comemorar no melhor restaurante de São Paulo, o Paris 6, com o melhor amigo do mundo, Izac. Ah, já ia me esquecer, para você que pensou em fazer piadinha boba com a foto, dá uma pesquisada no meu Instagram todo antes, só para não ter dúvida".

O episódio levantou a fúria das torcidas organizadas do time, consideradas entre as mais reativas do Brasil. Independente das intenções do jogador com a postagem, o episódio mostrou a virulência homofóbica do futebol, com a torcida exigindo retratação pela homoafetividade do jogador. Por sua vez, para convencer a torcida da sua orientação sexual, ao se desculpar publicamente, Sheik acaba por ofender o time adversário com comentário homofóbico, dizendo que ele não era são paulino (em referência ao São Paulo F.C.) para que o beijo fosse algo além de uma brincadeira.



EMERSON SHEIK, atleta envolvido em polêmica sobre homofobia após uma postagem em redes sociais

FONTE: www.manchetepb.com

FOTO: GETTY IMAGES

Geralmente, em ambientes homofóbicos, a transfobia costuma ser tão ou mais intensa. No futebol masculino profissional brasileiro não é diferente. Inexistem jogadores transexuais, porém, observamos a ocorrência de episódios fora do campo gerando uma série de fatos que servem de termômetro para medir a transfobia e o sexismo no meio futebolístico. **O padrão mais comum é a exposição não consentida na mídia de alguma relação entre jogadores e transexuais.** Com a repercussão negativa dos casos, os envolvidos acabam reagindo de forma transfóbica ao tentarem se explicar ou se redimir diante de seu público igualmente transfóbico. Em abril de 2008, **Ronaldo Fenômeno** foi parar em uma delegacia após ter uma discussão em um motel com três transexuais. Em agosto de 2011, durante sua participação no reality show "A Fazenda", o ex-jogador **Dinei** relatou um episódio em que confundiu uma mulher transexual com uma mulher cisgênera, usando termos pejorativos como "traveco". Em 2013, o jogador de futebol **Vampeta** afirmou ter tido relação com transexuais. O relato é amplamente divulgado, muitas vezes trazendo comentários transfóbicos nas narrativas. Em dezembro de 2013, **Romário** foi fotografado saindo de uma boate, no Rio de Janeiro, de mãos dadas com uma transexual, que declarou ser sua conhecida. Ao se explicar, refutou o envolvimento com ela, justificando "gostar de mulheres".



PROPAGANDA DA BOMBRIL "Não leve gato por lebre. Só Bombril é Bombril" em alusão à polêmica envolvendo o ex-jogador Ronaldo Fenômeno
FONTE: https://aletp.com.br/anuncio-de-oportunida- de-bom-bril-ronaldo-fenomeno-e-travestis/
FOTO: RAFAEL DEFINE

Os episódios de LGBTfobia no futebol ainda são comuns no início do século XXI e as polêmicas só surpreendem o público que não acompanha a modalidade. É possível, em alguns jogos televisionados, ouvir xingamentos da torcida. As campanhas contra a LGBTfobia nos estádios são rechaçadas energicamente por grande parte das torcidas. Em 2019, após os cânticos homofóbicos da torcida do Vasco contra o São Paulo, no dia 25 de agosto, **os 20 clubes da série A resolveram lançar uma campanha contra a homofobia, a partir de publicações em redes sociais. A iniciativa foi recebida com escárnio e reprovação pela maior parte das interações feitas por torcedores** (FEITOSA; CÂMARA, 2020).

Com a pressão cada vez maior dos movimentos sociais, e de parte da sociedade, contra a LGBTfobia nos campos, organizações do futebol começaram a atuar multando os clubes. Porém, nem as multas aplicadas aos times, como a R$ 30 mil, aplicada ao São Paulo em março de 2020, ou a de R$ 50 mil, imposta ao Flamengo em novembro de 2021, inibiram as agressões. **A equação para solucionar a LGBTfobia no futebol masculino está longe de ser encontrada.**

A LIDERANÇA DAS MULHERES ROMPE BARREIRAS ENTRE GERAÇÕES

Talvez um caminho para uma possível solução possa estar no exemplo do futebol feminino profissional. **A lesbofobia é outro estigma do futebol. Meninas que se interessam pelo esporte no Brasil são identificadas como menos femininas ou lésbicas.** De fato, de 1959 até 1979, as mulheres eram proibidas de jogar o esporte no país, fazendo não apenas com que uma geração não tenha tido contato com a modalidade, mas também perpetuando a visão do esporte como uma prática masculina. Enquanto para o menino, a prática do futebol reforça seu papel de gênero, para a menina é um instrumento de questionamento e sobre sua sexualidade (FURLAN, 2008). No Brasil, a atleta que chega ao nível de alta performance tem que romper com essa expectativa social em diversos momentos e se sobrepor às barreiras machistas e lesbofóbicas. Isso não quer dizer que a mulher não-heterossexual jogadora de futebol será bem-quista se viver plenamente sua sexualidade, pois mesmo que ela corresponda à expectativa dentro dos gramados, fora das quatro linhas ela poderá ser rechaçada nos diversos relacionamentos sociais, pela estrutura LGBTfóbica dominante. Sobre os desafios enfrentados no futebol feminino, destaca-se a reação de representantes da própria modalidade frente à recente regra da Conmebol (Confederação Sul-Americana de Futebol) que, em decisão de 2016, estabeleceu como obrigatoriedade, que os times que disputam a Libertadores, na versão masculina, também mantenham uma equipe feminina em atividade. Um exemplo claro das reações negativas ocorreu em dezembro de 2018, quando o então presidente do time Tolima, da Colômbia, Gabriel Camargo, em resposta à decisão da Commebol, expôs um pensamento lesbofóbico: "O futebol feminino é um tremendo terreno fértil para o lesbianismo".

A equação para solucionar a LGBTfobia no futebol masculino está longe de ser encontrada.

Nestes vinte anos do século XXI, a estrutura LGBTfóbica que impregna a sociedade brasileira tem sido aos poucos deslocada das áreas mais marginais da sua representação para as mais centrais, pressionando as forças conservadoras que exercem ainda um poder predominantemente masculino, branco e heterossexual. No contexto simbólico desta modalidade esportiva, que está no cerne da cultura popular brasileira, ao ponto do Brasil ser identificado como sendo o país do futebol, observamos, apesar dos avanços, o quanto a modalidade feminina está à margem da atenção popular. Estamos longe de jogadoras como **Marta e Formiga, referências nacionais e mundiais,** terem o mesmo status e atenção que a torcida brasileira destina aos jogadores masculinos. O número de seguidores no Instagram de algumas estrelas do esporte pode servir como termômetro para O fato. Em fevereiro de 2022, **Marta, seis vezes eleita pela FIFA como a melhor jogadora do mundo, tinha 2,6 milhões de seguidores, enquanto Neymar, nunca eleito como melhor jogador mundial, tem 170 milhões de fãs.**

Mesmo com a disparidade de visibilidade e reconhecimento em relação aos homens, as atletas femininas estão conseguindo viver plenamente a sua sexualidade superando conflitos diversos, mesmo com o risco de inviabilizar ou minimizar suas atuações esportivas. Marta e Formiga são exemplos de lésbicas que se assumiram durante suas carreiras. Certamente, para chegar ao patamar que alcançaram, elas estiveram antes sob constante pressão LGBTfóbica. Por isso, o fato ocorrido durante a Olimpíada de Tóquio, em 2021, quando Marta celebrou um gol homenageando a namorada, a também jogadora Toni Deion Pressley, foi tão simbólico e relevante. Marta é assumida há alguns anos, mas passou a ser identificada abertamente como lésbica pela mídia em 2019, a partir de suas relações afetivas, assim como outras jogadoras da Seleção Brasileira, como Formiga, que chegou a comentar sobre sua sexualidade em entrevista à Revista Placar, em setembro de 2021 (SENECHAL, 2021). Coincidência ou não, **as mulheres da seleção brasileira se sentiram mais à vontade para expor suas vidas pessoais** a partir da declaração lesbofóbica do presidente do Tolima, em 2018. No ano seguinte, no mês de junho, o mês do Orgulho Gay, a homossexualidade de **Cristiane Rozeira, Debinha, Bárbara Barbosa, Letícia Izidoro, Aline Reis, Andressa Alves e sua namorada, também jogadora, Fran Alberto,** foi divulgada amplamente nas mídias. Esse processo acompanha a onda internacional iniciada em 2011, também durante o mês do Orgulho Gay na Europa, quando jogadoras se assumiram ou reafirmaram-se lésbicas ou bissexuais publicamente, durante a Copa de Futebol Feminina na Alemanha, entre elas Nadine Angerer, Ursulla Holl, Martina Voss, Bente Nrdby, Lisa Medalen e Marinette Pichon, além da treinadora, Hope Powell.

Em 2020, outro salto para a representatividade: surge a primeira atleta trans no futebol feminino profissional. **Sheila Souza** entrou para o time Desportiva Lusaca, de Camaçari, BA. Segundo reportagem da ESPN (2022), sua trajetória tem sido inspirada pela história da jogadora Formiga.

O modelo do futebol feminino para lidar com a diversidade de suas atletas indica uma alternativa para a radical LGBTfobia do futebol masculino. Mais do que um ato individual, juntos, alguns atletas poderiam protagonizar uma ação política, como uma "saída do armário" coletiva. O choque e o incômodo iniciais dariam espaço para o debate e o início de um período de aceitação. **Caberia à imprensa e à sociedade civil uma atuação ativa para que os atletas não sejam prejudicados por se assumirem, além de cobrarem a punição de qualquer ato LGBTfóbico.**

Outra modalidade com atletas e gestores dando passos largos contra a homofobia é o vôlei brasileiro. Mas nem sempre foi assim. A categoria feminina foi por anos permeada pela LGBTfo-



FORMIGA, uma das maiores referências do esporte e da comunidade LGBTQIA+

FONTE: www.gazetadigital.com.br/

FOTO: SAM ROBLES/CBF

Jogadoras viveram boa parte de suas carreiras sem assumirem a sexualidade, com medo da reação de dirigentes, patrocinadores e, principalmente, do público.

bia. Como ficou constatado mais tarde, algumas jogadoras viveram boa parte de suas carreiras sem se assumirem, com medo da reação de dirigentes, patrocinadores e, principalmente, do público. Um exemplo é o caso da ex-jogadora Ana Moser, casada há mais de 20 anos com **a jornalista Adriana Saldanha,** com quem tem dois filhos (AGÊNCIA, 2021). Durante a sua carreira e parte da aposentadoria como atleta, **Ana Moser** não declarou sua sexualidade, porém viveu o seu relacionamento com Saldanha relativamente de forma aberta. A situação tornou-se pública em 2019, quando passaram a frequentar eventos assumidamente como casal, especialmente após uma exposição não consentida, sobre a sua orientação sexual, feita por Fernanda Venturini, ex-jogadora de vôlei, em uma entrevista (TAB, 2019).

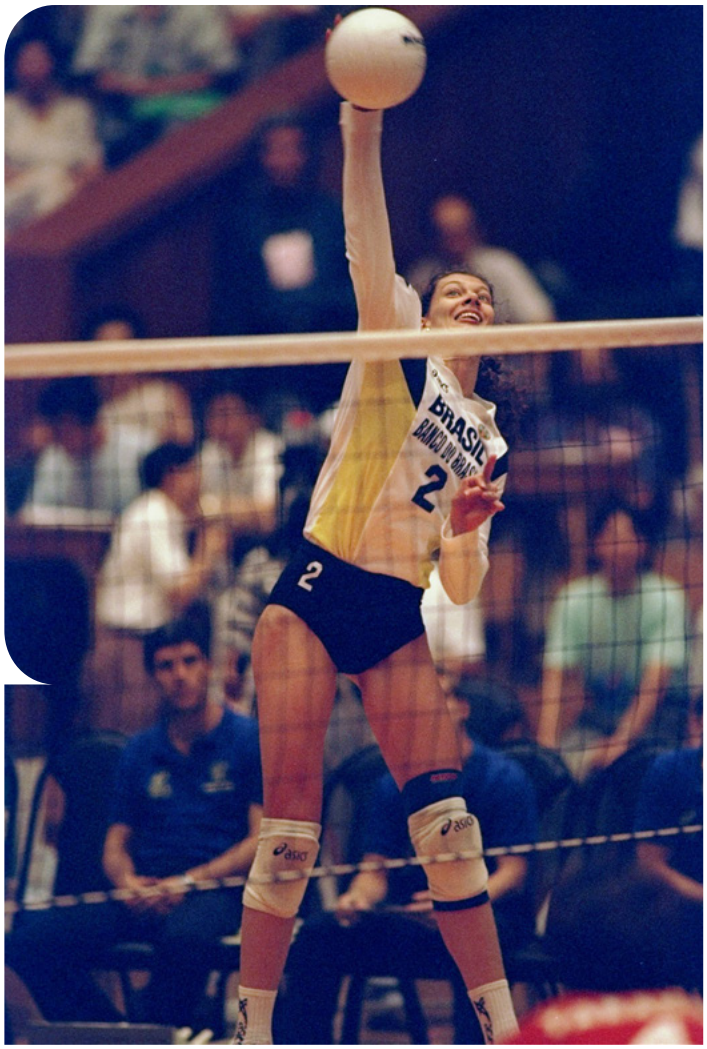
Na ocasião, **Fernanda Venturini** declarou que Ana Moser era a única atleta homossexual de sua época. Mesmo tendo em vista que poderia ser a única mulher assumida nos bastidores e que outras poderiam viver de forma ainda menos pública, é possível notar que a regra de omissão da sexualidade foi transformada de forma significativa pelas atletas do vôlei feminino ligadas à comunidade LGBTQIA+. Em 2014, a medalhista de ouro **Jackie Silva**, campeã olímpica em 1996 no vôlei de praia, tornou pública sua homossexualidade após casar-se com a bailarina Amália Lima. Na modalidade do vôlei de praia, vale lembrar, também, as jogadoras **Liliane Maestrini e Larissa França,** que se casaram em 2013 e, atualmente, formam dupla no circuito norte-americano.

Da geração atual, uma das primeiras atletas a falar de forma pública sobre sua orientação sexual foi **Carol Gattaz,** em 2016. Também nesse ano, após ser cortada da Seleção pelo então técnico José Roberto Guimarães, **Naiane Rios** publicou em seu perfil no Instagram uma foto em que aparece ao lado de sua namorada e com a presença de Carol Gattaz também ao lado de sua, com um cartaz no qual se lia: "vai, não se esconde, vem pro sapabonde". Desde então, tem sido muitas as demonstrações públicas de atletas. Em 2018, a campeã mundial sub 23, **Milka Marcília,** tonou público seu casamento com a também jogadora argentina, **Mimi Sosa.** Em 2019, a bicampeã olímpica **Fabi Alvim, a Fabizinha,** publicou fotos com sua companheira grávida e deu entrevistas falando sobre **a dificuldade e a importância de se assumir.** Em 2021, foi a vez do casal de jogadoras **Ana Carolina** e **Anne Bijus** serem identificadas como lésbicas, ao assumirem publicamente o seu cotidiano por meio das redes sociais.

E foi no vôlei brasileiro que, em 2017, surge a primeira atleta transexual do país a atuar em esporte de alta performance, **Tifanny Abreu.** Antes da sua transição, chegou a jogar no Brasil e em outros países da Europa e na Indonésia. Atualmente, integra a equipe do Osasco. Sua entrada na elite do vôlei como mulher foi acompanhada de muitas dúvidas, questionamentos, polêmicas e comentários transfóbicos. Em 2019, um dos maiores campeões do vôlei brasileiro, tanto como jogador, como enquanto técnico, **Bernardinho** foi flagrado proferindo um comentário transfóbico, durante uma partida do time feminino do qual era treinador, o Sesc-RJ, contra a equipe do Sesi de Bauru, que tinha Tifanny como uma das jogadoras. Pelo registro das câmeras, foi possível ver sua declaração, dizendo, "um homem, é foda", referindo-se à atleta transexual. O vídeo foi divulgado e denunciado nas redes sociais da equipe de vôlei amador inclusivo, **Angels Volley,** gerando uma repercussão que acabou por pressionar o técnico a se retratar, inclusive fazendo seu comentário na própria denúncia feita pelo Instagram do time. A ex-jogadora **Ana Paula Henkel**, conhecida por ser contra a participação de mulheres transexuais em times femininos, prestou solidariedade ao Bernadinho, declarando em seu perfil no Twitter: ***"Leio que a militância a favor de trans no esporte feminino e contra as mulheres atacou Bernardinho por ele ter dito a verdade, que Tifanny tem um ataque de homem. Minoria barulhenta que quer empurrar a todo custo que sentimentos são mais importantes que fatos e biologia. Não são".*** Fernanda Venturini também declarou-se sobre o caso: ***"Você vê a força que ela tem. Por mais***

que ela tenha tirado 'o coiso', mas os hormônios, a força dela perto das outras jogadoras... Acabou de jogar como homem. Eu acho errado. Eu, se tivesse que votar, acho que não poderia jogar. Daqui a pouco vai ter um time, vai ter uma liga só disso. No futuro, vai calhar isso aí. Porque tem muita gente mudando de sexo". (LANCE!, 2019).

As reações ao caso de Tifanny não são isoladas. Muitos gestores esportivos, atletas e equipes técnicas são contrários à participação de mulheres transexuais em equipes femininas, seja no vôlei ou nas demais modalidades. Há até um movimento internacional contra essa inclusão. **Em abril de 2020, atletas de mais de 30 países enviaram um apelo ao Comitê Olímpico Internacional (COI) para impedir o avanço da inclusão de mulheres transexuais em times femininos.** Desde 2015, em seu novo guia de diretrizes, o COI permite que atletas transexuais possam integrar equipes cisgênero. Entre os aliados contra a inserção estão grupos tão diferentes quanto religiosos, feministas radicais e, como veremos mais adiante em levantamento realizado, até membros da comunidade LGBTQIA+. Esta observação torna-se importante para também destacar que, tratando-se das nuances do esporte de rendimento, nem todo debate pode ser considerado um ato transfóbico.



ANA MOSER, ícone do vôlei nacional na década de 90
FONTE: https://gq.globo.com/
FOTO: GETTY IMAGES

Assim como no futebol, o vôlei masculino tende a ser mais marcado pela LGBTfobia. Mesmo sem haver um atleta masculino transexual, também há declarações com teor transfóbico à Tifanny, como no caso do Bernadinho. Outro caso foi o comentário do ex-jogador e comentarista **Giba,** em abril de 2021, afirmando ser completamente fora do normal a atuação da jogadora em times femininos, durante uma transmissão ao vivo pela internet, no canal do deputado Eduardo Bolsonaro (UOL, 2021). **Maurício Souza,** recentemente afastado por homofobia do Minas Tênis Clube e da seleção brasileira, publicou uma foto da jogadora de basquete transexual **Gabrielle Ludwig** com o comentário: "Se você achar algum homem nessa foto você é preconceituoso, transfóbico e homofóbico". **Acreditamos que questionar a adequação de um atleta trans pelos critérios fisiológicos para abordar se há vantagens na participação no esporte de rendimento não é um ato transfóbico, mas ridicularizar e ironizar sua condição para fazer troça ou incitar o ódio é um ato claro de transfobia.**

Em relação à homofobia, um caso emblemático ocorreu em 2011, durante partida da Superliga em Contagem, MG. As imagens do jogador **Michael dos Santos,** da equipe Vôlei Futuro, com a torcida do Cruzeiro gritando "bicha" e "viado", enquanto ele estava no serviço de saque, são profundamente violentas. O time foi multado em R$ 50 mil pela Comissão Disciplinar do Tribunal de Justiça Desportiva. As imagens e a medida punitiva entraram para a história, porém, ainda há a necessidade de avanços para que o vôlei seja definitivamente um esporte inclusivo.

UM IMPORTANTE PASSO DOS PATROCINADORES

Em uma iniciativa para deixar suas histórias mais inclusivas, a editora de quadrinhos DC Comics anunciou a publicação de uma revista com uma versão futurista e bissexual do Super-homem. No dia 12 de outubro de 2021, o campeão olímpico do vôlei, **Maurício Souza,** publicou em seu Instagram a foto do personagem beijando outro homem com a mensagem: ***"A é só um desenho, não é nada demais. Vai nessa que vai ver onde vamos parar"... (sic).*** Para muitos, a mensagem entendida nas entrelinhas é que a exposição do afeto homoafetivo em material acessível para crianças e adolescente teria consequências negativas.

O caso viralizou e a atitude dividiu o público entre apoiadores e críticos. Contudo, as empresas patrocinadoras, Fiat e Gerdau, do time em que Maurício jogava, o Minas Tênis Clube, exigiram uma atitude da diretoria contra o episódio, considerado por muitos um ato homofóbico. A pressão da comunidade LGBTQIA+ também foi fundamental para resultar na rescisão contratual do atleta. Foi observável nesse caso que, se no passado os valores dos patrocinadores do esporte estavam mais alinhados ao lado conservador e menos tolerante, neste exemplo as empresas pareceram estar mais alinhadas ao respeito às diferenças e ao combate à LGBTfobia.

Iniciativas que pressionam empresas e profissionais a se distanciarem de comportamentos tóxicos e intolerantes são tendências nesse começo de século. São exemplos o movimento **"Me Too",** contra o assédio sexual e a iniciativa do grupo **"Sleeping Giants",** formado por ativistas digitais que promovem a conscientização das empresas sobre o risco de seus anúncios e ações financiarem causas reacionárias, preconceituosas ou radicalismos nocivos. Destaca-se, ainda, o papel crescente das organizações não-governamentais tradicionais que atuam em diferentes frentes, como o **Green Peace** na proteção do meio ambiente, o **People for the Ethical Treatment of Animals (PETA)** contra a crueldade animal e o **Observatório da Imprensa,** pela liberdade de expressão. Todas são ações que ecoam na sociedade e que conseguem resultados práticos e significativos. Neste contexto, é possível inferir que muitos comportamentos tóxicos de atletas em relação à LGBTfobia, ao racismo, machismo e à xenofobia, entre outros posicionamentos negativos, poderiam ser inibidos por meio de punição imposta pelos detentores do poder econômico nas relações esportivas. Além disso, ao se posicionarem em defesa da comunidade LGBTQIA+, essas empresas estão sinalizando positivamente para aqueles atletas que ainda estão no armário com medo da reação de seus financiadores.

O respeito às diferenças e o combate à LGBTfobia são valores pelos quais as empresas patrocinadoras do esporte pretendem ser identificadas.



DOUGLAS SOUZA, o 1º atleta gay assumido da Seleção Brasileira de vôlei
FONTE: https://www.surtoolimpico.com.br
FOTO: DIVULGAÇÃO/FIVB

BOAS NOTÍCIAS DO JAPÃO

Os feitos históricos do Brasil nos Jogos de Tóquio foram muito além da melhor performance já vista em número de medalhas conquistadas. O país teve a delegação brasileira com mais representatividade LGBTQIA+ de todos os tempos, com 15 dos 186 atletas identificados publicamente como representantes da comunidade LGBTQIA+. Um dos destaques foi **Douglas Souza,** atleta festejado por ter sido o único homem gay brasileiro disputando os Jogos pela seleção de vôlei, que obteve o 4º lugar na competição. A vida de Douglas ficou em evidência com **sua trajetória de superação da homofobia sendo detalhada pela mídia brasileira e internacional, marcando a história do movimento LGBTQIA+ como o primeiro atleta gay assumido da seleção de vôlei.** Paralelamente, as postagens irreverentes de Douglas na internet o tornaram um fenômeno da mídia, dando visibilidade e atraindo a atenção da população para o esporte, para a causa LGBTQIA+ e para a visibilidade do atleta não-heterossexual.

As representantes femininas da comunidade LGBTQIA+ foram também destaques, com medalhas históricas sendo conquistadas. Além da prata de **Ana Carolina da Silva (Carol) e Carol Gattaz,** do vôlei feminino, o ponto mais alto do pódio foi alcançado na modalidade maratona aquática pela 6 vezes campeã mundial, **Ana Marcela Cunha.** Foi apenas aos 29 anos, em 2021, que ficou conhecida como atleta lésbica. Em sua participação nos Jogos Olímpicos do Rio, de 2016, quando terminou em 10º lugar, nada foi mencionado pela imprensa, assim como não houve um momento específico em que a atleta tenha dado alguma declaração sobre a sua orientação sexual. Fatos como esse, se por um lado apontam a invisibilidade dos atletas LGBTQIA+, por outro apresentam **uma nova forma de revelação pela mídia da identidade de gênero e da orientação sexual dos esportistas.**

Cabe destacar que **os atletas heterossexuais geralmente não são indagados sobre sua heterossexualidade, enquanto a comunidade LGBTQIA+ é indagada sobre sua sexualidade conforme o interesse do momento.** Quando a sexualidade do atleta não causa polêmica por alguma questão LGBTfóbica que permeia sua atividade, o registro da mesma se torna mais ocasional e desperta menos atenção da imprensa e do público.

Frente aos números dos últimos ciclos olímpicos, pode-se dizer que no esporte, entre as Olimpíadas de Londres (2012) e Tóquio (2021), a pauta da representatividade de LGBTQIA+ se consolidou. Entre as razões encontradas, trata-se de um período no qual há o avanço de direitos fundamentais para a população LGBTQIA+. Por exemplo, boa parte dos países ocidentais legalizaram o casamento homoafetivo (Brasil, 2013; EUA, 2015; Reino Unido; 2013; França; 2013; Alemanha; 2017; Itália; 2016), enquanto outra parte já havia aprovado nas décadas anteriores. O impacto dessas conquistas se reflete em outras dimensões da vida desses indivíduos, como no esporte. **Assim, o evento mundial pode ser analisado como uma oportunidade de acompanhar o avanço da diversidade e da visibilidade dos atletas LGBTQIA+.**



ANA MARCELA CUNHA, campeã olímpica em Tóquio na edição dos Jogos com maior representatividade LGBTQIA+ da história
FONTE: www.jovempan.com.br
FOTO: DIVULGAÇÃO

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ATLETAS LGBTQIA+ NOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS

Desenhar o quadro de participantes da comunidade LGBTQIA+ nos Jogos é um grande quebra-cabeça, que precisa ser sempre atualizado. Além dos casos de participação não registrada ou identificada, que impossibilita a devida assertividade no controle histórico, há também uma oscilação dos números por conta dos atletas que se declaram posteriormente à realização dos eventos.

Um exemplo emblemático é do nadador australiano multicampeão, **Ian Thorpe,** sensação olímpica do início deste século, que revelou sua homossexualidade apenas em 2014.

Mesmo reconhecendo a vulnerabilidade dos dados, é válido sinalizar tais avanços. Para isso, o estudo utilizou como critério os dados da OutSports divulgados na véspera de cada evento, não contabilizando, portanto, as atualizações realizadas ao longo dos anos.

ATLETAS LGBTQIA+ NOS JOGOS OLÍMPICOS DE VERÃO

2000 SYDNEY	2004 ATENAS	2008 PEQUIM	2012 LONDRES	2016 RIO DE JANEIRO	2021 TÓQUIO
Austrália	Grécia	China	Reino Unido	Brasil	Japão
7 atletas	11 atletas	10 atletas	23 atletas	56 atletas	186 atletas

ATLETAS LGBTQIA+ NOS JOGOS OLÍMPICOS DE INVERNO

2014 SOCHI	2018 PYEONGCHANG	2022 PEQUIM
Rússia	Coreia do Sul	China
7 atletas	15 atletas	36 atletas

ATLETAS LGBTQIA+ NAS PARALIMPÍADAS

2016 RIO DE JANEIRO	2021 TÓQUIO
Brasil	Japão
12 atletas	36 atletas

Fonte: OUTSPORTS
https://www.outsports.com/2012/7/26/4053450/over-100-out-lgbt-athletes-have-competed-in-the-summer-olympics
https://www.outsports.com/2008/8/5/3862860/in-beijing-olympics-only-10-openly-gay-athletes
https://www.outsports.com/2012/7/18/4053416/23-openly-gay-and-lesbian-athletes-at-2012-london-summer-olympics
https://www.outsports.com/2016/7/11/12133594/rio-olympics-teams-2016-gay-lgbt-athletes-record
https://www.outsports.com/olympics/2021/7/12/22565574/tokyo-summer-olympics-lgbtq-gay-athletes-list
https://www.outsports.com/2014/2/5/5382406/gay-winter-olympians-lesbian-bisexual-lgbt-athletes
https://www.outsports.com/2018/2/6/16924846/2018-winter-olympics-pyeongchang-out-gay-lesbian-bisexual-athletes
https://www.outsports.com/olympics/2022/1/26/22899981/beijing-winter-olympics-lgbtq-gay-athletes-list
https://www.outsports.com/2016/9/6/12731156/paralympics-lgbt-gay-athletes-out-rio
https://www.outsports.com/2021/8/16/22623849/lgbtq-paralympics-out-athletes-tokyo



DIEGO HYPÓLITO, em 2019, o atleta causou comoção ao relatar o sofrimento por ter escondido sua homossexualidade durante tantos anos
FONTE: https://jovempan.com.br/programas/panico
FOTO: DIVULGAÇÃO/JOVEM PAN

A inclusão LGBTQIA+ no esporte também pode ser conferida quando a **"revelação" acontece naturalmente,** sem que um evento como uma entrevista ou um flagrante da mídia tenha ocorrido. O ato de tornar público a orientação sexual passa a envolver menos sofrimento do que em períodos anteriores. Como visto, o caso de Ana Marcela exemplifica isso. Em 2016, a lista do site esportivo americano Outsports não a contabilizava como atleta LGBTQIA+ mas, em 2021, ela desponta como uma das atletas lésbicas da equipe brasileira sem um fato que tenha impulsionado sua revelação.

Outro caso que merece atenção é o da **Izabela da Silva.** Campeã sul-americana Sub-23 de lançamento de disco em 2014 e 2016, e campeã do sul-americano em 2021, foi identificada como lésbica assim que se tornou cotada para ir aos Jogos Olímpicos do Japão. Assim como outros atletas, Izabela cresceu em um ambiente estruturalmente LGBTfóbico. Entretanto, atualmente há uma perspectiva de valorização da diversidade sexual nestes eventos por parte de agentes envolvidos em sua organização e divulgação, o que tem contribuído significativamente para o interesse em dar visibilidade a esses atletas.

Já a história da ex-ginasta **Laís Souza** nos demonstra como o **interesse pela sexualidade do atleta pode estar muito mais ligado à polêmica do que necessariamente ao intuito de dar visibilidade à comunidade LGBTQIA+.** Laís se preparava para arriscar uma nova modalidade esportiva, o esqui aéreo. Em 2013, durante o treino para a Olimpíada de Inverno, em Sochi, sofreu um acidente que a deixou tetraplégica. Tempos depois, em uma entrevista à Revista TPM (2015), revelaria sua bissexualidade. Em um debate promovido pelo Grupo SBF (2021), Laís revelou que quando a informação da sua bissexualidade se tornou pública, o impacto junto à imprensa foi muito maior do que quando sofreu o acidente.

Outro fato com impacto semelhante na imprensa e no meio esportivo se deu em torno das declarações de **Diego Hypólito**. No entanto, o fator surpresa se deu por motivos diferentes. Quando o ginasta decidiu não mais esconder sua sexualidade, **não foi o fato de ser homossexual que causou surpresa, mas sim a dolorosa história da tentativa de manter sua orientação sexual em segredo e, também, os abusos sofridos durante os trotes no início da sua atividade esportiva.** Diego é de família conservadora, e em sua criação religiosa, o homossexual é um pecador que, em suas palavras, pode ser comparado a um demônio. O medo de que sua família descobrisse sua sexualidade fez com que a escondesse o máximo possível das pessoas que deveriam ser as primeiras a ajudá-lo a enfrentar o mundo. Ao seguir a carreira de ginasta, encontraria no meio esportivo um segundo ambiente LGBTfóbico que o pressionaria a também não viver

Laís relatou que quando a informação da sua bissexualidade se tornou pública, o impacto junto à imprensa foi muito maior do que quando sofreu o acidente.



LAÍS SOUZA, uma das primeiras atletas do país a declarar publicamente sua sexualidade
FONTE: www.nytimes.com/
FOTO: IVO LIMA/ME

sua sexualidade. Durante seus primeiros contatos com o esporte, na adolescência, passou por experiências que o levaram a reprimir mais ainda sua homossexualidade. Em seus relatos, ele demonstra a ansiedade e o medo de que a **descoberta de sua sexualidade por outros atletas, profissionais ou patrocinadores, poderia significar o fim de sua carreira.** Para um atleta que viveu sob constante pressão psicológica, é notável que Diego tenha alcançado tantas conquistas, como a medalha de prata na Olimpíada do Rio de Janeiro, em 2016, e os muitos primeiros lugares em campeonatos mundiais. Em maio de 2019, Diego declarou ter compartilhado a sua história para evitar que outros atletas tenham que passar pela mesma situação.

Entre os outros atletas brasileiros representantes da comunidade LGBTQIA+ que participaram das Olimpíadas de forma assumida, destaca-se:

- **Babi Arenhart, handebol** - goleira da seleção, participou de Tóquio, em 2021. Nunca precisou se assumir, mas foi em 2019 que começou a aparecer em matérias esportivas como lésbica. Conquistou a medalha de ouro no Mundial de 2013.

- **Ian Matos, saltos ornamentais** - participou da delegação brasileira na Olimpíada do Rio de Janeiro, em 2016. Motivado pelo exemplo do saltador britânico, Tom Daley, que revelou em 2013 ser gay, fez o mesmo em 2014, em uma entrevista ao jornal Correio Braziliense.

- **Isadora Cerullo, rugby** - protagonizou o primeiro pedido de casamento LGBTQIA+ das Olimpíadas durante a edição do Rio de Janeiro, em 2016; também esteve em Tóquio, 2021.

- **Mayssa Pessoa, handebol** – pega de surpresa, respondeu em uma entrevista na Olimpíada de Londres, em 2012, que era lésbica, o que lhe gerou vários conflitos ocasionados pela revelação. Também esteve presente na Olimpíada do Rio de Janeiro, em 2016.

- **Rafaela Silva, judô** - ganhou a primeira medalha de ouro do Brasil na Olimpíada do Rio de Janeiro, em 2016; também esteve em Londres, em 2012.

- **Silvana Lima, surfe** – estreou em Tóquio, em 2021. Nunca escondeu sua sexualidade, tendo recebido a atenção da mídia com a entrada da modalidade nas Olimpíadas.

Outra área com presença destacada de mulheres lésbicas é o MMA, entre elas estão:

- **Amanda Nunes** - lésbica e primeira mulher da história da modalidade a conquistar o duplo-cinturão. Foi campeã do UFC.

- **Ediane "Índia" Gomes** - ex-moradora de rua e ex-usuária de drogas, revelou ser lésbica em 2012 para a MMA Junkie, do USA Today Sports. Considera que os colegas, homens e mulheres de sua profissão, respeitam sua sexualidade.

- **Jessica Andrade** - revelou publicamente ser lésbica em entrevista para o site MMA Junkie, do USA Today Sports, em 2015, atestando nunca ter escondido o fato e que no esporte sua orientação nunca foi um problema para mulheres, diferentemente da situação dos homens.

- **Lívia Renata Souza** - é abertamente lésbica, reafirmando sempre que possível em suas publicações em redes sociais.

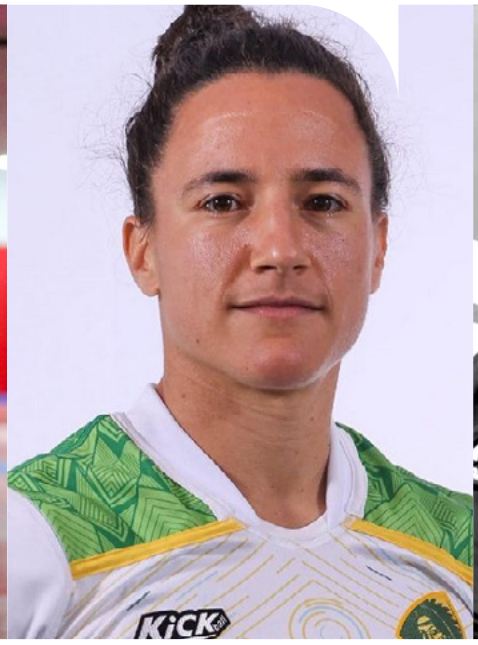
Ian Matos, motivado pelo exemplo do saltador britânico Tom Daley, revela-se gay em 2014.



RAFAELA SILVA, campeã olímpica nos Jogos do Rio, em 2016, e uma das principais vozes da comunidade LGBTQIA+

FONTE: www.surtoolimpico.com.br/

FOTO: MARCELO CORTES/FLAMENGO



ISADORA CERULLO (IZZY) foi pedida em casamento por sua namorada durante os Jogos do Rio, em 2016

FONTE: hwww.olimpiadatododia.com.br/

FOTO: FOTOJUMP



IAN MATOS, (In Memoriam) foi um dos atletas da comunidade LGBTQIA+ nos Jogos do Rio, em 2016

FONTE: www.noticiasaominuto.com.br/

FOTO: DIVULGAÇÃO/CBDA

PARTE VI

O CENÁRIO ATUAL





LAUREL HUBBARD, neozelandesa, fez história ao tornar-se a primeira atleta transgênero a disputar uma Olimpíada no levantamento de peso em Tóquio

FONTE: https://olympics.com/pt/noticias/laurel-hubbard-fora-da-final-no-levantamento-de-peso

FOTO: 2021 GETTY IMAGES/COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL

AVANÇOS DA ÚLTIMA DÉCADA NO BRASIL

A comunidade LGBTQIA+ no Brasil passar por um momento único.

Mesmo com um recrudescimento de forças reacionárias que consideram esta população uma ameaça aos valores tradicionais, é inegável que houve avanços consideráveis na última década e que o sentido mais abrangente é o do progresso, da inclusão e da tolerância, guiados pelas políticas públicas conquistadas até aqui e pela força do Movimento LGBTQIA+.

No esporte, se os atletas LGBTQIA+ de alta performance não se assumiam publicamente nos anos 90, fenômeno semelhante acontecia em outras áreas, com a devida proporção e singularidade. Por exemplo, na música, havia ídolos LGBTQIA+ antes da virada do século, mas não se compara à profusão atual da diversidade de artistas brasileiros não-heterossexuais ou não-cisgêneros entre os mais ouvidos. De um cenário em que alguns homens brancos homossexuais muitas vezes eram retirados à força "do armário", **o palco principal passa a ter cantoras drags e mulheres transexuais negras da periferia.**

Da mesma forma, há muito mais gestores privados e públicos que não mais escondem sua sexualidade. Em 2006, o deputado federal Clodovil foi o primeiro a se assumir abertamente gay, uma realidade que foi se transformando rapidamente até chegar aos anos mais recentes. Ao mesmo tempo que o país elegeu seu primeiro governo de extrema-direita, na figura de Jair Bolsonaro, em 2018, Fabiano Contarato se tornou o primeiro senador assumidamente gay do Brasil, e Erika Malunguinho, a primeira deputada estadual transexual eleita em São Paulo. Já em 2021, pela primeira vez, uma governadora, Fátima Bezerra, e um governador, Eduardo Leite, também assumem publicamente sua homossexualidade. Um ano depois, em 2022, Erika Hilton seria a primeira deputada federal transexual eleita no país.



CASA FLORESCER, centro de acolhida pioneiro para mulheres trans em São Paulo
FONTE: DIVULGAÇÃO NIKE
FOTO: MAVO/GUSTAVO DANTAS

Esse avanço só é possível porque a comunidade LGBTQIA+ está estruturada em torno de grandes organizações, ativistas e intelectuais que compõem seu movimento sociopolítico. Vale destacar a soma de esforços das organizações que construíram os alicerces do cenário atual, como o **Grupo Gay da Bahia (GGB), o Grupo Dignidade, a Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), a Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEH), o Nuances de Porto Alegre, a Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (APOGLBT) e a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT),** com os mais novos agentes que tornaram o movimento mais plural e capilarizado como a **Casa 1, as Casas Florescer, a Casa Nem, o Eternamente Sou e o Transempregos.** Os citados aqui são apenas alguns exemplos de um cenário muito mais rico, que engloba todas as regiões do país e representam toda a variação da diversidade LGBTQIA+.

Como mencionado na apresentação deste estudo, os dados, a documentação e os pensamentos produzidos pelo movimento formam o arcabouço necessário para a reflexão em torno da relação da comunidade LGBTQIA+ com o esporte no Brasil. Porém, para uma análise mais completa foi necessário realizar um levantamento específico. Uma parte foi iniciada a partir do mapeamento dos coletivos de esporte inclusivo na Grande São Paulo. Longe de estar completo, essa pesquisa proporcionou o encontro com uma vasta população LGBTQIA+ que pratica esporte tanto como lazer, de forma amadora e até profissional. Também permitiu observar o ritmo de desenvolvimento dessas iniciativas, que, por sua vez, é um termômetro de como a comunidade LGBTQIA+ têm sido incluída no esporte. A outra parte foi iniciada em agosto e se estendeu até outubro de 2021, quando foi aplicado um formulário cuidadosamente elaborado para identificar as relações de práticas e outras fruições variadas como acompanhamento, torcida e apoio ao esporte pelo público LGBTQIA+. O leitor pode conferir a metodologia utilizada e os resultados detalhados no relatório complementar que acompanha este estudo, o qual está disponibilizado no site da NIX Diversidade **(www.nixdiversidade.org)**. Nele, é também informado como foi feita a amostragem, com as devidas considerações sobre os aspectos de coleta de dados, validação das respostas e cuidados necessários para permitir a participação mais abrangente e significativa possível. Os dados e os documentos levantados, em conjunto com a vivência da **NIX Diversidade** e a atuação com os coletivos parceiros, formam a base do conhecimento aplicado na análise apresentada a seguir.

LEVANTAMENTO LGBTQIA+ NO ESPORTE

A metodologia e o detalhamento do levantamento, que foi realizado entre 25 de agosto e 30 de outubro de 2021 e contou com a participação de 1037 pessoas declaradas LGBTQIA+ de diferentes estados do país, estão disponibilizadas no site: *nixdiversidade.org*

PERFIL DOS PARTICIPANTES

Participação total: 1.037 pessoas

Identidade de Gênero:
• Masculina – **64,7%**
• Feminina – **29,5%**
• Não-binária – **4,5%**
• Gênero-fluida – **0,5%**
• Agênera – **0,5%**
• Outras/não sei – **0,3%**

* Entre os participantes, 93 pessoas são travestis, transexuais ou transgêneros, o que representa **9%** dos respondentes.

Orientação sexual:
• Homossexual - **73,3%**
• Bissexual - **17,8%**
• Heterossexual - **3,4%**
• Pansexual - **3%**
• Assexual - **1,3%**
• Outros/não definido/sem rótulos - **1,1%**

Localização:
Além do Distrito Federal, a pesquisa contou com participação de pessoas em **23 estados.** Exceções foram Acre, Amapá e Rondônia.

• Sudeste - **67,6%**
• Nordeste - **12,7%**
• Sul - **8,9%**
• Centro-Oeste - **7,6%**
• Norte - **2,3%**
• Outros/brasileiros expatriados - **0,9%**

São Paulo (38%), **Rio de Janeiro** (5,8%) e **Belo Horizonte** (3,3%) foram as cidades com maior participação.

Faixa etária:
Pessoas entre **26 e 30 anos (18,4%)** foram as principais respondentes da pesquisa, seguido pelos grupos:

- 31 a 35 anos - **15,7%**
- 21 a 25 anos -**13,2%**
- 36 a 40 anos - **12,72%**
- 41 a 45 anos - **10,7%**
- 18 a 20 anos - **9,9%**

Classe Social:
- Classe Baixa - **61,6%**
- Classe Média - **26,7%**
- Classe Alta - **7%**
- Não sei/prefiro não responder - **4,6%**

Raça/Cor:
- Branca - **53,3%**
- Parda - **24,6%**
- Preta - **10,5%**
- Amarela - **2%**
- Indígena - **0,3%**
- Prefiro não responder - **8%**
- Outras - **1,4%**

A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADE FÍSICA

18,4% dos participantes **não** realizam atividade física de forma regular; e **9%** dizem realizar **esporadicamente.**

25,2% se exercitam entre **2 e 4 vezes por semana**, enquanto **26%** relatam ao **menos 5 vezes** por semana.

Um grupo que representa **4,8%** dos respondentes apresenta prática **superior a 6 vezes** por semana.

16,6% se exercitam entre **1 e 2 vezes** por semana, o que pode não atender ao mínimo de atividade física recomendado pelas autoridades de saúde.

A PRÁTICA DE MODALIDADES ESPORTIVAS

Entre as pessoas que relatam realizar atividade física, **70,1% praticam modalidades esportivas.**

As modalidades esportivas mais praticadas são:
- Corrida - **25,2%**
- Vôlei - **22,1%**
- Futebol - **12,4%**
- Natação - **10,1%**
- Ciclismo - **6,1%**

Entre os praticantes, **53,5%** relatam ter o hábito há **mais de 10 anos,** enquanto apenas **8,6%** começaram a praticar em um período **inferior a 1 ano.**

Para a maioria, o **principal objetivo da prática é o lazer (52,3%)**. Outros **40,8%** relatam uma relação **amadora** e apenas **4,4%** dizem se dedicar à prática de modalidades esportivas de forma **profissional.**

OS DESAFIOS DO ACESSO AO ESPORTE

Considerando as pessoas que não realizam atividade física (191) e aquelas que realizam, mas não praticam modalidades esportivas (253), chegamos ao percentual de **42,8%, da população LGBTQIA+ que não têm acesso ao esporte.**

Falta de tempo (26,3%), falta de companhia (20,6%) e relatos de homofobia, transfobia ou outras discriminações, assim como bullying ou assédio (18,3%), representam os principais motivos para que não pratiquem modalidades esportivas. Além desses fatores, 18% relatam falta de interesse.

Entre os praticantes, **46,4% já vivenciaram experiências negativas com a prática do esporte** (assédio, bullying e traumas, por exemplo).

Os não praticantes, ao serem questionados sobre as modalidades esportivas que gostariam de praticar caso tivessem o contexto positivo e os recursos necessários, elencaram as seguintes preferências:

- Natação - **32%**
- Vôlei - **27,8%**
- Corrida - **9,9%**
- Futebol - **5,8%**
- Skate - **5,1%**

A PERCEPÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO ESPORTE

Em média, 68,4% dos participantes entendem que o esporte tem muita importância para suas vidas, enquanto 9,3% relatam nenhuma ou pouco relevância. **Os homens e as mulheres trans foram os respondentes com maior avaliação positiva.**

Quando questionados sobre a importância do esporte para a comunidade LGBTQIA+, a avaliação geral de muita importância subiu para 76,8%; já a avaliação negativa diminuiu para 4,1%. O melhor índice ocorreu quando a pergunta envolveu toda a população, sem recortes: **80,2% consideram o esporte muito importante para a sociedade.**

A diferença de percepções sobre a mesma pauta em relação aos diferentes públicos merece uma análise mais profunda.

A COMUNIDADE LGBTQIA+ COMO AUDIÊNCIA DO ESPORTE

Do total de respondentes, 59% dizem acompanhar, assistir ou torcer por ao menos uma modalidade esportiva. Deste grupo, 19,1% relatam acompanhar e assistir de forma diária, e 38,9% de forma semanal.

A internet (96,2%) e a televisão (86,8%) são os meios utilizados pela grande maioria. **Apenas 22,5% frequentam eventos presencialmente.**

Vôlei (31,2%), futebol (22,5%) e natação (10,1%) formam o pódio das modalidades com maior engajamento. O skate, com 7,8% de preferência, aparece na 4ª posição.

A REPRESENTATIVIDADE DOS ATLETAS

A grande maioria dos participantes do levantamento acha muito importante (84,3%) e importante (12,6%) a representatividade por meio de atletas publicamente declarados parte da comunidade.

Entre os 188 atletas citados como os mais admirados, sem recorte de orientação sexual e identidade de gênero, lideram o ranking de acordo com a preferência daqueles que acompanham modalidades esportivas:

- Douglas Souza (vôlei) - **13,2%**
- Marta (futebol) - **10%**
- Carol Gattaz (vôlei) - **3,3%**
- Fernanda Garay (vôlei) - **3,3%**
- Sheilla Castro (vôlei) - **2,8%**

O MOVIMENTO LGBTQIA+ NO ESPORTE

85,3% dos participantes do levantamento consideram que transfobia, homofobia e outras LGBTfobias são problemas do esporte no Brasil. Em complemento, **63,5% relataram ter sido discriminado ou presenciado algum LGBTQIA+ sendo discriminado ao praticar esporte.**

Homens e mulheres trans, com taxa de resposta acima de 70%, formam o grupo mais vulnerável a esses acontecimentos.

Quando questionados sobre LGBTfobias em ambientes esportivos, como estádios e ginásios, o relato geral de casos aumenta para 68,3%.

Entre os pontos de maior concordância entre os participantes da pesquisa, destaca-se: admiração por atletas que se assumem LGBTQIA+ (95,8%), desejo por mais representatividade (95,1%) e o apoio a iniciativas inclusivas de empresas com foco no esporte (93,8%).

Já as pautas com menor concordância são: a compreensão que pessoas LGBTQIA+ têm mais desafios para se tornar atletas (75,2%) e a inclusão de pessoas trans em equipes formadas por pessoas cis, com 75,6% e 76,8% de apoio para participação de homens e mulheres trans, respectivamente.

PRINCIPAIS RESULTADOS E DEPOIMENTOS DO LEVANTAMENTO

Antes de seguir, uma observação sobre os depoimentos aqui apresentados. Durante a realização do levantamento LGBTQIA+ no esporte, foi requisitado às pessoas que compartilhassem relatos sobre a sua experiência com o esporte. Como diretriz, será caracterizado quem fala, mas preservada sua identidade, mesmo que tenha respondido de forma não anônima. As exceções serão em torno de pessoas que possuem papéis públicos de coordenação ou liderança em grupos LGBTQIA+. Nas descrições dos participantes, podem faltar algumas características que eram opcionais no formulário, como raça e classe social.

ACESSO AO ESPORTE E À ATIVIDADE FÍSICA

Nos achados do levantamento, chega-se a 42,8% dos LGBTQIA+ da amostra sem acesso ao que consideram prática esportiva. Incluídos nesse número há o grupo que sequer pratica algo que considere uma atividade física (18,4% do total).

Como já mencionado ao iniciar esse estudo, uma hipótese central era a de que o acesso da população LGBTQIA+ ao esporte era menor, ou talvez muito menor, que o da média da população. A principal razão para essa suposição vem da baixa representação não-heterossexual ou não-cisgênera no esporte profissional de elite. Uma impressão agravada pelas queixas generalizadas de LGBTfobia em ambientes de prática esportiva.

O número de **42,8% de pessoas da comunidade sem acesso à atividade física e ao esporte** pode não parecer tão elevado quando transportado para dentro do contexto nacional brasileiro, em que pesquisas apontam uma população sedentária ainda maior, mesmo com as devidas licenças de comparação por conta das metodologias diferentes de apuração.

Temos como referência dois estudos que trazem dados importantes. **Em 2015, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) identificou que 62,1% da população brasileira não fazem exercícios físicos e nem praticam esporte.** Outro estudo, também referenciado neste tema, e que foi amplamente divulgado pela mídia brasileira é o *"Worldwide trends in insufficient physical activity from 2001 to 2016: a pooled analysis of 358 population-based surveys with 1,9 million participants"* do periódico científico The Lancet Global Health, o qual indicou que a porcentagem de brasileiros que não pratica atividades físicas chega aos 47%.

O fato do nível de acesso ao esporte da população LGBTQIA+ ser, neste levantamento, superior ao da população geral é surpreendente, mesmo considerando possíveis fatores de atração da parcela fisicamente ativa para a pesquisa com essa temática.

Vale também considerar que a forma como a comunidade LGBTQIA+ se vê e transforma seus corpos vai ao encontro destes dados. Faz parte da cultura deste grupo moldar o corpo para atender suas identidades, como a masculinização procurada por parcela da comunidade homossexual e os ideais estéticos do corpo transexual. Ambos objetivos podem ser favorecidos com a contribuição do esporte (PEREIRA e AYROSA, 2012; SILVA, 2018; SERRANO, 2019).

OS DESAFIOS DOS TRANSEXUAIS

A hipótese inicial deste estudo era que o acesso ao esporte fosse menor, em média, para os LGBTQIA+ em relação ao todo da população. De fato, certos segmentos têm maiores dificuldades na prática esportiva do que seu conjunto. **A população transexual ou transgênera aproximada pela pesquisa deixou claro que não é incluída nos locais tradicionais de esporte se não for por projetos específicos destinados a esse grupo.**

Raphael Martins, organizador do coletivo de futebol de homens transexuais **Meninos Bons de Bola,** relata que já foram expulsos de locais públicos de forma transfóbica. Em seus 5 anos de atividades, tiveram que deixar os jogos na rua por conta da hostilidade de outros jogadores cisgêneros e, até mesmo, pela interferência indevida da polícia militar sob o pretexto de segurança do local para manter a paz e a ordem, que claramente não eram ameaçadas por um jogo de futebol de amigos.

Em relatos variados, as mulheres transexuais do coletivo **Angels Volley** também reforçam a impossibilidade de acesso aos equipamentos de esporte tradicionais, seja por não serem aceitas em equipes cisgêneras por motivos distintos, ou simplesmente por sofrerem ofensas transfóbicas variadas. Um relato comum é o medo e as barreiras de acesso a competições por não terem os documentos retificados.

> **“Eu faço parte de um time de trans. Há uma grande dificuldade, principalmente no meu caso, que eu não sou retificada, só tenho nome social e não posso participar de alguns campeonatos. Ou, melhor dizendo, quase todos. Esse problema é muito triste. Eu treino e pratico muito, mas quando chega na hora dos campeonatos, eu não posso participar porque eu sou uma mulher trans não retificada”.**
>
> Mulher transexual negra, 31 anos, classe baixa, São Paulo, SP

O problema se repete nos ambientes de formação que se demonstram despreparados para atuar junto à diversidade e impedir que se reproduza a estrutura refratária à participação dos transexuais.

“Entrei na faculdade de educação física, pois o esporte sempre foi uma paixão, mas conhecendo os ‘bastidores’ do mundo esportivo, percebi o quão transfóbico é. E me desanimei a ponto de trancar a faculdade”.

Homem transexual bissexual, branco, 23 anos, Franco da Rocha, SP

Parte da solução do problema de inclusão das pessoas transexuais, não-binárias ou agêneras no esporte passa por três pilares principais: pelo **acesso a um local seguro** de prática esportiva; **pela conscientização da população** não-transexual; e pela **adequação de vestimentas** e materiais.

“Eu fazia dança de salão há um tempo, mas acredito que por ser uma modalidade onde a estrutura seja muito rígida (homens são condutores e mulheres conduzidas sempre) não havia espaço para corpos fora do padrão de gênero. Eu sou uma pessoa agênero e um tanto quanto masculino. Eu fazia as aulas na posição de conduzido e sentia dos professores uma certa pressão em ser feminino pelas falas deles. Eu parei de fazer dança de salão por outros motivos, mas esse sentimento me deixava desconfortável em comparecer e me levava sempre a usar roupas que escondessem meu corpo (pois o corpo trans quase nunca é bem-vindo). Pela mesma razão, eu tenho receio de fazer natação (algo que gostaria muito) sou lido como mulher pelas pessoas e sei que meu corpo (por ser uma pessoa de expressão masculina) não é bem-visto por elas, e no caso da natação eu não tenho muito como escondê-lo”.

Indivíduo agênero e assexual, branco, classe média, 19 anos, Sobradinho, DF.

"Quando eu treinava numa academia cuja mensalidade ultrapassava os R$ 400,00, situada na Avenida Paulista, uma aluna trans era alvo de piadas dos próprios professores. Certa vez, questionei ao gerente sobre o sumiço dela. Ao que ele respondeu: nós dificultamos a renovação da matrícula da Vilma (nome modificado) porque ela não combina com o perfil da academia. Perguntei: dificultaram como? Ele disse: cobramos todas aquelas taxas que isentamos de vocês. Eu disse: esta academia está na Avenida Paulista e, também por isso, deveria ser referência de inclusão".

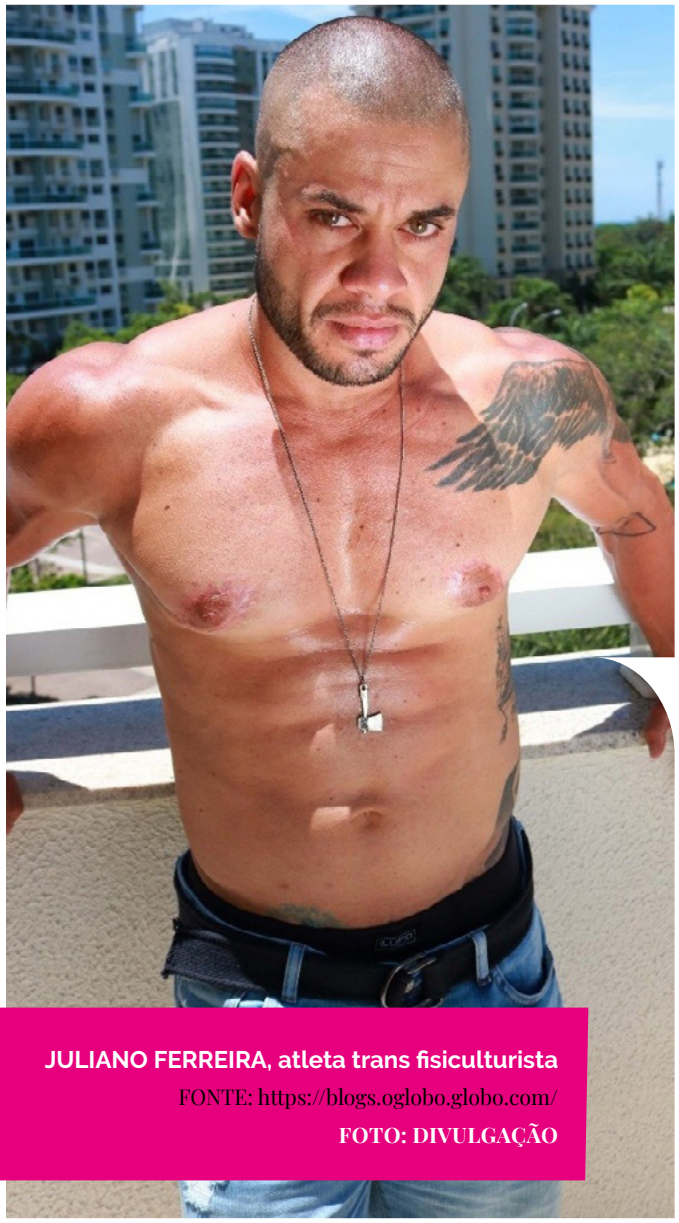
Homem homossexual, negro, classe média, 47 anos, São Paulo, SP

"Eu queria muito fazer natação na rede pública aqui do estado do Ceará, em Fortaleza, no Cuca! Mas não posso porque homens trans e pessoas não bináries só podem usar maiô. Temos Binder (top) apropriado para a natação, assim como shorts que não empatam nadar. Mas não é permitido além do maiô. Isso é muito restrito a população cisgênero normativa".

Pessoa não-binária, branca, classe média, 19 anos, Fortaleza, CE

Não há dúvidas que, independente do grau de acesso de pessoas não-cisgêneras ao esporte, este é um desafio constante. Trata-se do segmento que passa por mais dificuldade para frequentar equipamentos públicos e que enfrenta a face mais cruel da LGBTfobia quando comparado com a comunidade LGBTQIA+ como um todo.

Ainda que os dados confirmem que, para os transexuais abrangidos neste levantamento, o acesso ao esporte tenha sido inferior ao do grupo cisgênero, cabe a sugestão de uma pesquisa mais abrangente e direcionada especificamente para a população transexual.



JULIANO FERREIRA, atleta trans fisiculturista
FONTE: https://blogs.oglobo.globo.com/
FOTO: DIVULGAÇÃO

OS VALORES DO ESPORTE

Além da transformação do corpo, há outras motivações variadas que levam os indivíduos LGBTQIA+ ao esporte, diretamente ligadas à dimensão transformadora em suas vidas. Neste sentido, as atividades físicas e esportivas são apontadas como sendo de forte impacto e importância em questões subjetivas do indivíduo desse grupo. Alguns exemplos são o **senso de pertencimento, a melhoria da autoestima e confiança**, além do reforço de um estilo de vida à procura de **hábitos mais saudáveis**. A visão de inclusão pode, porém, em alguns casos, tentar reproduzir algum padrão heteronormativo ou cisgênero.

"Sempre fui muito fã de ver pessoas praticando esporte e sempre gostei de praticar também. Comecei pelo futebol, depois skate e por último no vôlei, todos de forma amadora, mas sempre houve muito preconceito, principalmente no skate e futebol, que eram considerados 'esportes de meninos'. Creio que o esporte seja suporte para muita gente, assim como é para mim, uma forma de relaxar, ficar saudável, entre outras coisas, mas infelizmente, acaba sendo mais difícil para pessoas LGBTQIA+ como eu praticar o esporte sem receber ataques ou comentários desnecessários. Acho que devemos receber o apoio de políticas públicas que possam proporcionar mais inclusão de pessoas como nós em todo e qualquer tipo de esporte, já que é um direito de todos e conosco não deveria ser diferente."

Mulher bissexual, branca, classe de baixa renda, 19 anos, Teresina, PI

"Eu fui nadador durante a maior parte da minha infância e adolescência e isso me ajudou a adquirir autoconfiança, e também autoestima. Essas características me acompanharam na vida adulta e me ajudaram no meu desenvolvimento profissional. Hoje, pratico apenas musculação, o que me mantém saudável e com boa autoestima."

Homem homossexual, branco, classe média, 56 anos, Teresópolis, RJ

"O esporte é motivação para vida! Quando você deixa o esporte entrar na sua vida tudo muda... Seus valores, anseios e receios, a forma de entender a vida através do foco e determinação que o esporte traz na prática.... A sabedoria que envolve ganhar e perder no contexto do nosso desenvolvimento como pessoa e a superação dos nossos limites. O esporte é mágico! A melhor influência na educação das pessoas."

Homem homossexual, branco, classe média, 51 anos, São Paulo, SP

“O esporte me salvou, descobri que eu não era apenas um gay sem nenhum talento, assim como todos me falavam. Mas mesmo no esporte eu encontrava comentários maldosos que me deixavam para baixo, mas isso nunca foi motivo para desistir, segui lutando e persistindo.”

Homem homossexual, branco, classe média, 24 anos, Balsas, MA

“O esporte me tirou da vida do gueto e das drogas. Me fez entender que podemos ter uma vida como todos os outros héteros. Salvou minha vida.”

Homem homossexual, branco, classe média, 36 anos, São Paulo, SP

“O esporte sempre salvou a minha família, tirou meu pai das ruas quando criança, deu disciplina, vontade de vencer e amor ao próximo. Mudou a vida do meu pai e, logo depois, proporcionou a mim e ao meu irmão estudarmos como bolsistas em escolas particulares [...] A maior lição que aprendi foi que o esporte deixa uma marca em você, uma marca do bem.”

Mulher homossexual, negra, classe de baixa renda, 29 anos, Fortaleza, CE

“Sempre fui apaixonada por esportes. Desde pequena. Sempre estava eu no meio dos meninos, jogando futebol. Sempre era taxada de 'maria homem' e dentre outras coisas, mesmo depois que fui pegando uma certa idade. O esporte sempre mudou a minha vida, me ensinou sobre ganhar, perder, evoluir e admirar os processos. Me mostrou também o quanto nós, mulheres, principalmente no esporte, às vezes não somos valorizadas. Não é só a diversidade, mas se sentir inclusa. Como parte de algo. Hoje sou graduanda em Educação Física, Bacharelado, sétimo período, faço um trabalho voluntário com o futebol feminino. Procuro sempre trabalhar a diversidade e inclusão. O esporte me move. A sede de ver nós, mulheres, conquistando nosso espaço. Em ver mais diversidade no esporte, assim como a inclusão.”

Mulher bissexual, branca, classe de baixa renda, 28 anos, Alegre, ES

Em especial, o pertencimento a um grupo proporcionado pelo esporte é um fator motivacional que ajuda também na superação da LGBTfobia. A falta de companhia, por outro lado, pode ser um fator desencorajador, sendo o segundo maior motivo apontado como razão de não praticarem esporte.

"Sou lésbica assumida desde os 20 anos e durante a faculdade joguei futsal pelo time da minha faculdade. O meu time foi um dos primeiros grupos de pessoas no qual me senti realmente acolhida. Durante as competições, torcidas adversárias costumavam utilizar o fato de eu ser LGBT para tentar me desestabilizar emocionalmente nos jogos, com xingamentos e agressões verbais e meu time sempre me defendeu nessas situações. Foi realmente muito importante para minha saúde mental fazer parte dessa equipe que, mesmo não sendo LGBT, em sua maioria me apoiou e incentivou de diversas maneiras."
Mulher homossexual, classe média, 31 anos, Campinas, SP

"Eu gosto de artes marciais desde pequena e era sempre chamada de "hominho" pelos colegas da escola por não ser tão feminina como as outras garotas. Não era aceita em nenhum grupo. Mas as artes marciais me ajudaram a ter uma autoestima maior e a ter mais contato comigo mesma, me dando forças para me entender, quebrar barreiras e além de tudo isso não depender da aprovação das pessoas para levar a minha vida."
Pessoa gênero-fluída, branca, classe média, 28 anos, Mogi Guaçu, SP

Com base neste levantamento, pode-se dizer que a população LGBTQIA+ brasileira tem encontrado meios de driblar a LGBTfobia para praticar esporte ainda que a intolerância permeie a experiência:

- 46,4% tiveram alguma experiência negativa com o esporte no passado.
- 85,3% acham que a LGBTfobia é um problema do esporte no Brasil.
- 63,5% foram discriminados ou viram alguém ser discriminado ao praticar esporte.
- 68,3% foram discriminados ou viram alguém ser discriminado em eventos esportivos.
- 89,9% afirmam que há muito preconceito contra os LGBTQIA+ no futebol.

A CULTURA LGBTFÓBICA DO FUTEBOL

Com esse conjunto de informações, **é ainda mais admirável que o número de LGBTQIA+ que não pratica esporte não seja ainda maior.** Há uma verdadeira força pressionando constantemente a população para fora da prática e do ambiente esportivo. Conseguir participar de atividades esportivas neste cenário **já é uma conquista. Além disso, como foi visto, o futebol é um dos meios mais LGBTfóbicos não apenas no esporte, mas também na cultura brasileira**. Constantemente, o indivíduo LGBTQIA+ é bombardeado por informações sobre os desafios de praticar a modalidade e os riscos de participar de forma plena, o que faz com que muitos optem por esconder ou omitir parte de sua identidade.



RAPHAEL MARTINS, idealizador do coletivo paulistano Meninos Bons de Bola
FOTO: SEBASTIAN MARINI @SEBASMARINI

“Acho o futebol o único esporte valorizado no Brasil, inclusive um esporte extremamente LGBTfóbico. Cresci assistindo homofobia no futebol e por isso nunca gostei, já fingi gostar para não me sentir diferente dos demais.”

Homem homossexual, classe de baixa renda, 32 anos, São Paulo, SP

“Sempre gostei de jogos e de praticar esportes na minha infância, mas quando passei a ser chamado de 'viado', e os garotos mais agressivos começaram a prestar mais atenção em mim, parei de jogar por medo de ser agredido. Me afastei da prática de esporte e nunca mais voltei, me encontrei na área artística.”

Homem homossexual, negro, classe média, 27 anos, Goiânia, GO

“Sou de uma família que jogar bola e assistir futebol são diversões centrais. Mas nunca me encontrei no esporte. Na escola, era o último a ser escolhido para os times e tratado como um peso. O que fez que eu tivesse verdadeiro medo de jogar. Toda vez que me interessava, ficava claro que não era bem-vindo. Até como torcedor, eu era alvo de piadas. Quanto mais as pessoas entenderam que eu era gay, mais longe o futebol foi ficando. Passei a demonstrar desinteresse para não ter que passar por situações constrangedoras.”

Homem homossexual, branco, classe média, 43 anos, São Paulo, SP

“Me foi negado por toda infância e adolescência jogar futebol na escola, tanto pelos colegas, quanto pelos professores. Minha família não me deixava praticar esporte por me considerar frágil. Por fim, escondido, comecei a praticar natação e correr. Tudo só, para que ninguém descobrisse. Uma vida de esconderijos desde a adolescência. Ser LGBTQIA+ no interior do nordeste era sinal de morte ou abandono pela família. Pra viver, tive que casar e tomar outras posturas que renegava minha existência como pessoa.”

Homem homossexual, negro, classe média, 42 anos, Triunfo, PR

De forma geral, os homens são convidados à prática do esporte, especialmente o futebol, como **reforçador da sua masculinidade.** Neste sentido, há uma aversão ao homem afeminado, não-heterossexual, não-cisgênero com ou qualquer característica que vá contra o padrão de virilidade e físico colocado. Já para as mulheres, há a preocupação que se tornem masculinizadas ou que reforcem esses aspectos. São constantemente excluídas e identificadas de **forma pejorativa como lésbicas.** Ou seja, a sociedade "concorda" com o lugar da mulher homossexual no futebol, mas vê sua homossexualidade e sua prática de forma negativa.

"Eu sou mulher e jovem e jogo desde os meus 6 anos. É traumatizante para uma criança passar pelo que eu passei. O esporte que eu mais pratico é o futebol, então eu já sofri muito machismo e LGBTfobia. Falaram que é esporte de homem, dentre outros crimes de ódio. Algumas vezes da minha própria 'família'. Não tive muito apoio, meu pai às vezes me ajudava, minha mãe só criticava, mas isso não foi o motivo pelo qual eu deixei um pouco o sonho de lado. Eu tinha um sonho grande no esporte antes. Hoje, não tenho tanto, mas admiro atletas que não desistiram dos seus sonhos, hoje são grandes e tem voz para defender cada pessoa LGBT, cada pessoa negra, cada religião, atletas como Douglas Souza, Maique, Carol Gattaz, Carolana Silva, Fabi, Rebeca Andrade e Paulinho. Pessoas que não se opõem a defender a sua comunidade da forma correta, sem espalhar mais ódio e violência pelo mundo."

Adolescente mulher bissexual, negra, classe de baixa renda, 17 anos, Nova Viçosa, BA

"Quando eu tinha 10 anos, estava a jogar futebol com os meninos da rua, ou até mesmo soltando pipa. Daí, os senhores de idade me chamavam de moleque macho, isso quebrava o meu coração e eu ia para casa chorar escondida."

Mulher homossexual, amarela, classe de baixa renda, 21 anos, Rio de Janeiro, RJ

"Quando pequena, entre 6 e 7 anos, eu queria muito jogar futebol, mas fui proibida pelo meu pai porque ele disse que eu iria virar 'machorra'. A mesma situação aconteceu quando eu tentei praticar luta, fui proibida de muitas coisas para não "virar machorra" mas hoje gosto de mulher da mesma forma, porque eu nasci assim."

Adolescente mulher pansexual, classe de baixa renda, 15 anos, Paranaguá, PR

As reclamações referentes ao futebol são muito mais comuns, afinal é a modalidade a qual os brasileiros são mais expostos cotidianamente. **Enquanto os homens e as pessoas que não se identificam com a binaridade são levados a se encaixar em um papel de gênero para praticar esse esporte, as mulheres devem romper com o seu de tal forma que, para alguns indivíduos, o contato com a modalidade vira uma violência que tem como consequência, muitas vezes, a aversão.** No futebol isso é mais marcante, mas nas demais modalidades são também, em diferentes patamares, os papéis de gênero e a LGBTfobia que as tornam refratárias à maior adesão dos indivíduos LGBTQIA+.

"Adoro jogar vôlei, mas nunca joguei em time feminino porque sempre tive medo de ser discriminada, e no time masculino eu não tinha a mesma força e velocidade dos meninos. Nunca consegui me encaixar em nada e isso prejudicou meu desempenho no esporte que mais adoro!"

Mulher transexual heterossexual, negra, classe de baixa renda, 42 anos, São Paulo, SP

"Em geral, sempre me senti desconfortável em ambientes esportivos, tendo em vista a inevitável exposição do corpo; para além da insegurança, eu também tinha medo. Por anos, fiz esportes somente usando binder, o que me deixava com falta de ar e dores musculares. Um dos esportes que sempre quis fazer, mas nunca tive coragem (e ainda hoje não tenho), é a natação, na qual a questão da exposição do corpo é ainda mais gritante."

Homem transexual pansexual, branco, classe média, 20 anos, Rio de Janeiro, RJ

"O esporte em si forma seres humanos, tive frustrações quando jovem por ser preterido, não pela minha capacidade técnica e física, e sim por ser quem eu sempre fui. Mesmo sendo discreto, foi de uma forma bem clara, homossexual aqui não tem vez. Apesar de todos os momentos tristes de perceber que acontecia, segui meu caminho."

Homem homossexual, branco, classe média, 49 anos, São Paulo, SP



ANDRESSA ALVES, da Seleção Brasileira de futebol, contou em campanha da Nike que sua 1ª bola foi a cabeça de uma boneca
FOTO: DIVULGAÇÃO NIKE

O PAPEL DA ESCOLA

Os relatos continuam e um tema se torna recorrente sobre a experiência da LGBTfobia. Quando adultos, cada indivíduo vai encontrar diferentes estratégias para fugir da intolerância, mas **é na escola que a situação muitas vezes não é contornável.** Em seu estudo "Futebol Feminino e as barreiras do Sexismo nas escolas: reflexões acerca da invisibilidade", Furlam e Dos Santos (2008) descrevem um quadro sobre a divisão de gênero nas escolas e suas consequências. As autoras explicam que a criança quando entra na escola, não apenas vai passar por um processo de formação de conhecimento, mas também de lapidação de gênero. Serão **empurradas para padrões de masculinidade ou feminilidade**, conforme o caso, ligados ao papel de gênero correspondente. Nas aulas de educação física, esse processo transpassa pelo corpo. O menino viril encontrará seu lugar, mesmo que não tenha tanta aptidão, e vai perceber seu pertencimento à atividade. **O menino afeminado, por sua vez, é o corpo estranho constantemente empurrado para a margem ou para fora da atividade.** A questão é mais complexa para as meninas. A atividade esportiva é percebida, muitas vezes, como masculinizante, sendo assim, as meninas são incentivadas a escolher as atividades com menos contato e menor impacto físico. Durante o século XX, essa foi a forma de introdução do esporte nas escolas; criou-se e manteve-

-se constantemente a divisão das modalidades por gênero. O futebol já foi oficialmente proibido para as mulheres no Brasil, de 1941 a 1979. E o basquete e o judô eram outras modalidades identificadas diretamente com a masculinidade. Para as mulheres, era preferível outras atividades, como o vôlei e a ginástica rítmica, consideradas mais femininas (SOUSA; ALTMANN, 1999).

"Quando criança, não fazia educação física na escola, pois as atividades eram divididas entre meninos e meninas, onde meninos jogavam futebol e as meninas faziam exercícios e outras atividades, como, por exemplo, handebol. Como eu não tinha amizade com meninos, nem me sentia confortável em estar e ser comparada a eles, então fingia que ficava cansada. Conseguia atestado médico. E na pré-adolescência tentei fazer natação, mas nessa fase já estava incomodada com meu corpo de uma forma mais angustiante. Atualmente, tenho vontade e entendo a necessidade de uma rotina de exercícios para melhoria da saúde, principalmente se for fazer terapia hormonal, porém não me sinto confortável com meu corpo e minha aparência, tendo o agravante do desconforto em fazer tucking e medo de passar por preconceito, ridicularização e até mesmo agressão física."

Mulher transexual heterossexual, branca, classe de baixa renda, 28 anos, Jaboatão do Guararapes, PE

"Quando eu era pequeno, nunca jogava futebol (apesar de acompanhar pela TV) e me chamavam de gay, baitola, boiola na escola. Na educação física, o professor dizia que teria um rodízio de esportes, e eu amava a ideia, mas, na prática, ele só rolava a bola do futsal e pronto. Eu fazia educação física com as meninas e isso era mais um motivo de chacota. Sempre falavam que handebol é coisa de gay e isso mexeu muito com minha autoestima e desde então sempre me senti uma pessoa inferior. Até chegar na faculdade e ver que não é bem assim, não existe esporte de gays ou héteros."

Homem homossexual, branco, classe média, 24 anos, Goiânia, GO

"Quando pequeno, por volta dos meus 13 anos, comecei a fazer ginástica artística em meu colégio e por isso sofri muito bullying. Foi uma fase dificílima e por isso tive que largar o esporte que tanto gostava, inclusive a pedido de meus pais."

Homem homossexual, branco, classe alta, 35 anos, Maceió, AL

"Sou lésbica. Durante o ensino fundamental meu sonho era poder jogar futsal ou futebol com a mesma frequência que os meninos. As garotas não gostavam, achavam que isso era coisas de garotos, etc. Confesso que não sei qual seria a melhor solução para isso, mas era triste. Eu os via jogando, queria jogar, mas não podia. Os treinos deles eram sempre melhores, os professores não eram os mesmos. No 8° ano (em outra escola) viajamos para outra cidade para participar de jogos escolares. Estávamos prestes a entrar na quadra para jogar futsal, nosso treinador não pode ir, e o treinador dos meninos foi no lugar. Antes de entrar, ele disse algo do tipo 'odeio treinar meninas' e coisas do tipo. Uma vez, esse mesmo treinador substituiu nosso professor em um treino pois ele estava passando mal. Ele mandou os meninos jogarem como 'menininhas' e de forma 'delicada' pois mulheres não sabiam e não tinham força para jogar futsal. Nunca esqueço disso. Isso foi numa escola particular."

Mulher homossexual, classe média, 31 anos, Campinas, SP

"Olá, me chamo Rico (nome modificado) e atualmente tenho 29 anos. Sempre gostei de vôlei, basquete, tênis e outros esportes, mas evitei ambientes e esportes que eu poderia ser motivo de piada por ser lido como 'efeminado ou gay'. Não tive uma infância fácil na escola, nem nos esportes, quando os praticava. Sempre era uma batalha. Era sobre eu tentar ao máximo parecer 'homem' para encaixar no grupo e não virar motivo de piada, principalmente se tratando de futebol ou esportes ditos como 'femininos'. Não pude praticar ginástica artística nem rítmica por ser 'de mulheres'. Eu deixei de praticar e estar em muitos ambientes por medo de sofrer preconceito. Então, sim, acredito que ter ambientes no esporte mais inclusivos com mais representatividade. Se eu tivesse mais pessoas que me representasse, eu não teria colecionado traumas, mas boas experiências, e talvez eu teria tido uma carreira mais livre e me tornado alguém que eu me orgulhasse hoje, mas o medo, o ódio, e o preconceito venceram. Acredito num mundo mais inclusivo. Sem muros, mais pontes."

Homem homossexual, branco, classe de baixa renda, 29 anos, Mogi-Guaçu, SP

Como mencionado anteriormente, em 2004, o governo federal iniciou o programa *Brasil sem Homofobia,* com o intuito não apenas de combater o preconceito contra homossexuais, mas também contra bissexuais, transexuais e as demais diversidades de orientação e identidade. Uma das linhas de atuação do programa era justamente combater a LGBTfobia no ambiente escolar, recomendado em seu item V – "Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e a não discriminação por orientação sexual". Como visto nos depoimentos, **a falta de sensibilidade em relação às questões de gênero e sexualidade acarretam sofrimento para a grande parcela da população LGBTQIA+, e para os não-LBGTQIA+ que não se enquadram nos papéis tradicionais** impostos pela sociedade. Na época, foi celebrado um convênio com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) com o intuito de **preparar um material que sensibilizasse os professores a abordar o tema e fornecesse instrumentos para essa ação:** o Caderno Escola sem Homofobia. Em 2011, a proposta do material foi apresentada para a sociedade com o nome de **Kit Gay,** muitas vezes envolto de notícias falsas e descontextualizações. Houve uma reação muito forte dos setores conservadores e suas representações políticas, que iniciaram uma **campanha contra o seu uso, acusando de promover o "homossexualismo" nas escolas**. Pressionado, o Governo recuou no projeto no qual havia sido investidos quase 2 milhões de reais.

A polêmica em torno do projeto Escola Sem Homofobia iria também contaminar as eleições de 2018, quando a discussão em torno da iniciativa receberia o reforço de outras notícias falsas. O candidato Jair Bolsonaro foi eleito presidente com a promessa de enterrar qualquer possibilidade de permitir que o tema chegasse às escolas. Em 7 de janeiro de 2020, o então ministro da Educação, Abraham Weintraub, confirma essa expectativa. Volta a mencionar o material insinuando que o mesmo já havia sido distribuído: **"Sai o Kit Gay e entra a leitura em família".** Reforçamos: o Caderno Escola sem Homofobia nunca chegou a ser publicado e distribuído às escolas. No mesmo ano, envolvido em uma série de polêmicas, Weintraub foi indicado pelo governo brasileiro ao cargo de Diretor Executivo do Banco Mundial. Após um período de instabilidade, o Ministério é assumido pelo pastor presbiteriano Milton Ribeiro, em julho de 2020. Em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo, o ministro reforça o pensamento ideológico do governo com a declaração:

> **"Acho que o adolescente que muitas vezes opta por andar no caminho do homossexualismo (sic) tem um contexto familiar muito próximo, basta fazer uma pesquisa. São famílias desajustadas, algumas. Falta atenção do pai, falta atenção da mãe. Vejo um menino de 12, 13 anos optando por ser gay, nunca esteve com uma mulher de fato, com um homem de fato e caminhar por aí. É importante falar sobre como prevenir uma gravidez, mas não incentivar discussões de gênero."**
>
> Milton Ribeiro, Ministro da Educação, Governo Federal do Brasil (2020).



WILLY MONTMANN, ativista e idealizador do coletivo inclusivo Angels Volley
FOTO: HELERSON OLIVEIRA

Com a herança da polêmica em torno do Caderno Escola Sem Homofobia, que nasce em um governo progressista, e depois é utilizado com combustível eleitoral para a ascensão de forças políticas de extrema-direita, cabe o questionamento se mesmo um governo alinhado ao movimento LGBTQIA+ conseguirá retomar políticas públicas de sensibilização no ambiente escolar. Enquanto não há uma nova perspectiva política para o país, é necessário encontrar outras formas de pressão social que colaborem com o avanço da agenda de diversidade e inclusão.

A IMPORTÂNCIA DA REPRESENTATIVIDADE

Uma possibilidade indicada neste estudo para potencializar a inclusão no esporte está em torno da representatividade. Durante as primeiras décadas do século XXI, surgiram ou se revelaram no cenário esportivo, atletas LGBTQIA+ que são considerados os mais admirados por essa população. O fato de ter um ídolo que também representa sua identidade é motivo de comemoração e incentivo às práticas esportivas junto a essa comunidade.

"Sou mulher trans e skatista. Parei de andar de skate pouco antes da transição de gênero, por medo do preconceito. Só voltei a andar anos depois, quando vi um menino trans andando, e recebi o incentivo de outra trans. Então, presenciei a importância da representatividade e da exposição quanto à vivência LGBT+ no esporte. Ao observarmos outros e outras como nós, praticando o que amamos, criamos a percepção de que aquele lugar também nos pertence, abrindo portas para outras pessoas."

Mulher transexual homossexual, classe média, 30 anos, Imbituba, SC

"A cada exposição de personalidade (atleta) que tenha uma visibilidade dentro do esporte, assumindo sua identidade de gênero ou até sua condição sexual, forma uma atenuante inspiradora para milhares mais que os veem como parte de concretizar seus almejos. Projetando uma realidade inclusiva."

Mulher transexual, branca, classe de baixa renda, 26 anos, São Paulo, SP

No levantamento realizado, foi questionado quais eram os ídolos no esporte dos participantes. Formou-se uma lista com 188 atletas citados. Estão entre as 10 primeiras colocações, 5 atletas assumidamente LGBTQIA+:

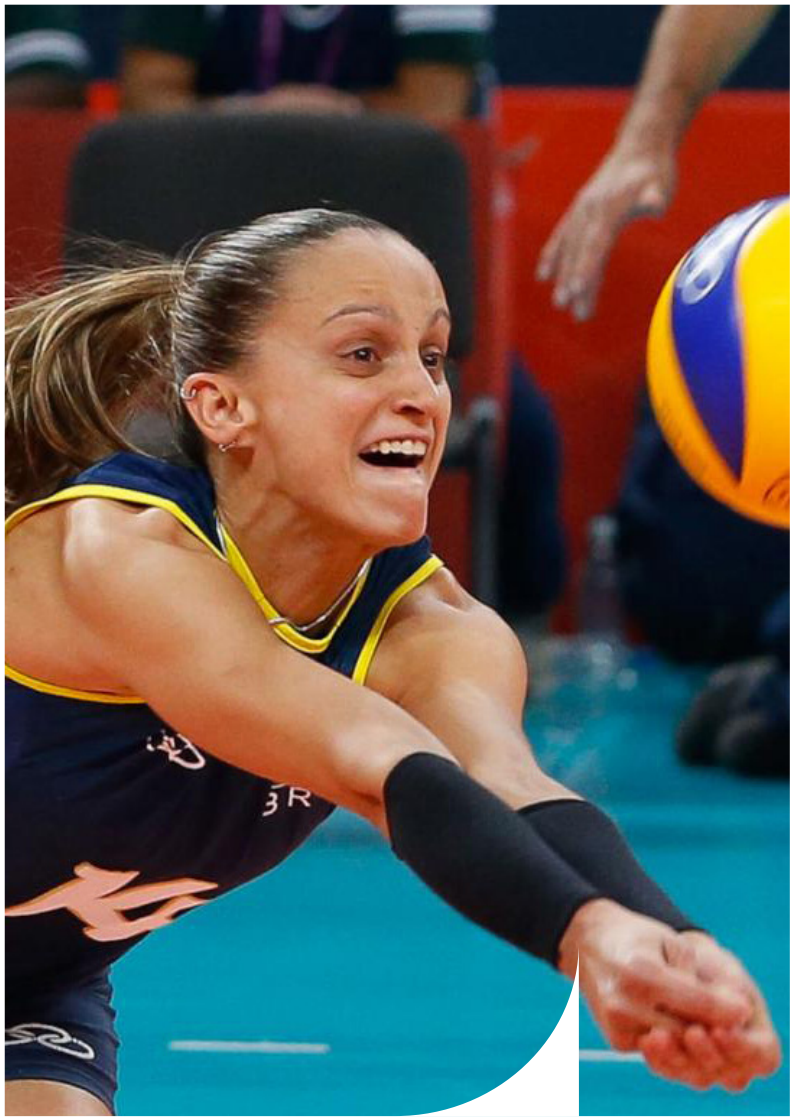
1. Douglas Souza (vôlei)
2. Marta (futebol)
3. Carol Gattaz (vôlei)
4. Fernanda Garay (vôlei)
5. Sheilla Castro (vôlei)
6. Gabriela Guimarães (vôlei)
7. Rebeca Andrade (ginástica artística)
8. Rosamaria (vôlei)
9. Tifanny Abreu (vôlei)
10. Fabiana Alvim (vôlei)

A presença destes atletas no esporte de alta performance sinaliza para a população LGBTQIA+ que o ambiente esportivo também é seu lugar, que a **inclusão na prática esportiva é possível, sem renunciar à expressão livre de uma dimensão fundamental da sua existência, seja sua orientação sexual ou identidade de gênero.**

Enquanto não há uma demolição da estrutura intolerante, a comunidade LGBTQIA+ tem encontrado formas alternativas de garantir o acesso ao esporte. Praticar esporte sem revelar sua identidade ou orientação ainda será uma opção para ambientes fechados à diversidade, mas um modelo de transição da exclusão para a inclusão já está operando: os coletivos inclusivos de esporte LGBTQIA+ permitem que seus integrantes tenham acesso à prática esportiva, desenvolvam habilidades e participem de competições em companhia de pessoas com afinidades de orientação e de identidade. Paralelamente, o **grupo forma uma rede** que permite a troca de experiência e apoio mútuo.

Alguns grupos são mais abertos, permitindo uma diversidade maior entre seus membros, como, por exemplo, o coletivo de exercício funcional

A inclusão na prática esportiva é possível, sem renunciar à expressão livre de uma dimensão fundamental da sua existência, seja sua orientação sexual ou identidade de gênero.



FABI ALVIM, bicampeã do vôlei, é citada como uma das atletas mais admiradas pela comunidade LGBTQIA+
FONTE: https://www.cob.org.br/pt/cob/time-brasil/atletas/fabiana-alvim-de-oliveira/
FOTO: COMITÊ OLÍMPICO DO BRASIL



ANGELS VOLLEY, coletivo que integra mulheres trans e homens gays em São Paulo
FOTO: HELERSON SANTOS DE OLIVEIRA

Se Vira nos 40, que apesar de ter entre os seus integrantes uma maioria de homens gay, também acolhe toda a diversidade LGBTQIA+. Outros preferem manter uma coesão maior no perfil dos participantes, com equipe única, como os homens transexuais do **Meninos Bons de Bola,** ou com equipes diferentes no mesmo coletivo, cada uma com seu perfil único. O **Angels Volley,** por exemplo, tem uma equipe feminina transexual e uma equipe masculina homossexual cisgênera. Há outros times com equipes mistas, com homens cis e transgêneros na mesma equipe, como é o caso do grupo de rugbi, **Tamanduás Bandeira.** Outro impacto da existência desses coletivos é a visibilidade para a causa LGBTQIA+ no esporte. A presença que eles ganham tanto nas mídias, quanto na comunidade, é também uma forma de **garantir a representatividade no esporte.**

"O esporte sempre me salvou, de diversas formas. Entendi cedo que, por ser diferente, teria que encontrar os espaços onde os diferentes se encontram. Desde muito pequeno, treinei ginástica olímpica na escola, depois vôlei, natação e mais adulto fui pro circo, ambientes menos machistas. Com os esportes, tive uma melhor socialização com as pessoas, e muitas vezes a prática e a rotina do esporte me ajudaram a lidar com lutos e sofrimentos. E foi nessas modalidades que encontrei mais pessoas LGBTQIA+".

Homem homossexual, branco, classe média, 40 anos, São Paulo, SP

"Cresci jogando futebol, porém no decorrer dos anos tive muito problema com bullying que eu sofria. Parei de jogar por um bom tempo e graças a Deus quando encontrei o time Cangayceiros (Fortaleza-CE) voltei a jogar e permaneço até hoje ativo e muito feliz."

Homem homossexual, negro, classe média, 22 anos, Fortaleza, CE

Grande parte dos coletivos identificados pelo mapeamento feito pela NIX, em parceria com a NIKE, até o momento, é de vôlei, futebol, futsal e handebol. As três modalidades estão entre as 10 prediletas da população LGBTQIA+ que pratica esporte, e também entre as 10 mais desejadas pela parte não-praticante. Essa correspondência indica uma possibilidade de expansão das atividades desses coletivos. Outras modalidades e atividades também podem ganhar impulso com o fortalecimento dos coletivos, como o caso dos grupos de queimada, treino funcional e rúgbi.

Um traço marcante desses grupos é que a esmagadora maioria **surgiu espontaneamente,** seja a partir da união de amigos, chamadas de interessados pelas redes sociais ou pelas trocas de participantes entre as equipes existentes. O modelo de captação de recursos é predominantemente por contribuição dos próprios membros. O coletivo de futebol de homens gays **Real Centro** funciona neste modelo há mais de 30 anos, enquanto o Angels Volley há mais de 13, o que demonstra independência dos coletivos em relação aos poderes públicos e iniciativas privadas. É importante registrar, contudo, que os incentivos financeiros são muito bem-vindos e potencializam as suas ações, contribuindo com o aumento do número de integrantes e a qualidade da prática esportiva.

O grupo **Meninos Bons de Bola**, por exemplo, é formado em sua maioria por jovens da periferia de São Paulo. Como mencionado, foram obrigados a deixar as ruas e organizar suas partidas em quadras de aluguel. Cada membro tem que se locomover em percursos de longas distâncias, fora a manutenção de equipamentos, uniformes e outros custos que, no total, podem ser um limitador no orçamento de cada integrante. Um espaço público para a prática com segurança ou apoio para aluguel já faria muita diferença.

“Não deixem de praticar o esporte que gostam por preconceito dos outros, nós perdemos a oportunidade de mostrar quem somos por conta das falas homofóbicas deles. Todos temos direitos iguais, então, que possamos usá-los igualmente.”

Homem homossexual, branco, classe de baixa renda, 36 anos, Brasília, DF

“O esporte muda a vida das pessoas, pela educação conseguiremos mudar toda atitude de preconceito dentro e fora dos esportes. Incluir essas pessoas desde crianças nos esportes melhora a autoestima e ensina a todos sobre a inclusão.”

Mulher bissexual, branca, classe de baixa renda, 48 anos, Belo Horizonte, MG

"O esporte sempre foi meu elo mais forte que compartilho com meu pai. Desde os anos iniciais da escola, até o ensino médio, fui uma das mais entusiasmadas para as práticas esportivas, dentro e fora da escola, pois isso, para mim, era sinônimo de conexão e, portanto, pertencimento. Aos 16 anos, me entendi bissexual e, infelizmente, o fato de você ser qualquer coisa diferente da personagem homem, hétero, branco, cis, já te torna vulnerável a situações desconfortáveis. No meu caso (privilegiado) fui muito acolhida por meus próximos e por pessoas passageiras, em quadra, o esporte sempre prevaleceu, acho que esse seria o ideal para todos, não só para os membros da comunidade LGBTQIA+, mas para todos os indivíduos."

Mulher bissexual, branca, classe de baixa renda, 20 anos, Taboão da Serra, SP

"O esporte é para todos e acolhe todos, ele mudou minha vida e foi onde eu tive coragem de ser quem eu sou. Inclusive, no meu time há alguns atletas que fazem parte da comunidade LGBTQIA+ e o respeito sempre prevaleceu. Apesar de eu nunca ter sofrido ou presenciado algum tipo de preconceito, sei que há pessoas que sofrem com isso, e espero que elas não desistam do esporte, pois esporte é VIDA."

Mulher homossexual, branca, classe média, 16 anos, Florianópolis, SC

É importante registrar que os incentivos financeiros são muito bem-vindos e potencializam as ações dos coletivos, contribuindo com o aumento do número de integrantes e a qualidade da prática esportiva.


GRÊMIO
CORREIO DO POVO
RÁDIO GUAÍBA



FONTE: https://jornaltabare.wordpress.com/
FOTO: YAMINI BENITES

REFLEXÕES FINAIS

O ESPORTE LGBTQIA+ AVANÇA NO BRASIL EM QUATRO DIREÇÕES

A primeira é por meio dos coletivos inclusivos. São grupos espontâneos de pessoas, que dividem em comum algum aspecto de sua sexualidade e a paixão pelo esporte. Estão se multiplicando no país, cobrindo não só as modalidades mais populares, mas também outras menos disseminadas, como a esgrima e o rúgbi.

Enquanto alguns reforçam sua atuação como verdadeiros centros de ativismo, a maioria possui caráter apenas de lazer ou condicionamento físico, porém sua simples existência já implica em uma forte força social e política, mesmo que o grupo seja esvaziado dessa intenção. A tendência também é que se organizem para pressionar por melhores condições de suas atividades junto ao poder público, o que seria um passo consequente de desenvolvimento.

Cada coletivo é também um **polo de resistência** contra a estrutura LGBTfóbica na qual estão inseridos. Apesar da grande maioria ter surgido nos últimos 5 anos, há grupos que existem há mais de 10 anos. Representam um espaço alternativo para realização de atividades físicas, de forma segura e com

socialização, em contraposição aos ambientes tradicionais que, para essa população, muitas vezes significava a exclusão ou submissão a violências variadas, desde comentários maldosos até mesmo agressões físicas.

Seus modelos de gestão são simples e sólidos. Partem do princípio da participação igualitária com contribuições maiores dentro da possibilidade de cada um. Possuem um núcleo central de administradores que pode ser representado por uma pessoa ou algumas, que também representam a liderança juntos às forças internas, entre os membros e nas relações externas com fornecedores e apoiadores, entre outros. Alguns grupos estão seguindo o caminho da formalização e da atuação, passando da informalidade para a de pessoa jurídica. Também há a formação de ligas, redes e campeonatos que promovem o surgimento de novas iniciativas.

O exemplo desses atletas amadores e profissionais permite que toda uma geração de LGBTQIA+ perceba o esporte como um espaço que lhes pertence.

ABERTURA DOS GAY GAMES 2018, EM PARIS
FOTO: DAIEUXETDAILLEURS



Mesmo que encontrados em todas as regiões, destaca-se a frequência da presença de coletivos em grandes centros urbanos do Sul e Sudeste, sendo Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre as principais cidades anfitriãs. Apesar do recesso obrigatório da pandemia, as perspectivas são positivas para a **continuidade e expansão do número de grupos**. Alguns coletivos se desorganizaram no período e outros pararam suas atividades, mas a maioria já se encontra desenvolvendo treinos periódicos e programando atividades de curto e médio período. No futebol, destaca-se os coletivos que compõem a **Ligay, Os T Mosqueteiros, Os Meninos Bons de Bola e o Transversão** (formados por homens transexuais); além das **Madalenas, Inimigas do Fim F.C. e o Sarradas no Brejo** (grupos inclusivos de mulheres). No vôlei, há um movimento em torno do **Colégio Madre Cabrini e da Copa Angels Volley,** ambos em São Paulo, SP.

A segunda via de avanço é a da representatividade. A partir de 2010, em especial na década de 1920, vários atletas e iniciativas de esporte LGBTQIA+ ganharam destaque na mídia, mostrando indivíduos e grupos que se estabeleceram como referência para a comunidade. A começar pelos próprios coletivos, com as suas ações sendo divulgadas por redes sociais variadas, alcançando o foco de atenção dos principais veículos de comunicação de massa por meio da cobertura jornalística e levando suas atividades ao conhecimento de um grande público.

Por outro lado, os atletas de alta performance ocupam um espaço importante como ídolos esportivos para a comunidade. Muitos têm se assumido após o fim das suas atividades, ou próximo do fim, como **Diego Hypólito.** Outros anunciam sua não-heterossexualidade em um ato de ruptura que pode ser deflagrado a partir de um evento específico na vida do atleta, como a entrevista do saltador **Ian Matos** que, por sua vez, foi inspirada pela ação de revelação da homossexualidade do atleta britânico **Tom Daley,** ou por um ato homofóbico, como aconteceu com a torcida do Cruzeiro na semifinal da Superliga de 2011, que acabou por levar o jogador de vôlei **Michael dos Santos** a se assumir publicamente em consequência do ato.

Porém, o fenômeno mais atual é o da não revelação. Este ocorre com os atletas que já levam a sua sexualidade de forma pública e têm a mesma constatada por meio das suas interações sociais. O jornalismo especializado não chega nem mesmo a colocar a pergunta sobre a orientação sexual na pauta, e o atleta já é identificado automaticamente como LGBTQIA+.

É crescente o número de atletas não-heterossexuais ou não-cisgêneros que se revelam ou foram identificados assim. De 5 atletas brasileiros assumidos que participaram da Olimpíada do Rio, em 2016, chegou-se a 15 na Olimpíada de Tóquio, em 2021. O aumento de 200% é acompanhado da diversificação das modalidades e da forma pela qual os mesmos são tratados pela mídia. **A abordagem passa a ser muito menos em torno da polêmica, tornando-se dirigida, justamente, para a representação que esses atletas fazem de toda a comunidade e da importância da valorização da diversidade.**

Destaca-se atualmente as mulheres lésbicas da Seleção Brasileira de vôlei, **Carol Gattaz e Ana Carolina da Silva,** medalhistas em 2021; **Douglas Souza,** um dos preferidos do público LGBTQIA+, que com a sua irreverência e ativismo tem, simultaneamente, dado visibilidade à questão da diversidade e ao esporte; **Ana Marcela Cunha,** campeã olímpica na maratona aquática; e as mulheres lésbicas da Seleção Brasileira de futebol, com destaque para a seis vezes eleita melhor do mundo pela FIFA, **Marta,** e a única pessoa a ter participado de sete edições da Copa do Mundo como atleta, **Formiga.**



GAYMADA NO LOVE FEST

FONTE: www.facebook.com/gaymadaSP

FOTO: ALEXANDRE SIMONE

O exemplo desses atletas amadores e profissionais permite que toda uma geração de LGBTQIA+ perceba o esporte como um local que lhes pertence. No levantamento feito pela NIX, **um dos maiores anseios identificados pela população LGBTQIA+ é a necessidade de maior representação**. Com o sucesso de repercussão e performance desses atletas, é condizente que muitos outros surjam no cenário esportivo nos próximos anos.

A maior ruptura para a representatividade no Brasil será o surgimento de jogadores LGBTQIA+ no futebol profissional, em especial, nos times da série A. Apesar da LGBTfobia intensa nesse espaço, parece se formar o ambiente favorável para que os jogadores homossexuais e bissexuais já presentes nos clubes comecem a se revelar. Cabe à comunidade e ao movimento LGBTQIA+ **proteger e fiscalizar as gestões esportivas contra atitudes intolerantes.**

O terceiro caminho de desenvolvimento do esporte inclusivo no Brasil são as ações voltadas ao público LGBTQIA+ no esporte, principalmente por meio de competições e eventos. Como exemplo, no final de 2021, a Prefeitura de São Paulo realizou a 1ª edição dos Jogos LGBTQIAP+ com as modalidades futsal, futebol e vôlei. O evento permitiu a reorganização de muitos grupos que ficaram com as atividades suspensas durante a pandemia e, por outro lado, mostrou a força do setor com franca adesão de vários coletivos. Foram quase 800 atletas participantes.





LIGAY - PORTO ALEGRE
FONTE: https://www.guiagaysaopaulo.com.br/
FOTO: DIVULGAÇÃO

São ações propostas pelo poder público, pela sociedade civil organizada e por empresas privadas, com o intuito de fornecer um ambiente seguro e acolhedor para a prática esportiva. É importante, também, reconhecer o crescimento da agenda de diversidade e inclusão nas empresas, que contribui diretamente para iniciativas ligadas à causa LGBTQIA+.

Eventos como a **Liga Gay de Vôlei do Amazonas, a Champions Ligay, de futebol, a Copa Angels, de vôlei, e os Jogos da Diversidade de São Paulo** são, definitivamente, importantes plataformas de formação de coletivos LGBTQIA+ e de divulgação das suas atividades. Um passo importante para os eventos brasileiros é a internacionalização com a atração de equipes de outros países. Por sua vez, os coletivos brasileiros com apoio de agentes locais variados podem começar a participar de eventos internacionais, como o **Gay Games.**

A quarta força do atual esporte LGBTQIA+ é justamente o ativismo e o surgimento de suas lideranças. Como exemplo, foi importante a atuação de **Willy Montmann** denunciando e cobrando respeito dos profissionais do esporte em relação à participação da atleta transexual **Tifanny** no vôlei profissional. Permitiu não apenas a retração, como inibiu maiores LGBTfobias. Isso se reflete também na atuação crescente de atletas e de torcedores, como nos casos relatados neste estudo sobre a denúncia de atos homofóbicos no vôlei masculino.

As organizações tradicionais, como a **ANTRA, o Grupo Gay da Bahia, o Dignidade, a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo e a rede ABGLT,** entre outras, têm aumentado sua atenção e atuação na cobrança por políticas públicas, representatividade e fim da LGBTfobia no ambiente esportivo. Também continuamente fiscalizam a atuação dos grupos e federações junto aos atletas e público LGBTQIA+.

Por meio da realização deste estudo, evidenciam-se questões relevantes, mediante aos números obtidos e aos fatos históricos, de que o esporte possui uma dimensão muito importante na vida das pessoas LGBTQIA+. Durante muitos anos, a prática esportiva e a torcida pública foram negadas a essa população, a não ser que essa se encaixasse nos padrões sociais e culturais definidos pela heteronormatividade cisgênero. **Por meio de muita luta, perseverança e estratégia, a comunidade LGBTQIA+ está se livrando dos limites impostos, criando não apenas sua forma própria de interação com o esporte, mas também sendo protagonistas na prática e na vivência esportiva, seja em sua atuação amadora ou profissional.** Mesmo com muito caminho ainda a ser percorrido para a plena inclusão, finalmente, uma máxima começa a fazer sentido para a população LGBTQIA+: **o esporte é para todos!**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

ADVOCATE. 2018. A Comprehensive List of LGBT Winter Olympians. Disponível em: https://www.advocate.com/sports/2018/1/31/45-lgbt-athletes-who-competed-winter-olympics#slide-1 - Acessado em 30 de outubro de 2021.

AGÊNCIA de Notícias da AIDS. Site ANA, 2021. Live: Mulheres que se relacionam com mulheres e são mães: a maternidade homoafetiva. Disponível em: https://agenciaaids.com.br/noticia/live-mulheres-que-se-relacionam-com-mulheres-e-sao-maes-a-maternidade-homoafetiva/ Acessado em 12 de novembro de 2021.

AGÊNCIA SENADO. Perguntas sobre orientação sexual poderão ser incluídas no Censo. Senado Notícias, 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/02/19/perguntas-sobre-identidade-de-genero-e-orientacao-sexual-poderao-ser-incluidas-no-censo. Acesso em: 20 de outubro de 2021.

ANJOS, Luiza Aguiar dos. De "são bichas, mas são nossas" à "diversidade da alegria": uma história da torcida coligay. 2018. Tese de Doutorado em Ciências do Movimento Humano. Escola de Educação Física, Fisioterapia, Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

BARRERO, Marcos. Seção Onde Anda. Revista Placar. Os Desafios da Coligay. Editora Abril. Janeiro, 1987.

BELAM, Martin. The Guardian, 2018. The LGBT athletes making history at the 2018 Winter Olympics. Disponível em: https://www.theguardian.com/sport/2018/feb/14/lgbt-athletes-history-winter-olympics-pyeongchang - Acessado em 25 de outubro de 2021.

BONI, Federico. Gay, 2020. Alex Di Giorgio, il nuotatore azzurro vittima di omofobia: "E non solo in acqua, potrei scriverci un libro". Disponível em: https://www.gay.it/alex-di-giorgio-omofobia - Acessado em 20 de outubro de 2021.

BRASIL (2004) Brasil sem Homofobia. Brasília: Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia. pdf - Acessado em 9 de outubro de 2022.

BUCKLEY, Tom. Seção Morning Briefing. Jornal The New York Time. Big Bill Tilden. 1976. Disponível em: https://www.nytimes.com/1976/06/20/archives/big-bill-tilden-but-the-tennis-was-something-else.html - Acessado em 30 de setembro de 2021.

BUZINSKI, Jim. Outsports, 2008. In Beijing Olympics, only 10 openly gay athletes. Disponvíel em: https://www.outsports.com/2008/8/5/3862860/in-beijing-olympics-only-10-openly-gay-athletes - Acessado em 30 de outubro de 2021.

BUZINSKI, Jim. Outsports, 2012. 23 openly gay and lesbian athletes at 2012 London Summer Olympics. Disponível em: https://www.outsports.com/2012/7/18/4053416/23-openly-gay-and-lesbian-athletes-at-2012-london-summer-olympics - Acessado em 28 de outubro de 2021.

BUZINSKI, Jim. Outsports, 2020. Olympic medal-winning skater Guillaume Cizeron comes out as gay. Disponível em: https://www.outsports.com/2020/5/29/21273861/guillaume-cizeron-olympics-skating-gay-coming-out - Acessado em 30 de outubro de 2021.

CAMARGO, Wagner Xavier de. Jogos da Diversidade de São Paulo. Ludopédio, São Paulo, v. 96, n. 25, 2017.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direito a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro), p. 319-351, 2013.

CARVALHO, Wilson de. Jornal dos Sports. Gays abrem guerra contra a COBRAF (final). Edição 18059. 02 de setembro de 1987.

CHRYSÓSTOMO, Antonio. O Lampião da Esquina. Os Gueis do Flamengo e a Bixórdia do Sr. Braga. Uma carta Aberta. N.º18, ano 2. Rio de Janeiro, 1979.

COLLIN, Lindsay et al. Prevalence of transgender depends on the "case" definition: a systematic review. The journal of sexual medicine, v. 13, n. 4, p. 613-626, 2016.

COOPER, Alex. Advocate, 2021. A Brief History of LGBTQ+ Olympians. Disponível em: https://www.advocate.com/exclusives/2021/8/06/brief-history-out-lgbtq-olympians#media-gallery-media-7 - Acessado em 28 de outubro de 2021.

DE OLIVEIRA, Francine Natasha Alves. Gênero, cultura e o dispositivo da transexualidade: a formação da identidade travesti no Brasil. Revista Darandina, p. 1-20, 2017.

DIOGO, Magri. El País, 2021. Comentário homofóbico em rede social deixa Maurício Souza sem clube e sem seleção. Disponível em https://brasil.elpais.com/esportes/2021-10-27/comentario-homofobico-em-rede-social-deixa-mauricio-souza-sem-clube-e-sem-selecao.html - Acessado em 6 de janeiro de 2022.

ESTADÃO. Seção Política. FHC defende união entre Gays ao Lançar Plano de Direitos Humanos. 2002. Disponível em: https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,fhc-defende-uniao-entre-gays-ao-lancar-plano-de-direitos-humanos,20020513p52870 - Acessado em 2 de outubro de 2021.

EUROPEAN Union Agency For Fundamental Rights. A long way to go for LGBTI equality. Bélgica, 2020. Disponível em: https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/fra-2020-lgbti-equality_en.pdf - Acessado em 3 de outubro de 2021.

FACCHINI, Regina. Conselho Regional de Psicologia SP, 2021. Histórico da Luta LGBT no Brasil. Disponível em: www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/fr_historico.aspx - Acessado em 21 de outubro de 2021.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP). 2003.

FACCHINI, Regina. Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. 2005.

FEITOSA, Anselmo Penha; CÂMARA, Marco Túlio Pena. "Futebol moderno": o posicionamento de times de futebol contra a homofobia. Pós-Limiar, v. 3, p. 1-14, 2020.

FURLAN, Cássia Cristina; DOS SANTOS, Patrícia Lessa. Futebol feminino e as barreiras do sexismo nas escolas: reflexões acerca da invisibilidade. Motrivivência, n. 30, p. 28-43, 2008.

GATES, Gary J. "How many people are lesbian, gay bisexual and transgender?" Los Angeles, CA: The Williams Institute at UCLA School of Law, 2011.

GASTIM, Ian Chicharo. Site OneFootball, 2021. A porta do armário está aberta, não dá mais para fechar. Disponível em: https://onefootball.com/pt-br/noticias/a-porta-do-armario-esta-aberta-nao-da-mais-para-fechar-332722844 - Acessado em 23 de outubro de 2021.

GERCHMANN, Léo. Coligay: Tricolor e de todas as cores. Libretos, 2014.

GLOBO REPÓRTER. TV Globo, 2017. LGBTs Lutam por respeito na música, esporte e no trabalho. Disponível em: http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2017/08/lgbts-lutam-por-respeito-na-musica-esporte-e-no-trabalho.html - Acessado em 20 de outubro de 2021.

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan. Homossexualidades, repressão e resistência durante a ditadura. Comissão Nacional da Verdade.(Org.). Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, v. 2, p. 289-302, 2015.

GRUPO SBF. Site Segs, 2021. Grupo SBF promove bate-papo 'Orgulho e Preconceito no Esporte'. Disponível em: https://www. segs.com.br/eventos/296845-grupo-sbf-promove-bate-papo-orgulho-e-preconceito-no-esporte - Acessado em em 28 de outubro de 2021.

GUTHOLD, Regina et al. Worldwide trends in insufficient physical activity from 2001 to 2016: a pooled analysis of 358 popula- tion-based surveys with 1· 9 million participants. The lancet global health, v. 6, n. 10, p. e1077-e1086, 2018.

HARDWICK, Courtney. In Magazine, 2018. Important Moments In The History Of LGBT Olympians. Disponível em: https://inmagazine.ca/2018/02/important-moments-history-lgbt-olympians - Acessado em 18 de outubro de 2021.

HUMAN Dignity Trust. Map of Countries that Criminalise LGBT People. Disponível em: https://www.humandignitytrust.org/lgbt-the-law/map-of-criminalisation - Acessado em 9 de abril de 2022.

IPSOS. Global Views on Sport and Exercise. 2021. Disponível em: https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/news/docu- ments/2021-08/Global-Views-on-Sports-and-Exercise-Ipsos.pdf - Acessado em 6 de setembro de 2021.

JOHNSON, John. Spectrum News 1, 2020. Olympian, Former Big Red Brianne Jenner Is a Proud Gay Athlete. https://spectrumlocalnews.com/nys/central-ny/sports/2020/06/19/olympian--former-big-red-brianne-jenner-is-a-proud-gay-athlete - Acessado em 20 de outubro de 2021.

JONES, Jeffreu M. Gallup website, 2021. LGBT Identification Rises to 5.6% in Latest U.S. Estimate. Disponível em: https://news. gallup.com/poll/329708/lgbt-identification-rises-latest-estimate.aspx - Acessado em 15 de outubro de 2021.

KINSEY, Alfred C.; POMEROY, Wardell R.; MARTIN, Clyde E. Sexual Behavior in the Human Male. Philadelphia: W.B. Saunders, 1948.

KINSEY, Alfred C.; POMEROY, Wardell R.; MARTIN, GEBBARD, Paul. Sexual Behavior in the Human Female. Philadelphia: W.B. Saunders, 1953.

LANCE! Site Lance. Seção Fora de Campo - O Outro Lado do Esporte. "Fernanda Venturini diz que respeita direito de Tifanny jogar, mas não concorda: 'acho errado'". 2019. Disponível em: https://www.lance.com.br/fora-de-campo/fernanda-venturini-diz-que-respeita-direito-tifanny-jogar-mas-nao-concorda-acho-errado.html - Acessado em 20 de outubro de 2021.

LOWE, Devin. Team USA, 2018. These LGBTQ Athletes in the Olympic Movement Embrace Both Their Competitive and Personal Identities With Pride. Disponível em: https://www.teamusa.org/News/2018/June/12/These-LGBTQ-Athletes-In-The-Olympic-Movement-Embrace-Their-Sport-And-Personal-Identity-With-Pride - Acessado em 18 de outurbo de 2021.

MARLEY, Luanna; LOPES, Felipe. I Jogos da Diversidade Sexual: o esporte rompendo o preconceito. 2007.

MONTE, Karolina; CAMPOLINA, Thiago. Site Jornalismo Junior. ECA-USP, 2021. Magic Johnson: o grande embaixador do basquete e causas sociais. Disponível em http://jornalismojunior.com.br/magic-johnson-e-os-30-anos-do-anuncio-do-hiv/Acessado em 9 de novembro de 2021

MORGAN, Joe. Gay Star News, 2012. Meet the openly gay Paralympians. Disponível em: https://www.gaystarnews.com/article/meet-openly-gay-paralympians270812/ - Acessado em 20 de outubro de 2021.

OUTSPORTS. 2014. 7 out LGBT Winter Olympians in Sochi. Disponível em: https://www.outsports.com/2014/2/5/5382406/gay-winter-olympians-lesbian-bisexual-lgbt-athletes - Acessado em 20 de outubro de 2021.

OUTSPORTS. 2016. A record 56 out LGBT athletes compete in Rio Olympics. Disponível em: https://www.outsports.com/2016/7/11/12133594/rio-olympics-teams-2016-gay-lgbt-athletes-record - Acessado em 20 de outubro de 2021.

OUTSPORTS._. 2016. At least 12 out LGBT athletes competing at the Paralympics in Rio. Disponível em: https://www.outsports.com/2016/9/6/12731156/paralympics-lgbt-gay-athletes-out-rio - Acessado em 30 de outubro de 2021.

OUTSPORTS. 2018. 2018 Olympics will have a record 15 out LGBTQ athletes. Disponível em: https://www.outsports.com/2018/2/6/16924846/2018-winter-olympics-pyeongchang-out-gay-lesbian-bisexual-athletes - Acessado em 15 de outubro de 2021.

OUTSPORTS. 2018. At least one out LGBTQ Paralympian is competing in Pyeongchang. Disponível em: https://www.outsports.com/2018/3/10/17103544/cindy-ouellet-paralympics-cross-country-ski-pyeongchang-2018 - Acessado em 15 de outubro de 2021.

OUTSPORTS. 2021. At least 36 out LGBTQ Paralympians are competing in Tokyo, by far a record. Disponível em: https://www.outsports.com/2021/8/16/22623849/lgbtq-paralympics-out-athletes-tokyo - Acessado em 20 de outubro de 2021.

OUTSPORTS. 2021. At least 186 out LGBTQ athletes at the Tokyo Summer Olympics, by far a record. Disponível em: https://www.outsports.com/olympics/2021/7/12/22565574/tokyo-summer-olympics-lgbtq-gay-athletes-list - Acessado em 20 de outubro de 2021.

PARKINSON, Michael. Parkinson, 2014. Entrevista com Ian Thorpe. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pa1Ux67rD1Q&t=1513s - Acessado em 18 de outubro de 2021.

PEREIRA, Severino Joaquim Nunes; AYROSA, Eduardo André Teixeira. Corpos consumidos: cultura de consumo gay carioca. Organizações & Sociedade, v. 19, p. 295-313, 2012.

PINTO, Maurício Rodrigues. Site Nexo, 2018. A História da Coligay, torcida que desafiou o machismo no futebol. Disponível em https://www.nexojornal.com.br/externo/2018/06/02/A-história-da-Coligay-torcida-que-desafiou-o-machismo-no-futebol - Acessado em 15 de novembro de 2021.

PINTO, Maurício Rodrigues. A "praga" da FlaGay e o "desbunde" guei no futebol brasileiro. Rebeh-Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, v. 1, n. 04, p. 102-123, 2018.

PINTO, Mauricio Rodrigues. Pelo direito de torcer: das torcidas gays aos movimentos de torcedores contrários ao machismo e à homofobia no futebol. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2017.

PINTO, Maurício Rodrigues. Torcidas queer e livres em campo: sexualidade e novas práticas discursivas no futebol. Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, n. 14, 2014.

PINTO, Rhanielly Pereira do Nascimento. GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). História do Movimento LGBT no Brasil. São Paulo: Alameda, 2018.

PIRES, Breiller. Vice, 2016. O sindicato secreto dos árbitros gays. Disponível em https://www.vice.com/pt/article/z4b7y9/sindicato-secreto-arbitros-gays - Acessado em 10 de novembro de 2021.

PRETES, Érika Aparecida; VIANNA, Túlio. História da criminalização da homossexualidade no Brasil: da sodomia ao homossexualismo. Iniciação científica: destaques, v. 1, p. 313-392, 2007.

QUEER BIO. LGBTQ Athletes Who Have Won Olympic Gold. Disponível em: https://queerbio.com/wiki/index.php?title=LGBTQ_Athletes_Who_Have_Won_Olympic_Gold - Acessado em 20 de outubro de 2021.

RODRIGUES, Washington. Jornal dos Sports, 2 de setembro de 1987. João Ellis é a Favor. Edição 18059.

SENECHAL, Alexandre. Placar, 2021. Jogos de Tóquio: O último ato de Formiga pela seleção brasileira. Disponível em https://placar.abril.com.br/placar/jogos-de-toquio-o-ultimo-ato-de-formiga-pela-selecao-brasileira - Acessado em 5 de novembro de 2021.

SERRANO, Jéssica Leite et al. Mulheres trans e atividade física: fabricando o corpo feminino. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 23, 2019.

SILVA, Vinícius Nogueira; DE OLIVEIRA PAIVA, Ms Shemilla Rossana. A construção do corpo masculino como objeto de consumo e identidade gay através do aplicativo Grindr. 2018.

SOUSA, Eustáquia Salvadora de; ALTMANN, Helena. Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na educação física escolar. Cadernos Cedes, v. 19, p. 52-68, 1999.

STOP HOMOPHOBIE. 2015. Basket montpelliérain : Elodie Godin et sa coéquipière Naomi Halman se sont mariées. Disponível em: https://www.stophomophobie.com/basket-montpellierain-elodie-godin-et-sa-coequipiere-naomi-halman-se-sont-mariees/ - Acessado em 20 de outubro de 2021.

SYKES, Heather. Transsexual and transgender policies in sport. Women in Sport & Physical Activity Journal, v. 15, n. 1, p. 3, 2006.

TEAM, Reality Check. Homosexuality: The countries where it is illegal to be gay. BBC News, 31 de março de 2023. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-43822234. Acesso em: 01 de maio de 2023.

THE GUARDIAN. The Observer Sexuality, 2015. Is 10% of the population really gay? Disponível em https://www.theguardian.com/society/2015/apr/05/10-per-cent-population-gay-alfred-kinsey-statistics - Acessado em 10 de outubro de 2021.

UOL, 2007. Aos 30, ex-jogador Lilico morre em decorrência de AVCt. Disponível em https://www.uol.com.br/esporte/volei/ultimas/2007/01/18/ult64u7104.jhtm - Acessado em 28 de dezembro de 2021.

UOL Esportes, 2021. Giba faz comentário transfóbico ao falar sobre Tifanny em papo com Eduardo Bolsonaro. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=IrIKzZBm8hs - Acessado em 6 de janeiro de 2022.

TAB Uol. Repórteres Na Rua Em Busca de Realidade, 2019. Venturini sobre homossexualidade no vôlei: "Hoje todo mundo é assumido". Disponível em https://tab.uol.com.br/videos/?id=venturini-sobre-homossexualidade-no-volei-hoje-todo-mundo-e-as- sumido-04020C9A3370CCB16326 - Acessado em 5 de novembro de 2021.

TORRES, Yasmin. VASCONCELOS, Caê. Site ESPN, 2022. Espancamento e muito mais: conheça a batalha de Sheilla Souza, primeira jogadora transexual de futebol feminino no Brasil. Disponível em: https://www.espn.com.br/futebol/artigo/_/id/9850817/29-janeiro-dia-nacional-da-visibilidade-trans-historia-sheilla-souza-futebol - Acessado em 8 de abril de 2022.

TREVISAN, João Silvério. Devassos no Paraíso (4a edição, revista e ampliada): A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Objetiva, 2018.

WALLIS, W. Allen. Statistics of the Kinsey report. Journal of the American Statistical Association, v. 44, n. 248, p. 463-484, 1949.

WESTCOTT, Ben. CNN Brasil, 2021. Comunidade LGBTQ no Afeganistão afirma que está sendo caçada com Talibã no poder. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/comunidade-lgbtq-no-afeganistao-afirma-que-esta-sendo-ca- cada-com-taliba-no-poder/ - Acessada em 10 de outubro de 2021.

WILLIAMS, Joe. PinkNews, 2016. Meet the record number of out LGBT Olympians competing in the 2016 Rio games. Disponível em: https://www.pinknews.co.uk/2016/08/05/meet-the-record-number-of-out-lgbt-olympians-competing-in-the-2016-rio-games/ - Acessado em 20 de outubro de 2021.

WORLD BANK. Site do Banco Mundial, 2021. Gini Index (World Bank estimate). Disponível em https://data.worldbank.org/ - Acessado em 28 de agosto de 2021.

ZEIGLER, Cyd. Outsports, 2012. Over 100 out LGBT athletes have competed in the Summer Olympics. Disponível em: https://www.outsports.com/2012/7/26/4053450/over-100-out-lgbt-athletes-have-competed-in-the-summer-olympics - Acessado em 18 de outubro de 2021.



NIX DIVERSIDADE E ECONOMIA SOCIAL
CNPJ: 04.332.178/0001-90

nixdiversidade
contato@nixdiversidade.org

www.nixdiversidade.org

Foto: Yamini Benites

DIVERSIDADE E
ECONOMIA SOCIAL